

*Aprovada p. unanimidade
27/07/2015*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5/2014

**Sessão Extraordinária realizada em 10 de
Dezembro de 2014**

ACTA N.º 5/2014



Aos dez dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão do Casino Fundanense, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada por Luís Gavinhos e Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Carlos São Martinho Gomes, António Eduardo Saraiva, Henrique Pereira Dias e José Neves Costa que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros João Couto Gonçalves, Carla Duarte, Ricardo Gonçalves e Maria do Céu Ribeiro. Faltou e justificou a sua falta o membro João Carlos Leitão, mas não foi substituído. Faltaram ainda os membros Sandra Raposo, Pedro Mesquita e Ilídio Martins. Os membros Manuel Malícia da Trindade e Paulo Jorge Infante foram substituídos pelos seus representantes legais, Sr. Francisco Gonçalves e Sra. D. Maria José Martins, respetivamente.

Relativamente ao Executivo Municipal, faltaram os Senhores vereadores José Domingues e Jorge Garcez.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Período da Ordem do Dia (POD)

- Ponto único – Debate sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020, na perspetiva do Fundão 2020.

• Ponto único – Debate sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020, na perspetiva do Fundão 2020

Presidente da Mesa – Após cumprimentar todos os presentes, lembrou que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal inaugura os debates estratégicos que se estabeleceram como orientação e constam do Regimento da AM aprovado para este mandato. O modelo de funcionamento destas sessões extraordinárias dos debates estratégicos é o de haver um único tema de reflexão que procura a convergência. O tema em debate é o *“Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020, na perspetiva do Fundão 2020”*. Em termos de disciplina e método de trabalho, frisou que a sessão terminaria impreterivelmente às 17.00 horas, pelo que as intervenções deviam focar-se no tema, no sentido de todos darem contributos nesse sentido. Na organização dos trabalhos abriria a sessão o Senhor Presidente da Câmara com uma intervenção e 15 minutos, seguindo-se uma intervenção de 10 minutos por cada grupo municipal. Após estas intervenções iniciar-se-ia um período de debate aberto a todos os membros que o solicitem, com a duração de 1 hora (máximo de 5 minutos por membro). Finalmente a sessão encerraria com cada grupo municipal a dispor de mais 5 minutos para uma intervenção final a que se seguiria, a finalizar, uma intervenção do Senhor Presidente da Câmara de cerca de 15 minutos. Entende que o documento em debate é um pouco “indigesto”, escrito em “consultês”, com utilização de palavras que só os consultores entendem. Sendo bastante abrangente e consistente, “não rematando à baliza” e com tanto “jogo a meio campo”, deixa margem para que esta sessão possa ajudar o Fundão a posicionar-se na defesa dos seus pontos de vista. Informou ainda que o membro João Leitão justificou a sua ausência pelo facto de não se encontrar no País.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos os presente e agradeceu à Assembleia Municipal por ter selecionado este tema, inaugurando este tipo de debates numa fase muito importante do ponto de vista do planeamento para os próximos anos. Sobre o documento, é de opinião que ele será provavelmente o “chapéu” mais abrangente, onde se incorporarão muitas políticas e ações mais setoriais, que se possam vir a desenvolver na próxima década. Trata-se do primeiro de dois documentos que estão interligados e serão desenvolvidos a partir da CIM Beiras e Serra da Estrela. Esta é a fase do plano estratégico e haverá um momento subsequente que será o plano de ação (ITI), muito mais concreto com pelo menos 75% das ações definidas para realizar em termos de orçamento, calendário e descrição e que, provavelmente no mês de março de 2015, será colocado à apreciação e discussão pela AM. Este documento tem algumas vertentes um pouco ecléticas, com muitas iniciais que têm sido alvo de alguma evolução. Apesar de, a nível nacional, passarmos por um momento crítico, com o peso da reestruturação em alguns setores, alguma coisa tem vindo a estabilizar-se e a criar nesta região uma nova capacidade de se poder promover e desenvolver dentro e fora de fronteiras. Sobre a geometria do PEDI não se vai pronunciar porque seria um debate que iria ocupar muito tempo, embora toda a gente saiba que a posição do Fundão é pela criação de uma comunidade de toda a Beira Interior. Existe uma grande complexidade na união das três NUT's (Cova da Beira, Serra da Estrela e Beira Interior Norte), nomeadamente do ponto de vista administrativo. Por outro lado, numa região como esta não são as infraestruturas, pessoas ou empresas que têm significado, mas também o capital simbólico, com o facto de termos pela primeira vez todo o quadro da Serra da Estrela

inserido no mesmo mecanismo de cooperação intermunicipal, que é esta CIM das Beiras e Serra da Estrela. Basicamente o plano tem as seguintes áreas temáticas:

1. Inovação, internacionalização e atração de investimento produtivo;
2. Turismo e Agroindustrial;
3. Logística, mobilidade e serviços básicos;
4. Capital humano e modernização administrativa;
5. Saúde, terceiro setor e desenvolvimento social.

A este plano falta-lhe ainda a alma que a concertação política lhe dará, e a identificação com o que se sente nesta região. Não é de um dia para o outro que se consegue identificar com o figurino Beiras e Serra da Estrela e posicionar-se numa escala superior à do município ou da freguesia. Voltando às cinco áreas, disse que as mesmas têm na sua essência a criação de novos mecanismos de cooperação de forma a ganhar escala e, por isso, mais capacidades. Com este documento pretende-se operacionalizar, ou seja, agir em conjunto, o que muda completamente o quadro de desenvolvimento deste território. Também é verdade que no plano aparecem muitas infraestruturas, mas o essencial do mesmo é o investimento em material, a inovação, a internacionalização, a criação de valor, a atração de investimento. O plano estratégico está para além do quadro comunitário de apoio e terão de existir outras ações que não decorrem só do facto de existir ou não financiamento comunitário. Relativamente ao setor social, o plano obriga as IPSS a trabalhar em conjunto e obriga também a ligar o setor social ao setor da saúde, já que o facto de estarmos numa região envelhecida a isso obriga. O Fundão já entronca muito bem em todas as cinco áreas primordiais de intervenção e há muito tempo que já trabalha bem esses setores, aquilo que o Fundão precisa neste plano é que o mesmo nos traga escala e mais valor. Embora este plano não seja perfeito e tenha ainda muito a receber da sociedade civil, tem no entanto a esperança de que o mesmo venha a ser muito importante na defesa do futuro do concelho.

Jean Barroca (Grupo PSD) – Começou por cumprimentar os presentes e felicitar a Mesa por fomentar esta discussão. Trata-se de um documento estratégico, muito diplomático e pouco político, na sua essência faz um bom diagnóstico, mas tem pouca estratégia. Engloba um aglomerado de iniciativas que representam o que cada um dos concelhos faz e bem, tornando-se num diretório daquilo que cada município tem enquanto iniciativas, demonstrando, no entanto, que “fica curto” naquilo que é a sua dimensão política. Trata-se de um documento de trabalho em que se nota desde já alguma falta de balanceamento, mas olhando para a discussão política, nota-se a dificuldade de os próprio autarcas envolvidos, estarem abertos às questões que a CIM exige, tornando-se numa solução intermunicipal com poucos compromissos. É, no entanto um primeiro passo onde já vemos alguns esforços na questão dos serviços partilhados e alguma intenção de fazer com mais eficiência a prestação de alguns serviços, o que pode ser a chave para a sustentabilidade de alguns deles. Fica no entanto curto naquilo que é a partilha da política e das boas práticas entre os municípios, naquela que é a colaboração que se exige a uma comunidade intermunicipal. Sente-se no documento a falta de um pilar que considera fundamental para a existência de uma CIM, que funcione bem, o pilar que se liga à vertente política da CIM, mas também à vertente política que se faz no nosso País, que é o pilar da transparência, onde os municípios trabalham e colaboram em conjunto para terem ações de transparência mais fortes. Por outro lado a inovação devia ser um pilar que faz com que a inovação seja transversal a todos os eixos estratégicos, um pilar para melhor oferecer serviços públicos à população. Olhando para esta estratégia vê-se que o Fundão não está no início do processo, nalguns aspetos estará já a meio e noutros casos também já com as

questões implementadas, nomeadamente nos pilares da inovação, turismo e atração de investimento. O Fundão deve reforçar a importância da Cova da Beira como um eixo primordial de colaboração e afirmação do intermunicipalismo como a chave para grande eficiência através dos serviços partilhados dos serviços públicos. Em segundo lugar deve olhar-se para o Fundão como uma ligação da CIM a outras CIM's, ou seja a ligação ao concelho de Castelo Branco, o que será fundamental. Na lista de abreviaturas sente-se a falta do IPCB, já que falar de inovação sem falar daquela estrutura é estarmos a deixar de parte um dos grandes atores do território nesta área. Se lhe perguntarem qual foi o incentivo para a realização deste documento, teria hoje muita dificuldade em responder, ou seja se é um documento que nasce da necessidade ou um documento que resulta apenas da disponibilidade de verbas. Acredita que uma CIM bem-sucedida possa mudar este paradigma, ou seja uma CIM que faça com que estes documentos sejam a maneira certa de fazer política. Espera assim que a influencia das opiniões hoje aqui emitidas se possa vir a reverter no plano de ação, para que de facto se possa cumprir o propósito de discutir e influenciar a tempo.

Conceição Martins (Grupo do PS) – Depois dos cumprimentos a todos os presentes disse que da análise deste documento resulta que deveria estar ali presente quem o elaborou, para dar algumas explicações do “consultês”. Assim reconhece-se que se trata de um plano de intenções vastas, que são transversais a qualquer região do País. Trata-se de um ponto de partida, onde posteriormente se encaixarão todos os projetos exploratórios e todas as fichas de projeto. Das cinco áreas propostas, todas estão em linha com as orientações da CCDDR. Entende o PS que os projetos que vão dar corpo às propostas apresentadas devem assentar num triângulo de desenvolvimento estratégico, que deverá ter claramente num dos seus vértices e de forma clara, o **emprego**, noutro a **educação** e noutro a **eficiência energética**, tudo isto tendo como área transversal a todos estes vértices a **inovação social**. Devemos querer as melhores escolas e trabalhar no sentido de aproveitar a academia de ciências da UBI, para desenvolver programas de formação de ciências fundamentais e básicas, para desenvolver programas formais onde se trabalhe junto das pessoas. A ligação ao emprego implica que tenhamos capacidade de montar estratégias que levem as pessoas a fixarem-se na nossa região, pessoas que aqui queiram continuar a lutar, a viver e a criar o seu próprio emprego. Na área agrícola isso já hoje acontece, mas noutras áreas é essencial darem-se passos concretos, como ligá-la à eficiência energética por via das energias alternativas, o produtor agrícola deve ser também um produtor energético, deve baixar os seus custos de produção por via da energia que produzir e pelo lançamento na rede de toda a energia excedente. É também muito importante desenvolver empresas de base industrial, perfeitamente interligadas com a eficiência energética e com a agricultura. O Fundão pode ser um cluster dos materiais, pelo que devemos concentrar na cidade e na região este cluster, que será uma mais-valia. Deve fazer-se esta ligação, da produção de energia, da produção de bens alimentares, numa política de eficiência energética, utilizando o que necessitamos e disponibilizando para a rede o excedente da nossa produção de energia. Necessitamos também de um centro intermodal de transportes, junto à ferrovia, como forma de nos ligarmos às outras cidades e regiões, dando resposta às necessidades das pessoas. Também deve ser feita a ligação às comunidades urbanas através de veículos elétricos de pequena dimensão, que deem resposta aos que as pessoas precisam, sem megalomias. Também é essencial a ligação a Coimbra através do concelho do Fundão, tratando-se da solução mais económica, mais rápida e que serve melhor a região, através de Silves e Pampilhosa da Serra. Por outro lado devia investir-se na ligação a Espanha, através de Monfortinho. O Fundão tem capacidade de ser esta

plataforma de ligação a outros territórios, de mobilidade no Interior. Considera a inovação social transversal a todos os vértices atrás mencionados, isto é, uma dinâmica de valorização das pessoas e dos produtos, de venda no mundo inteiro. O setor do ensino superior, da saúde e da investigação na área da saúde não pode ser resolvido só no âmbito da comunidade, mas sim no da região centro, implicando que os poucos que aqui vivem possam ter serviços de excelência com economia de escala que seja alternativa e que respondam afirmativamente e com muita qualidade às pessoas que nos procuram, até porque estamos perto da fronteira e com a liberalização da escolha na área da saúde, vamos ter brevemente uns a competir com os outros, pelo que ou nos afirmamos pela qualidade, pela excelência ou outros o farão por nós e mais uma vez estaremos a depender de outra região que não a nossa.

Luís Lourenço (Grupo da CDU) – Começou por cumprimentar todos os presentes e dar os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como à comissão permanente pela realização desta iniciativa. Quanto ao documento que nos é apresentado, acha que não faz jus ao nome pomposo que apresenta, não significando isto que o seu conteúdo não possa ser discutido. Ainda há tempo de dar o nosso contributo para que possamos vir a ter um bom plano estratégico. Convém não esquecer hoje os condicionalismos da discussão, já que primeiramente temos de ver o que é a comunidade intermunicipal na sua essência e o que é no concreto. Trata-se de órgãos sem legitimidade constitucional, uma vez que não são associações de municípios, não são regiões com legitimidade constitucional e democrática própria, no caso, são imposições do poder central, criadas para dar resposta às exigências da União Europeia. O problema é que na prática pouco mais são do que agências sem grandes poderes e competências para a canalização dos fundos que vêm da Europa. O importante era que existissem regiões com órgãos democraticamente eleitos a agir com competências próprias e não com as que lhe foram delegadas por um poder centralizado. Este plano tem o nome de estratégico mas não o é, para o ser devia identificar claramente a situação em que estamos hoje, definir de forma realista aquilo que queremos ser, onde queremos estar em 2020 e em consequência disso o que é necessário fazer para lá chegar. Dados os constrangimentos inicialmente enunciados, torna-se difícil definir claramente o que somos hoje, qual a missão e qual a visão estratégica desta região. Fala o documento em auscultação das forças vivas, mas devemos perguntar quais, onde, como, quando e em que circunstâncias. Existem questões que não foram salvaguardadas, exemplificando com o facto de na região existirem instituições do ensino superior, praticamente ignoradas no documento ou falada de forma muito vaga. Importa discutir qual a importância do ensino superior, como o perspectivamos no desenvolvimento da comunidade, o que é que a comunidade quer ser neste aspeto específico. Por outro lado temos de saber se a agricultura é um importante setor ou não ou será apenas o turismo. Convém perguntar que região queremos ser relativamente à agricultura, queremos apostar na modernização mas em que sentido, para que mercados, como vamos fazer. As indústrias tradicionais também estão completamente esquecidas, assim como as alternativas a essa produção tradicional. Quanto ao setor da saúde, tendo nós uma escola superior de saúde, um curso de medicina e cursos doutras áreas da saúde, dois hospitais universitários, tudo isto quase ignorado quando perspectivamos o que queremos ser na área da saúde. Na definição daquilo que queremos ser existem falhas graves, definir o que há a fazer para lá chegar parece ser um conjunto de generalidades aplicáveis em qualquer parte do planeta, salvo a exceção das acessibilidades. É claro que podemos ficar-nos pela discussão dos projetos que podem ser desenvolvidos, batermo-nos por alguns que o concelho do Fundão considera

fundamentais, discutindo com os outros concelhos na perspetiva tradicional de “repartição do bolo”, mas só isto parece muito pouco. Apesar das limitações podemos estar a correr o risco de perder uma oportunidade de fazer um discurso mais profundo, não lhe parecendo que este documento seja uma boa base.

Catarina Gavinhos – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o Anexo 1.

Liliana Ferreira – Após cumprimentar todos, disse que devíamos estar a discutir o que queremos para esta região até ao ano 2020. O documento apresentado não é de todo bom, tem várias lacunas, nomeadamente ao nível do delineamento de uma estratégia global. Este espaço de debate deve servir para darmos o nosso contributo para a melhoria deste documento, seja nos setores agroalimentar, na educação, turismo, transportes ou saúde. Devemos hoje afastar desta análise a nossa visão político/partidária, perspetivando o que queremos desta região. O quadro estratégico que nos é apresentado até 2020 é completamente diferente do que tivemos até agora e a educação, a investigação e a inovação vão ser os tais três vértices dominantes e será baseado neles a forma mais correta de conseguirmos mais dinheiro para esta região. A inovação não pode ser afastada quer do Instituto Politécnico quer da UBI. Podemos inovar pelos produtos que temos, considerando o setor agroalimentar de pioneiro, considerando neste caso muito importante a produção (setor primário), a transformação ao nível do setor secundário e a exportação. O primeiro e segundo estão consolidados, o terceiro ou seja a exportação/internacionalização deve ser trabalhada de forma a aprofundar o que fazer, criando ferramentas de internacionalização do produto, daquilo que nos diferencia. Podemos fazê-lo chamando todos os atores participantes a discutir estratégias. Gostava que todos ali dissessem qual o produto, qual a estratégia, qual o meio de anular este documento e fazer algo de muito melhor.

Rogério Hilário – Cumprimentou todas as pessoas presentes e afirmou que a região administrativa criada tem como fim o aproveitamento dos fundos comunitários, porque isso nos é imposto por Bruxelas e porque foi isso que o Governo atual quis e os atuais autarcas também concordaram. Devemos estar atentos, temos de nos adaptar, não se vê neste documento um corpo de região, não se vê cooperação intermunicipal, não se vê cooperação ao nível da saúde, turismo, na captação de investimento. Vê-se no entanto uma estratégia ao nível das infraestruturas, viradas para o aproveitamento de algumas acessibilidades que ainda nos faltam. Temos pois de reforçar este documento com essa intercooperação regional e até municipal em várias áreas. Os mais de vinte anos de fundos comunitários trouxeram-nos ao ponto em que estamos hoje baseados numa microestratégia, com cada município a fazer o que é possível fazer, mas sem qualquer estratégia intermunicipal. Temos pois de trabalhar na alteração deste paradigma e é para isso que o plano estratégico deve servir, temos de afirmar a região e ter escala para a desenvolver. As duas NUT's da região juntas seria o ideal e iriam atenuar a falta de escala que hoje sentimos, talvez isso não seja possível neste quadro comunitário, de qualquer forma temos de caminhar na junção das duas comunidades e não iremos cair no erro de não o fazer. Disse ser um entusiasta pela agência, porque poderá vincular os municípios a uma estratégia global e não individual. Provavelmente a partir daí teremos a promoção dos nossos produtos, das nossas empresas e do nosso território, teremos também uma organização muito mais em escala, daquilo que poderá vir a ser a internacionalização. Também permitirá a organização dos solos industriais, daquilo onde se pode intervir e na captação de investimento. Por outro lado a mobilidade

permite-nos ampliar mercados e consolidar estratégias nos mesmos. A região deve mobilizar-se na abolição das portagens, terminar a linha ferroviária entre a Guarda e a Covilhã e bater-se pela criação de um metro de superfície entre Castelo Branco e a Guarda, quiçá até mais longe. Essencial será também a modernização da linha da Beira Alta, como porta de saída para a Europa, com base numa estratégia de implantação de um Porto Seco no Fundão ou na Guarda. A Universidade e os Politécnicos são fundamentais no desenvolvimento da nossa região, a passagem do saber das escolas para as empresas é fulcral. A educação e a formação têm diversidades muito importantes na região que devem ser aproveitadas, pelo que tem de existir uma estratégia para a educação e para a formação que seja comum a todos, aproveitando as sinergias de todos e as suas diferenças.

Marco Marques – Cumprimentou os presentes e felicitou a Mesa pela iniciativa. Disse que todos têm a sensação que o este plano é curto, mas também o otimismo de que possa ajudar naquilo que pretendemos fazer. Temos de apostar em todas as áreas já aqui faladas, mas temos de apostar fortemente na simplificação e definição dos processos, seja na educação, na agricultura, mobilidade, energias renováveis, saúde e noutras áreas. O plano deve definir uma metodologia bastante clara do que queremos fazer e onde. Interessa também saber como vamos interligar as duas CIM's, como vai ser o relacionamento com Castelo Branco. Ficaria muito bem escrever no final deste livro o seguinte: *“Se os municípios existem e se querem ser fortes é porque são constituídos por freguesias, que se tiverem todas as condições de funcionamento, contribuirão para municípios mais fortes e com outra força”*.

Carlos Morgadinho – Após cumprimentar os presentes disse intervir hoje aqui como membro da AM, empresário, industrial, exportador a 100% do seu produto, representando o cluster dos polimentos e da microprecisão. Nos últimos meses tem trabalhado com a Câmara Municipal na implementação de um projeto de recuperação do edifício da antiga ERES, que está a correr muito bem. No entanto, existe uma preocupação já que está a sentir alguma falta de formação. Todos têm projetos entre 5 a 10 anos e para os concretizar vão necessitar de mão-de-obra qualificada. As máquinas e os bons mercados já existem, mas a falta de formação está a preocupar. Por outro lado a estrutura de formação existente no Fundão neste momento, não está preparada para enfrentar o futuro imediato das empresas ligadas ao cluster. A Câmara Municipal está a desenvolver esforços nesse sentido, mas sentem-se dificuldades ao nível da escola secundária, na formação profissional, em encontrar gente que possa aderir a este projeto. Assim, se o Fundão necessita de empresas que exportem e internacionalizem os seus produtos, tem de rever urgentemente toda a estrutura de educação e de formação profissional. Neste momento a mesma não responde às necessidades profissionais do cluster, que já tem 700 postos de trabalho diretos e 1.000 a 1.500 indiretos. Este plano deve incluir algo que possa influenciar as ideias instaladas no seio das escolas e deve fazer também que no plano educativo possa entrar o ensino superior, já que a formação superior é também muito importante nesta área de negócios. Se estas temáticas não forem desenvolvidas, poderemos estar a construir empresas onde existem máquinas, mercado e estrutura, mas não teremos gente para trabalhar, o que seria muito mau para o Fundão e para a região.

Presidente da Mesa – Considerou muito enriquecedora a formula com que se realizam este tipo de debates e considerou também não ser devoto nem crente nas comunidades intermunicipais mas a verdade é esta e é nesse quadro que temos de defender os

interesses do Fundão. Fica com muitas dúvidas sobre a efetiva capacidade institucional e técnica para levar por diante este plano estratégico, de levar por diante os programas, as ações, de as gerir, avaliar, de as monitorar e tem dúvidas sobre a capacidade para corrigir os percursos. Este plano não tem alma, tem uma carga demasiado formal, quase artificial e o seu sucesso só pode ser alcançado se mobilizarmos vários atores/intervenientes para o que está em causa. O que se está ali a fazer é refletir o que queremos ser em 2020 e na sua opinião devemos preocupar-nos em melhorar a qualidade de vida dos cidadãos do concelho do Fundão nas mais diversas áreas. Deverá ser um período de promoção do investimento, criação de empresas, de emprego, fixação de populações. Falharemos qualquer estratégia se em 2020 este concelho tiver menos empresas, menos emprego e não tiver fixado mais população. A bandeira do empreendedorismo deverá continuar a ser uma realidade, a bandeira da Serra da Gardunha será fundamental, porque é um ativo precioso que está muito longe de se lhe ter tirado todo o partido e potencial que possui. A educação e cultura também são fundamentais e temos de usar os meios que este quadro comunitário nos proporciona para valorizar a nossa identidade, também por razões económicas. Temos de colocar as nossas populações a reconhecerem-se na identidade da nossa região e para isso existem alguns investimentos a fazer. Finalmente, a formação deve ser colocada ao serviço da economia da região, para poder torná-la sustentável.

Catarina Gavinhos – Este plano não pode ser aquele que vai ser praticado. Estamos todos de acordo em relação ao agroindustrial e à formação e na verdade nada está escrito em lado nenhum deste documento sobre essas matérias e talvez essa seja a sua maior falha. Em relação à agência, a criação de organismos não democráticos assusta-a, porque todos sabemos como funcionam os fundos europeus e quanto mais transparentes funcionaram as coisas, muito melhor se tornam. O passado deve servir para não se cometerem os mesmos erros. Os objetivos das CIM's são os de planificar a nível intermunicipal os fundos europeus e os municípios são capazes de o fazer sem que nenhuma entidade estranha o faça por eles, no caso, a agência. Fica também claro que não devemos deixar de lutar pela junção das duas comunidades (Beira Baixa + Beiras e Serra da Estrela), porque a nossa identidade é a Beira Interior. A proximidade a Espanha é fundamental e também não está completamente explorada neste projeto base hoje analisado. Espera assim que no plano de atividades já exista uma maior clarificação para poder cumprir os objetivos que todos nós ansiamos.

Intervenções Finais dos Grupos

Luís Lourenço (CDU) – Apesar do documento não identificar claramente onde queremos estar em 2020, parece-lhe que ainda podemos colocar-nos nesses objetivos para 2020. Para ali chegarmos temos de contar com a desertificação e promover o desenvolvimento económico da região. Temos de pensar na inovação, no desenvolvimento, na internacionalização, mas para o fazermos temos que trabalhar na base da transparência. Temos uma microregião que é uma cidade universitária. A UBI e os Politécnicos da Guarda e Castelo Branco são algo extremamente importante para o desenvolvimento da região e não podem ser ignorados da forma como são no documento em discussão, temos de encontrar a forma de trazê-las para o plano. Sobre a agricultura disse não estar de acordo com este turismo e agroindustrial em conjunto.



Relativamente ao agroindustrial tem de se encontrar uma forma de autonomizar, de vermos o que é necessário fazer para modernizar a agricultura e dar resposta ao que é necessário, ou seja, quais as culturas, como vão ser desenvolvidas, quais os canais de escoamento, para onde vai ser feito. Sobre o turismo acha muito pouco os aspetos apontados no documento e para se desenvolver o turismo, o próprio turista tem de ser atraído não para passar 1 dia, mas para aqui estar algum tempo e temos de ser capazes de encontrar formas de os cativar para aqui ficarem mais tempo. Relativamente à saúde temos desenvolvida uma coisa extremamente importante, mas temos de dizer se queremos ou não isso, se queremos ou não potenciar o que temos, se é ou não importante para o desenvolvimento da região. Este aspeto não está incluído neste documento e deve ser corrigido. Espera assim que estas recomendações sejam transmitidas a quem está a elaborar o plano. Também devemos trazer para a discussão, outras pessoas que sabem e podem dar um contributo importante para que possamos vir a ter um bom plano estratégico de desenvolvimento da região até 2020, tal como ele próprio fez através da divulgação do documento junto de algumas pessoas e entidades.

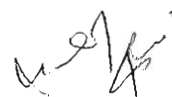
Conceição Martins (PS) – Tudo o que aqui foi dito foi importante mas se não formos capazes de desenvolver políticas para a fixação de pessoas o plano nunca terá sucesso. Se não criarmos políticas de incentivo à natalidade, se não tivermos pessoas, não temos possibilidade de conseguir colocar em prática tudo aquilo que hoje aqui dissemos. A agricultura deve ser separada do turismo, já que a agricultura é uma indústria de produção de riqueza que tem uma vertente diferente do turismo, onde cada um deve ser colocado na sua área. Existe a dificuldade de pensarmos enquanto região, temos a tendência de olhar para o nosso município, valorizando aquilo que é micro. A organização enquanto região será fundamental em todas as áreas hoje aqui faladas. A inovação social é transversal a todas as outras áreas porque sem pessoas não vamos a qualquer lado. Não devemos descuidar algumas acessibilidades à região porque as mesmas são fundamentais. Relativamente ao turismo em saúde, o plano não traz nada que alavanque esta área funcionando em rede, desde o termalismo a outras situações.

Jean Barroca (PSD) – Começou por dizer que a Câmara Municipal já está a trabalhar para dar resposta a algumas situações, nomeadamente na vertente da formação. A Câmara tem também demonstrado a sua apetência através da realização de diversos atos e ações, considerando a inovação e a educação como pilares fundamentais de desenvolvimento e de revitalização económica do concelho. A questão da educação é diferenciadora porque é aquilo que será a base de todo o investimento e o que vai dar o capital humano que as empresas necessitam para trabalhar. Temos também outro tipo de “fábricas” com a ALTRAN e a PC MÉDIC, em que a massa cinzenta é considerada como outro tipo de “operário” do século XXI, numa economia do conhecimento. O Fundão mobiliza-se quando é necessário e o exemplo da ALTRAN demonstrou-o, porque tivemos de procurar as pessoas com as competências necessárias a ali exercerem a sua atividade. Se não encontrarmos soluções para as pessoas aqui ficarem escusamos de encontrar soluções de desenvolvimento. Disse também ser defensor da inovação aberta, fora e dentro das universidades e que acredita que um Living Lab não existe se não existirem as universidades, da mesma forma que os Living Lab não existem se não existir educação ou gente capaz de trazer massa crítica, pelo que não separa a questão da rede do ensino superior dos Living Lab. Considerou também que o pilar da transparência se reforça com o aparecimento das agências, considerando-as de estruturas bem interessantes. Este documento é único e importante, vem estabelecer para esta comunidade intermunicipal uma linha de desenvolvimento que vai estruturar



aqueles que serão os fundos comunitários para os próximos anos. É um documento que resulta da colaboração de muitas instituições e é sobretudo um documento onde o Fundão terá um papel fundamental na sua implementação. Devemos olhar para ele com muito cuidado e fazer um esforço para o fazer chegar à comunidade. Projetos com o centro intermodal de transportes, centros logísticos, metro de superfície e regadio da Cova da Beira, são fundamentais para o nosso concelho e para a região. Vê com muita importância o nosso papel no desenvolvimento disto, mas sobretudo crê que existem fatores críticos de sucesso que devem ser identificados e que ainda podem ser incluídos neste documento e nos permitirão a seu tempo aferir da qualidade da execução e do êxito que tivermos no plano de ação desta estratégia.

Presidente da Câmara – Agradeceu os contributos de todos na discussão deste documento, através das intervenções que hoje aqui ocorreram tentou-se tornar este plano menos eclético, menos fechado, mesmo sabendo que ele tem sempre essas vertentes mais difíceis, mais codificadas. Existiu aqui hoje algo surpreendente porque efetivamente a maior parte das intervenções tiveram como base aquilo que é o documento e o que ali está estabelecido, o que significa que apesar de não nos sentirmos confortáveis no quadro do documento, conseguimos ser muito substantivos e concretos na sua análise. Existiu um posicionamento por parte dos intervenientes que considera altamente positivo. Em segundo lugar disse que estamos perante uma alteração de paradigma, já que foi aqui falado que estamos perante um plano que na sua construção, na sua conceção é um documento diferente do que estamos habituados, face ao âmbito intermunicipal e inter-regional que tem por base. Na sua operação este documento é também uma novidade total, uma vez que na sua execução obriga a projetos conjuntos, obriga à criação de relações estabelecidas com outras entidades, que não só a CIM ou os municípios, desde associações empresariais a associações de outros setores. Relativamente à democracia é verdade que estamos perante uma entidade pública, mas crê que todos nós sentimos, se a associação de municípios, na sua operacionalidade na execução deste plano se fechar sobre si própria e não se abrir à sociedade, não criar processos de codecisão, não criar processos de coparticipação nas diversas áreas ali faladas, certamente irá ter muito mais dificuldades em atingir os seus objetivos. Abrindo-se à sociedade crê que possa criar essa alma e essa assinatura identitária. Duvida se assim não for que o plano seja eficiente e que faça a diferença do ponto de vista da coesão social e da competitividade do nosso território. Sobre as prioridades, uma está ligada à componente do setor agroindustrial, outra ligada à componente da formação/educação e outra ainda mais associada à inovação. Assim, no setor agroindustrial, vem referido no documento algo muito interessante, já que diz que se deve capacitar o INOV-CLUSTER, sediado no concelho de Castelo Branco, de meios para que ali possa existir uma estrutura de eficiência coletiva, não para a Beira Baixa, mas para o conjunto deste território da Beira Interior. As marcas e os produtos são também essenciais e é uma vertente que também está conectada. A formação/educação talvez seja a área onde hoje aqui houve intervenções mais substantivas na necessidade do que é a formação e a especialização. Os Living Lab pretendem dar respostas, mas apontam a três vertentes temáticas, a saber: uma para a componente *indústria/inovação*, outra para a área da *saúde* e outra para a área do *turismo*, o que significa que nós não podemos chegar a todo o lado. Na área da investigação temos pouca massa crítica e não temos a nossa investigação associada à investigação aplicada, que é a transferência dessa investigação para os nossos setores empresariais. Podemos resolver este problema tendo sempre em permanência um diálogo entre as empresas, universidades e politécnicos. Neste momento esse diálogo não existe, pelo que essa conectividade,



permanente e organizada será fundamental. Poderão inclusive existir outros modelos, mas o diálogo é absolutamente chave para o sucesso. Este plano está muito orientado para o setor das empresas e tem mesmo de estar já que 70% das verbas disponíveis estão para aí direcionadas. As associações empresariais vão ter aqui um papel muito importante e os municípios vão ter de se habituar a ouvir e a auscultar muito mais essas mesmas empresas. Quando esta Câmara avançou com o centro de formação mais virado para o setor dos polimentos e relojoaria, fê-lo porque obviamente ouviu as empresas e foi por isso que se fez investimento público, que alavanca o que é a componente privada. Há alguns anos atrás estes procedimentos seriam absolutamente criticáveis, hoje em dia consideram-se situações relevantes e substantivas para o futuro do nosso concelho. As verbas para investimento em infraestruturas não cabem neste quadro comunitário, pelo que terão de ser as verbas dos Municípios e do Estado a resolver algumas situações. O que podemos aproveitar tem a ver com o parque de máquinas em serviços partilhados, que poderão contribuir para a diminuição de custos, voltando-se assim para a componente da administração própria, reforçando a eficiência, reduzir o preço por quilómetro. Este plano é para 10 anos e vai ser um desafio muito interessante demonstrar às pessoas que é útil e como o podem acompanhar. Não vai estar em cima da mesa a obra a que normalmente estávamos habituados, mas vão aparecer processos de médio/longo prazo, em que só mais tarde se poderá verificar os resultados e se correrão bem. O município do Fundão relativamente a muitas das áreas não está preocupado, uma vez que tem trabalhado e avançado nelas, sobretudo em quadros de cooperação intermunicipal, que espera que este plano possa vir a reforçar, aumentando a qualidade de vida das pessoas.

Presidente da Mesa – Considerou o debate extremamente enriquecedor, com muito conteúdo e substância. Disse também que não foi possível fazer uma súmula desta sessão porque a mesma seria pouco fiável face ao grande número de propostas hoje aqui apresentadas, pelo que deu conta que iria ser executada um ata desta sessão extraordinária que seria acompanhada de uma súmula identificadora dos principais pontos. A Mesa fará circular esse documento por quem de direito, ou seja por aqueles que são interventores diretos neste processo, para que esta audição tenha um efeito multiplicador junto das entidades que vão levar por diante este plano. Terminou agradecendo a participação de todos.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 17.15 horas. Da sessão se exarou a presente

ata que, depois de aprovada, vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário África do Carmo Roxo Siqueira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO
10 DE DEZEMBRO DE 2014
GRUPO MUNICIPAL DA CDU

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa



Sr. Presidente da Câmara e vereadores

Srs. Membros da Assembleia Municipal

Srs. da comunicação social

Senhoras e Senhores

Depois da análise cuidada e esclarecida do meu camarada Luís Lourenço sobre o Plano Estratégico da CIM Beiras e Serra da Estrela, BSE, não é muito bonito, coube-me a mim analisar as cinco áreas temáticas escolhidas pela CIM e os respetivos projetos âncora e base.

Antes disso gostaria que tivessem presentes os objetivos estratégicos da Europa 2020, na página 66 (aqui leio os objetivos), e a ambição da CCDR, ou do projeto CRER na página 70, com as suas cinco áreas temáticas (ler aqui as 5 áreas temáticas).

Agora sim sobre a nossa CIM que também escolheu cinco áreas temáticas (pg 115).

A primeira *Inovação, internacionalização e atração de investimento produtivo*, tem como primeiro projeto âncora a formação de mais uma estrutura não democrática e redundante, a que chamam A3I *Agência para o investimento, inovação e internacionalização*. O que é esta agência? É necessária? Vai substituir os municípios e a CIM em quê? Tudo o que esta agência se propões fazer não pode ser feito sem a sua criação? Enfim parece-nos um projeto âncora de um navio com rombos.



O segundo projeto âncora desta área temática, confesso que não o percebo. A aposta nos *living lab*, que pela sua descrição posterior podem ser tudo e mais alguma coisa, como forma de procurar inovação, não nos parece ser a mais correta. No nosso pequeno universo a rede de ensino superior, ou não, deveria ser o motor dessa inovação. Claro que as Universidades e Politécnicos não têm a sofisticação de um *living lab*, mas à partida é onde há mais conhecimento, recursos físicos e humanos para a busca pela inovação. Isto não quer dizer que não haja espaço para a inovação fora do ensino, quer apenas dizer que este não pode ser excluído.

O terceiro projeto âncora é mais uma incubadora, também muito na moda, mas esta tem um paradoxo logo na sua designação *Incubadora para a revitalização económica*. Ficaria melhor Cuidados intensivos para a revitalização económica.

Nos projectos base podemos constatar a inutilidade da AI3 que se vai debruçar na elaboração de mais observatórios, estudos e identificação de objetos e ideias mais do que estudados e analisados. Duas notas positivas para a criação de um centro de formalidades e de outro para patentes low-cost, mas que obviamente não necessitam de estar incluídas em nenhuma AI3, mas sim em todos os municípios da CIM.

Depois temos os tais *living lab* em cuja descrição na pg 120 cabe quase tudo.

Por fim o que já desconfiávamos, os cuidados intensivos para a revitalização económica, ou seja revitalizar a construção o que, desde que feito com total transparência e sem especulação imobiliária, nos parece bem. A reabilitação dos imóveis das nossas terras é mesmo fundamental para a sua vitalidade.

A aposta na eficiência energética é uma escolha óbvia e urgente, com a qual concordamos desde que mais uma vez, seja totalmente transparente.



Na área temática *Turismo e Agro-Indústria*, o que nos choca é que a agro indústria apareça aqui como um apêndice do turismo, pouco relevante, quase um acessório. Basta pensar na cereja do Fundão ou no queijo da serra para pensarmos o absurdo das prioridades. Nos projetos base aprecem apenas projetos turísticos, sendo que na descrição mais detalhada se refere de passagem a ampliação do Regadio da Cova da Beira.

Na área temática *Infraestruturas Logística e Mobilidade* estamos de acordo com todos os projetos âncora e aproveitamos, mais uma vez para realçar a importância de os planos de mobilidade entre áreas urbanas contíguas deverem ser estendidas à CIM de Castelo Branco.

Aqui temos dois apontamentos. Quando lemos portuárias pensámos no nosso amigo Aires Patrício que, com alguma razão nos disse que bastavam algumas pontes, túneis e estradas para estarmos no litoral. Mas apesar dos túneis da Serra da Estrela para ligação à Figueira da Foz constarem realmente do PEDI (pg 127, 2), aqui o portuário refere-se, supomos, ao “porto seco” da Beira Interior.

O outro apontamento refere-se ao aeroporto da Covilhã. Depois de terem fechado o aeródromo da Covilhã e da experiência de Beja, não é melhor estudar o real impacto desta obra? E para isso por favor que não se crie nenhuma agência, podem pedir ajuda, por exemplo à UBI.

Na área temática *D Capital Humano e Modernização Administrativa* Podemos voltar a insistir que esta regionalização não democrática foi mal feita e toda esta estratégia devia ser comum com a CIM da Beira Baixa.

Na área temática *E Saúde, Terceiro sector e Desenvolvimento social*, cá temos mais um *living lab*, este parece que envolve as escolas de saúde da



região, afinal com a saúde não se brinca. De resto concordamos com muitos dos projetos aqui referenciados.

Depois desta breve análise dos projetos âncora e base deste PEDI peço-vos que olhem outra vez para os objetivos estratégicos da europa 2020 e para as ambições do projeto CRER e reflitam se estas áreas temáticas e projetos se enquadram ou não. Sobretudo reparem no ênfase que é dado ao combate ao abandono escolar, à educação de adultos e ao ensino Superior, como forma de ultrapassar as desigualdades, as assimetrias regionais e combater a desertificação, com o necessário crescimento económico.

O Ensino está praticamente arredado destes projetos neste plano estratégico, o que é extraordinariamente significativo. Na nossa opinião o maior trunfo para um futuro melhor são as pessoas e ignorando a sua educação e formação na região não me parece que o futuro seja o melhor.

Muito obrigada.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL

Beiras e Serra da Estrela 2020

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
Setembro de 2014



Índice

Glossário	3
1 Introdução: O Processo de Construção do PEDI e Principais Desafios	9
1.1 Enquadramento do PEDI e Desafios	11
1.2 Fases de Elaboração do Beiras e Serra da Estrela 2020 e Auscultação dos principais agentes locais	14
2 Diagnóstico da Região das Beiras e Serra da Estrela	17
2.1 Plano Territorial de Desenvolvimento 2007-2013: Impactos e Lições	17
2.1.1 PTD das Beiras 2007-2013: Análise de Impactos	17
2.1.2 PTD da Serra da Estrela 2007-2013: Análise de Impactos	32
2.1.3 Planos Territoriais de Desenvolvimento 2007-2013: Síntese de Lições para o Plano 2014-2020	41
2.2 Caracterização Actual da Região das Beiras e Serra da Estrela	42
2.2.1 Posicionamento da Região Centro no Panorama Nacional	43
2.2.2 Principais indicadores das Beiras e da Serra da Estrela	48
3 Posicionamento das Beiras e da Serra da Estrela no Contexto de Política Pública Comunitária, Nacional e Regional	64
3.1 Contexto Comunitário: Estratégia Europa 2020	64
3.2 Contexto Nacional: declinação dos princípios comunitários no Portugal 2020	67
3.3 Contexto Regional: declinação dos princípios comunitários na Estratégia CRER	69
3.4 Contributo dos Planos Nacionais Sectoriais para o PEDI	74
3.4.1 Ordenamento do Território	74
3.4.2 Agricultura	79
3.4.3 Transportes	83
3.4.4 Turismo	87
3.4.5 Saúde	91
3.4.6 Educação	95
3.4.7 Inovação	98
3.4.8 Logística	100
4 Estrutura do PEDI "Beiras e Serra da Estrela 2020"	102
5 Governação do PEDI "Beiras e Serra da Estrela 2020"	108
5.1 Introdução: Novo Enquadramento jurídico das Comunidades Intermunicipais	108
5.2 Governação do PEDI das Beiras e Serra da Estrela	109
6 Plano de Intervenção macro das Beiras e Serra da Estrela e linhas orientadoras para o ITI	112
6.1 Projectos Âncora e Projectos Base por Área Temática	114
6.1.1 Área temática A. Inovação, Internacionalização e Atração de Investimento Produtivo	117
6.1.2 Área temática B. Turismo e Agro-Industrial	124
6.1.3 Área temática C. Logística Mobilidade e Serviços Básicos	126
6.1.4 Área temática D. Capital Humano e Modernização Administrativa	128
6.1.5 Área temática E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social	129
6.2 Metodologia proposta para selecção de projectos a inscrever no ITI das Beiras e Serra da Estrela	133

Glossário

A3I	Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização	DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
AAL	<i>Ambiente Assisted Living</i>	EEC	Estratégias de Eficiência Colectiva
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	ENERAREA	Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
		Estratégia	Estratégia de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente
		CRER	Ersnt & Young
		EY	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	FEDER	Fundação para os Estudos e Formação Autárquica
AIDUS	Acções Integradas de Desenvolvimento Sustentável	Fundação	
AMCB	Associação de Municípios da Cova da Beira	CEFA	
ARDU	Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbano	GEE	Gases do Efeito de Estufa
ARU	Áreas de Reabilitação Urbana	Guard'Ar	Promoção do Ambiente e Saúde no Concelho da Guarda
AUCI	Arco Urbano do Centro Interior	ICN	Instituto de Conservação da Natureza
BI	Beira Interior	I&D	Investigação e Desenvolvimento
BSE	Beiras e Serra da Estrela	IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	INE	Instituto Nacional de Estatística
CCDRC	CCDR do Centro	IPG	Instituto Politécnico da Guarda
CERVAS	Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens	IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
CHCB	Centro Hospitalar da Cova da Beira	ITI	Investimento Territorial Integrado
CIHAFA	Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres	ITS	Serviços Inteligentes de Transporte
CIM	Comunidade Intermunicipal	PA	Projecto Âncora
CIM - BSE	Comunidade Intermunicipal - Beiras e Serra da Estrela	PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
CISE	Centro de Interpretação da Serra da Estrela	PB	Projecto de Base
CIP	Confederação Empresarial de Portugal	PCT	Pólos de Competitividade e Tecnologia
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal	PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
CRER	Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente	PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

PEDI - BSE	PEDI - Beiras e Serra da Estrela		
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo	RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
PET	Plano Estratégico dos Transportes	SI	Sistema de Incentivos
PLIE	Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial	SIG	Sistema de Informação Geográfica
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	SIALM	Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas do Interior
PNS	Plano Nacional de Saúde	SNS	Serviço Nacional de Saúde
PO	Plano Operacional	SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats</i> - Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças
POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano	TI	Transporte Intermodal
POFC	Programas Operacionais Factores de Competitividade	TIC	Tecnologias de Informação e de Comunicação
POVT	Programas Operacionais de Valorização do Território	TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural	TP	Transporte Público
PROMAR	Programa Operacional das Pescas	UBI	Universidade da Beira Interior
PROVERE	Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos	UE	União Europeia
Projecto MIT	Projecto Mobilidade, Inovação e Território	ULS	Unidade Local de Saúde
PRU	Parcerias de Regeneração Urbana	UMS	Unidades Móveis de Saúde
PTD	Plano Territorial de Desenvolvimento	VAB	Valor Acrescentado Bruto
QEC	Quadro Estratégico Comum		
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional		
QREN-COMPETE	Programa Operacional Temático Factores de Competitividade		
QREN-POPH	Programa Operacional Temático Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional		
RePECEE	Rede de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica		
RIS3	<i>Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation</i> - Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente		

Beiras e Serra da Estrela 2020: Visão do Território e Linhas Estratégicas

O novo ciclo de programação de Fundos Comunitários 2014-2020 prevê, em matéria de Estratégias Territoriais, a instituição de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial, integrados e coerentes, que colocam ênfase na escala multimunicipal e na articulação de iniciativas dos municípios que integram as Comunidades Intermunicipais (CIM). Adicionalmente, as alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das CIM vieram reforçar a sua escala como nível preferencial de actuação municipal e promover as condições para uma efectiva descentralização administrativa de competências.

A CIM das Beiras e Serra da Estrela (CIM-BSE) - que resulta da fusão da Comurbeiras e da CIM Serra da Estrela - abraçando o repto lançado pelas prioridades do Portugal 2020 e pelas competências de governação territorial promovidas pelo regime jurídico das Autarquias Locais, encetou um processo para a elaboração do Plano Estratégico da sua Região.

Os municípios integrantes da nova CIM-BSE estão cientes deste novo desafio, e consideram que este Plano Estratégico é uma pedra angular para este novo modelo de organização territorial.

O território das Beiras e Serra da Estrela integra três NUTS III - Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela - correspondente a 15 Municípios: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso.

Do ponto de vista socio-demográfico, estamos perante um território que

ocupa uma superfície de cerca de 6300 km², e que, de acordo com os dados censitários de 2011, tem cerca de 236.000 habitantes. O território das Beiras e Serra da Estrela revela um enquadramento de envelhecimento populacional, uma vez que se encontra:

- ▶ significativamente abaixo da média da Região Centro em matéria de densidade populacional (45,5 face aos 83,2 habitantes por km²);
- ▶ ligeiramente abaixo da média da Região Centro em matéria de proporção de população jovem (11,2% face aos 13,5%);
- ▶ significativamente acima da média da Região Centro em matéria de índice de envelhecimento (240,6 face a 164,5).

Os municípios integrantes da nova CIM-BSE consideram que esta é uma realidade que importa alterar em sede de Plano Estratégico.

No que se refere à educação, é de salientar a redução acima dos valores nacionais e regionais, da população das BSE sem qualquer nível de escolaridade, bem como o aumento da proporção da população residente com ensino superior, com destaque para a Cova da Beira.

Do ponto de vista económico, o território da CIM-BSE é marcado por taxas de desemprego elevadas, onde o sector terciário é o principal criador de emprego e aquele que mais valor cria. Ao nível empresarial, o território da CIM registou em 2012 um menor número de empresas com sede no território, registando também um rácio negativo entre criação e encerramento de empresas. Saliente-se, de forma positiva, o aumento da despesa em I&D realizadas pelas empresas, o que revela uma mudança de estratégia do tecido empresarial local. Outro factor de relevo foi a melhoria de desempenho ao nível dos produtos do território, reflectido no aumento do peso das exportações destes produtos no PIB.



Do ponto de vista logístico, o território das Beiras e Serra da Estrela apresenta barreiras ao nível de acessibilidades, que condicionam um melhor desempenho económico e social, pelas distâncias e custos de mobilidade associados, que necessariamente afectam dinâmicas de atracção de empresas, retenção de pessoas e de qualidade de vida.

Do ponto de vista social, o território da CIM-BSE apresenta uma boa cobertura de equipamentos de apoio à terceira idade, acima da média regional da NUT II e que configura uma mais-valia atendendo à proporção de população idosa mas também uma oportunidade para reforçar a sua utilização, através da atracção de segmentos específicos de turismo.

Tendo em consideração as reuniões preparatórias realizadas e auscultação às forças vivas locais, os Autarcas desta Região consideram o seguinte:

Numa perspectiva mais estrutural, o território das Beiras e da Serra da Estrela apresenta como principais forças o posicionamento estratégico - nomeadamente pela proximidade com Espanha - a disponibilidade de infra-estruturas - turísticas, de restauração, culturais, de educação, ciência e tecnologia e sociais - a diversidade de recursos e o património natural e produtos endógenos identitários da Região. Do lado das fraquezas, destaca-se o fenómeno de envelhecimento populacional, a dinâmica económica díspar do ponto de vista territorial, as debilidades nas infra-estruturas de transporte e logísticas, a resistência no estabelecimento de uma cultura colaborativa, com consequência na dinâmica económica e social local.

As oportunidades deste território centram-se, em grande parte, na valia dos recursos naturais e no reconhecimento da qualidade e do potencial

dos produtos endógenos associados ao sector agro-alimentar e turismo natureza, potenciado pela prestação de serviços diferenciadores nas áreas da saúde. A proximidade a Espanha e os efeitos de spillover de investimentos recentes de empresas em sectores emergentes como as Tecnologias de Informação e Comunicação - de que são exemplo o Data Center da PT na Covilhã e o centro de serviços da Altran no Fundão - constituem activos cujo potencial é relevante na dinamização económica local e, por conseguinte, na imperiosa dinamização demográfica e social.

Nesse sentido, e atendendo ao perfil de baixa densidade do seu território, os municípios da CIM-BSE consideram crítico ultrapassar os problemas de atractividade populacional e económica, apostando em respostas concertadas, de envolvimento activo de todos os agentes locais na implementação de projectos-âncora que, através da resolução de falhas de mercado, do incremento de valor ou da redução de custos, atraíam investimento, criem riqueza e postos de trabalho e, dessa forma, quebrem o ciclo vicioso da desertificação populacional e dinamizem o território.

A estratégia territorial proposta por esta Sub-Região da NUT II Centro encontra-se alinhada com os princípios da Estratégia Europa 2020 - Crescimento sustentado, inteligente e inclusivo - da Estratégia Regional - Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente- bem assim com as áreas temáticas de intervenção da Estratégia de Investigação e de Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3).

Adicionalmente ao enquadramento de acordo com os principais documentos que formam o Novo Ciclo de Programação Comunitária 2014-2020 nas suas diversas declinações geográficas - comunitária, nacional e regional - entendeu esta Comunidade Intermunicipal ser da maior importância considerar as políticas públicas nacionais de



intervenção sectorial. Referimo-nos, concretamente, aos Planos Nacionais em domínios como o Ordenamento do território, a Agricultura, a Inovação, os Transportes, o Turismo, a Saúde, a Educação e a Logística.

Os 15 Municípios das Beiras e Serra da Estrela subscrevem a importância de apostar em projectos que promovam e potenciem a escala multimunicipal, as redes de cooperação, a especialização produtiva inteligente e a utilização de infra-estruturas existente.

Com efeito, entende esta Região e os seus 15 Autarcas que o sucesso do planeamento estratégico nos anos vindouros está criticamente exercido de planeamento colectivo, que passa pelo envolvimento e auscultação de uma miríade de agentes locais - nomeadamente empresários, associações, entidades do sistema educativo, tecnológico, de saúde, bem como entidades públicas de outros níveis de administração - que permita assegurar uma visão comum sobre as necessidades de intervenção no território, bem como projectos que, pela sua escala partilhada, respondam a essas necessidades. A combinação de áreas de conhecimento e de sectores de actividade económica, inerente à especialização produtiva inteligente, exige, desde logo, contributos do sector público, mas também privado e associativo, pelo que a co-promoção de projectos e a constituição de consórcios é crítica para o alcance de escala, sobretudo num território como as Beiras e Serra da Estrela caracterizado por fenómenos de baixa densidade e potenciado por tendências de desertificação e envelhecimento populacional.

O plano estratégico dos Municípios integrantes da CIM-BSE estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos: (i) Reforçar a atractividade e conectividade do território; (ii) Afirmar o posicionamento estratégico da

Região com base na inovação e conhecimento; (iii) Promover Região inclusiva e (iv) Consolidar Região sustentável. Estes quatro eixos estão balizados por dois eixos transversais ao Plano, isto é:

- ▶ **Governança do PEDI:** que reflecte a importância de capacitar a CIM-BSE para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano. Outros princípios de governação explicitamente reconhecidos respeitam a sistemas de co-decisão, projectos de geometria variável que podem, inclusive, ultrapassar os limites territoriais das Beiras e Serra da Estrela e lógicas de parceria público-privada cujo âmbito varia em função do projecto;
- ▶ **Interconectividade da Região** com a sua envolvente externa: através do qual os Municípios reconhecem que o exercício de planeamento ao realizar um diagnóstico macro e ao preconizar um conjunto de intervenções estruturantes, não fica limitado pelas fronteiras territoriais das Beiras e Serra da Estrela ou pela lógica da fonte de financiamento e respectiva elegibilidade.

Tendo presente esta estrutura de eixos de intervenção, os 15 Municípios da CIM-BSE realizaram um conjunto de eventos onde, através de fóruns com âmbitos variáveis, discutiram abordagens estruturantes plasmadas em cinco áreas temáticas:

1. **Inovação, internacionalização e atracção de investimento:** o racional de intervenção dos Municípios da CIM-BSE, em estreita parceria com o sector privado, científico e tecnológico e associativo, é o de criar condições de dinamização do mercado local, seja através da internacionalização de negócios, seja através da atracção de investimento produtivo para a Região. Do exercício de planeamento resultam três projectos-âncora, nomeadamente a criação da A31 - Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização, a Agência



para a inovação através de *Living Labs* e a criação de uma incubadora para a revitalização económica, dedicada a questões de regeneração urbana, eficiência energética e refuncionalização de espaços;

2. **Turismo e agro-industrial:** o racional de intervenção nestes dois sectores está directamente associado às diversas valências e recursos diferenciadores da Região e ao potencial em dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado - Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Beira Baixa, Côa e Cova da Beira - a produtos do território e ao respectivo património cultural, como fonte de promoção económica de produtos (ex. queijo amarelo, queijo da Serra, cereja do Fundão, enchidos da Beira Baixa, requeijão de Seia, compotas de Trancoso) e serviços (ex. turismo). Trata-se de um domínio de especialização inteligente, no sentido de combinação virtuosa de competências e complementar de actividades, em que a inovação é promovida pela abordagem integrada de mercado em que o projecto-âncora tem a ver com associação entre marca-chapéu, produto do território e destino turístico;

3. **Infra-estruturas, logística e mobilidade:** o racional de intervenção prende-se com o aproveitamento das infra-estruturas existentes, através de uma articulação concertada entre os 15 Municípios, que confere prioridade à partilha de recursos e ao aprofundamento da multimodalidade dos interfaces de transporte e das redes logísticas. É posição dos agentes deste território que tal aprofundamento se constitui como uma condição-chave para a coerência e a eficiência interna dos sistemas, bem como para a competitividade e a valorização territorial num cenário de baixa densidade. Esta área de intervenção conta com quatro projectos-âncora: intervenções em infra-estruturas de transportes e na rede logística de proximidade; criação de um parque de máquinas e de recursos intermunicipal; promoção da mobilidade sustentável; e

eficiência nas infra-estruturas básicas de água e saneamento;

4. **Capital humano e modernização e administrativa:** o racional da intervenção está em linha com o veiculado no Portugal 2020, de que a formação e as qualificações são um elemento importante para a modernização da Administração Pública e a promoção da sua eficiência. Um outro elemento que a CIM-BSE pretende potenciar é a partilha de serviços e, nesse sentido, o projecto-âncora prende-se com a avaliação da oportunidade para definir áreas de partilha e as respectivas acções;

5. **Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social:** o racional centra-se em promover a qualidade e o bem-estar da população residente, mas também, e numa lógica de aproveitamento dos equipamentos existentes e das valências endógenas, em dinamizar esse sector de actividade. Há a referir dois projectos-âncora: agenda para um living lab temático na área da Saúde, que se consubstancia num programa de envelhecimento activo, tanto para residentes, como para turistas, na capacitação do pólo de telemonitorização e num projecto associado ao bioclimatismo, à saúde respiratória e ao termalismo; e rede social supramunicipal de funcionamento em rede dos diversos equipamentos espalhados pelo território.

Em suma, a visão estratégica do território das Beiras e Serra da Estrela resulta de um exercício colectivo e concertado das forças vivas da Região, de que os Autarcas e respectivos Municípios são orquestradores, mas que naturalmente requer as competências e contributos do meio empresarial, associativo, científico e tecnológico e de outras entidades de âmbito regional para assegurar coerência e eficiência de resultados. A fase seguinte de planeamento - Plano de Acção - requer o trabalho conjunto dos agentes locais no detalhe dos projectos em termos de âmbito, cronograma, resultados esperados e estrutura de governação.



1 Introdução: O Processo de Construção do PEDI e Principais Desafios

O presente documento procede à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal “Beiras e da Serra da Estrela 2020”.

Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) surgem no âmbito do novo ciclo de programação de fundos comunitários - 2014-2020 - e constituem um primeiro exercício das Regiões no sentido de fazerem um diagnóstico das suas potencialidades, necessidades e, assim, enquadrarem as áreas de intervenção prioritárias. Uma vez definidas as linhas de intervenção do PEDI - nomeadamente através dos eixos, das áreas temáticas, dos projectos âncora e de linhas orientadoras do modelo de governação - a Região das Beiras e Serra da Estrela avançará, subsequentemente, no sentido de detalhar o Plano de Acção, nomeadamente o conjunto de projectos (intermunicipais e municipais), os promotores e os prazos de execução.

Através da presente versão, a EY submete à CIM-BSE (Comunidade Intermunicipal - Beiras e Serra da Estrela) um Plano Estratégico da Região das Beiras e Serra da Estrela, cujo conteúdo final ficará a cargo da aprovação e da decisão da CIM-BSE e dos respectivos órgãos, como base para a delineação do plano de acção plasmado no Investimento Territorial Integrado (ITI).

Mais genericamente, tanto o Plano Estratégico (PEDI), como o Plano de Acção (ITI), posicionam-se como um dos instrumentos de gestão e de afectação de recursos à disposição dos territórios, numa lógica de autonomia.

Enquanto forma de planeamento colectivo e expressão da cooperação entre os actores envolvidos, estes Planos são uma forma de imprimir

maior racionalidade, coerência e articulação à realização de um conjunto de investimentos no território em causa, capazes de verter as orientações comunitárias e nacionais em matéria de política pública de desenvolvimento.

Neste contexto, e focando-nos no âmbito do nosso trabalho de apoio à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, é da maior importância sintetizar os principais desafios que se colocam na elaboração do PEDI em geral, e do Beiras e Serra da Estrela 2020 em particular.

No que se refere aos desafios transversais, há a referir a importância de apostar em projectos que promovam e potenciem:

- ▶ **Redes de cooperação:** pela participação conjunta de entidades de naturezas diversas - municípios, empresas, sistema científico e tecnológico e outros facilitadores;
- ▶ **Especialização produtiva inteligente:** pela combinação virtuosa de áreas de conhecimento e sectores de actividade económica;
- ▶ **Infra-estruturas existentes:** alavancar as estruturas existentes, apostando na sua dinamização numa lógica integrada.

No que se refere aos desafios do Beiras e Serra da Estrela 2020, há, adicionalmente, a referir a importância de reconhecer as seguintes características:

- ▶ O Plano Estratégico 2014-2020 apresenta, no novo quadro de fusão de Comunidades Intermunicipais (CIM), a especificidade de ter resultado de um processo de fusão, no âmbito do novo



quadro legal, nomeadamente da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

- ▶ Apesar da transversalidade de algumas características - o território em causa apresenta realidades e dinâmicas distintas;
- ▶ Atendendo a essas características, os *stakeholders* locais reconhecem a necessidade de unirem esforços em prol de uma visão comum e de uma estratégia integrada para a Região das

Beiras e da Serra da Estrela, que se constitua efectivamente como uma marca de planeamento local.

1.1 Enquadramento do PEDI e Desafios

O presente entendimento sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) subscrive a visão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) enquanto um documento integrador da visão estratégica desse território, dos eixos e áreas de intervenção para definição detalhada posterior dos projectos que os municípios de uma dada sub-região, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, pretendam candidatar a fundos estruturais.

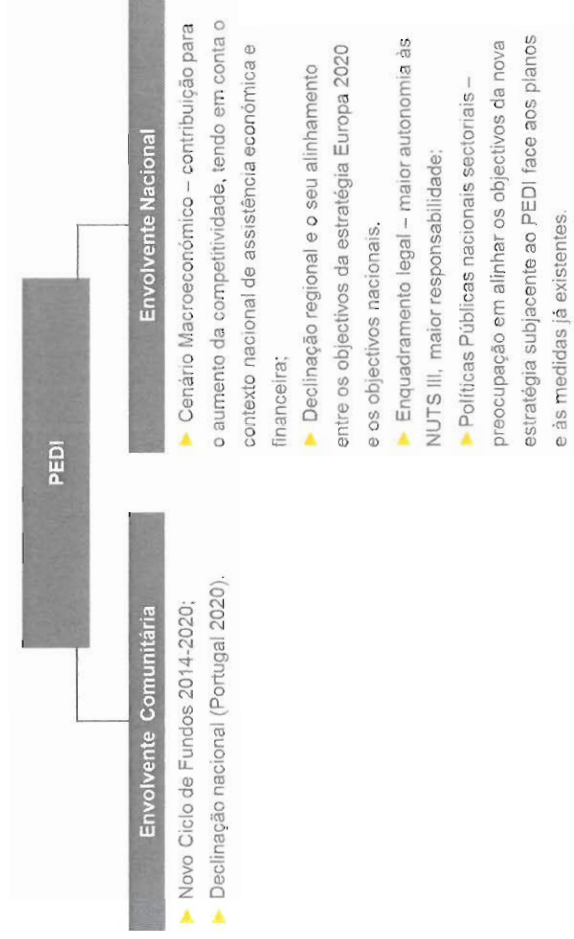
Os objectivos principais de um PEDI prendem-se, por um lado, com a elaboração de um enquadramento alinhado com os princípios comunitários - no caso, com a Estratégia Europa 2020, com a Agenda Territorial para 2020 e com o Quadro Estratégico Comum (QEC) - e com os requisitos nacionais e, por outro lado, com a utilização desse enquadramento para a negociação do envelope para financiamento dos projectos. No domínio nacional, o "Portugal 2020" sucede ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

De salientar igualmente a estruturação definida no "Acordo de Parceria 2014-2020", através do qual Portugal definiu as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento fundamentais para efeitos da adopção dos princípios de programação da Estratégia Europa 2020, consagrando a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.

A programação e a implementação do "Portugal 2020" organizam-se assim em quatro domínios temáticos - competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos - considerando também os domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

A elaboração do PEDI deve ser enquadrada num conjunto de perspectivas, tal como sistematizado no esquema seguinte.

Enquadramento do PEDI nas perspetivas da Estratégia Europa 2020



Fonte: EV

Uma primeira perspectiva refere-se, desde logo, ao enquadramento comunitário, uma vez que estamos perante um novo ciclo de programação de fundos europeus estruturais (2014-2020). As prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020 decorrem da Estratégia Europa 2020 e da Agenda Territorial Europeia e reflectem-se em três vectores de crescimento - inteligente, sustentável e inclusivo. Importa salientar que, ao contrário do que aconteceu na elaboração dos anteriores Planos Estratégicos Intermunicipais (2007-2013), a preparação actual dos PEDl decorre em paralelo com o trabalho nacional de definição da arquitectura do Portugal 2020 e respectiva negociação com a Comissão Europeia, tal como consta da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de Maio.

O Portugal 2020 visa maximizar o impacto dos fundos na concretização das prioridades e dos objectivos da Estratégia Europa 2020, cujos objectivos temáticos estão perfeitamente alinhados e enquadrados com a Estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 pretende potenciar a coordenação e a criação de sinergias através da complementaridade dos fundos, desenhando linhas de orientação e acções-chave.

A nível nacional, a Comissão Europeia e todos os Estados-Membros, através de Contratos de Parceria, definiram o contributo de cada um dos Estados para o cumprimento dos objectivos temáticos e as acções que concretizam os objectivos da Estratégia Europa 2020.

A par da definição nacional das linhas orientadoras e estrutura do Portugal 2020 - através do Acordo de Parceria - as Regiões estão também a desenvolver esforços no sentido de alinharem a sua estratégia com os princípios deste novo ciclo de programação de fundos

comunitários. No caso da NUTS II Centro, a CCDRC elaborou, com base num diagnóstico do território, a Estratégia CRER, de Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente.

Para além do trabalho de preparação do novo ciclo de fundos comunitários, uma outra perspectiva de enquadramento do PEDl refere-se ao nível nacional, havendo, a este propósito, a referir três dimensões. A dimensão económica do PEDl respeita às condições do enquadramento macroeconómico global e nacional, que influenciam os termos da sua elaboração.

Com efeito, Portugal tem vindo a operar num contexto macroeconómico marcadamente recessivo, estando, desde Junho 2011, sob assistência económica e financeira. Especificamente, há que atender às limitações impostas pelo enquadramento orçamental e aos desafios do Programa de Reformas Estruturais. No contexto de quebra acentuada de investimento público e de limitação de recursos no acesso a financiamento pelo sector privado, os fundos comunitários assumem uma importância vital na canalização de recursos para o investimento. O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro, reconhece os fundos comunitários como "recursos insubstituíveis que devem dar uma contribuição decisiva para a recuperação económica do país e para a transformação estrutural da economia".

O enquadramento legal é outra dimensão nacional relevante de enquadramento do PEDl e respeita aos seguintes documentos recentemente publicados:

- ▶ Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro;
- ▶ Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.



As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das Comunidades Intermunicipais (CIM) assentam no reforço da sua escala como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço do modelo de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências.

A terceira dimensão que enquadra a elaboração do PEDI no panorama nacional respeita ao conjunto de políticas públicas. Com efeito, a elaboração do PEDI surge na linha comunitária de programação de fundos mas não pode ser delineado sem referência às políticas públicas e às respectivas linhas directrizes, muitas das quais são anteriores ao próprio exercício prospectivo para o ciclo de 2014-2020. Referimo-nos explicitamente às **políticas nacionais sectoriais** em domínios como o ordenamento do território, a saúde, a educação, a inovação, os transportes e a logística, o turismo, ou a agricultura.

Em suma, os desafios do PEDI envolvem, por um lado, o alinhamento com as directrizes comunitárias, nacionais e regionais para a aplicação dos fundos estruturais, e, por outro lado, a articulação com as políticas públicas existentes, traduzidas nos planos nacionais e regionais sectoriais.

1.2 Fases de Elaboração do Beiras e Serra da Estrela 2020 e Auscultação dos principais agentes locais

Nesta secção, procede-se à apresentação dos principais elementos metodológicos na base da elaboração do PEDI das Beiras e da Serra da Estrela 2014-2020.

A Região das Beiras e Serra da Estrela engloba quinze municípios, sendo

que, em termos de localização territorial, este conjunto de municípios compreende três NUTS III, tal como o quadro seguinte detalha.

Âmbito territorial do PEDI Beiras e Serra da Estrela 2020

NUTS III	Município
Beira Interior Norte	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Mantelgas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso
Cova da Beira	Belmonte, Covilhã, Fundão
Serra da Estrela	Fornos de Algodres, Gouveia, Seia

Fonte: INE.

As NUTS III constituem um nível privilegiado para as articulações entre governo central e as autarquias locais, bem como para a cooperação intermunicipal na definição e na concretização de projectos à escala supra municipal.

O PEDI das Beiras e da Serra da Estrela 2020 configura-se como uma oportunidade para os diversos agentes locais acordarem conjuntamente uma visão para este território, que se traduza em directrizes de intervenção e, por sua vez, em projectos coerentes com esse enquadramento.

Neste âmbito, a metodologia de elaboração do PEDI procurou gerar um Plano com uma dupla vocação de alinhamento:

- ▶ *Top down*, isto é, alinhamento com políticas públicas comunitárias e nacionais;
- ▶ *Bottom up*, isto é, alinhamento com as visões e expectativas dos decisores locais.

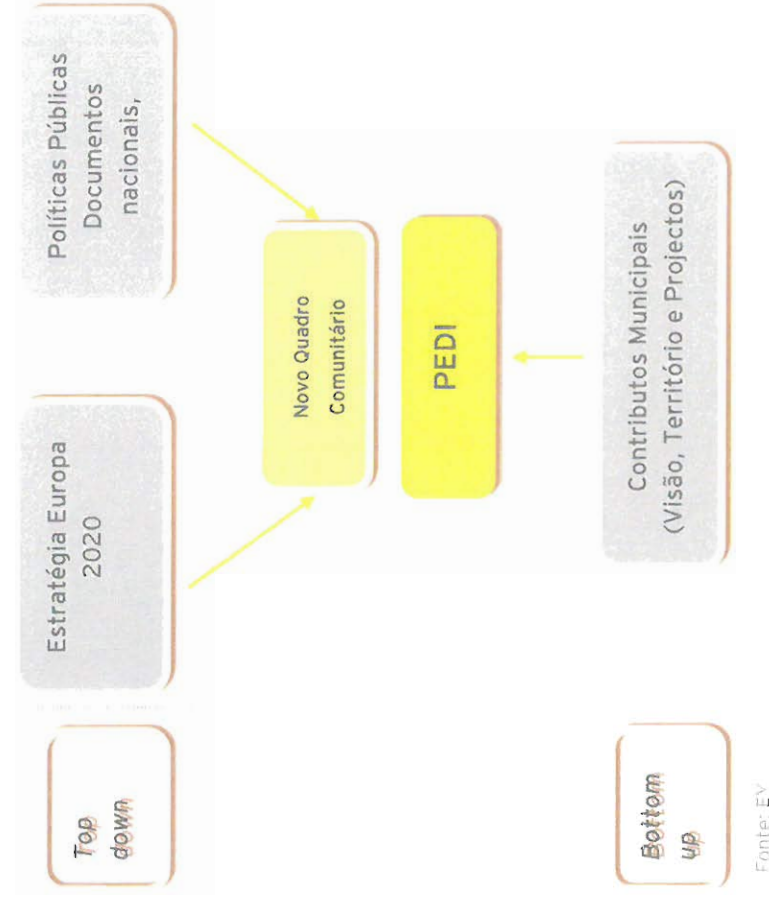


Com efeito, os objectivos principais do PEDI prendem-se com a elaboração de um enquadramento alinhado com os princípios comunitários plasmados na Estratégia Europa 2020 e com a Agenda Territorial para 2020 e os requisitos nacionais, neste caso, o Portugal 2020.

O planeamento colectivo que resulta da colaboração e do envolvimento dos municípios neste Plano é um instrumento que imprime maior racionalidade, coerência e articulação à realização de um conjunto de investimentos no território em causa, capazes de reflectir as orientações comunitárias e nacionais em matéria de política pública de desenvolvimento.

A compreensão e o alinhamento com a Estratégia Europa 2020 são essenciais, uma vez que condicionarão e guiarão os fundos, os programas, os acordos de parceria e o Portugal 2020.

Enquadramento Estratégia Europa 2020 com o PEDI



Neste contexto, o processo de elaboração do PEDI enquanto programa-chapéu de uma sub-Região, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, e respectivos agentes locais, depende das seguintes etapas essenciais:

- ▶ Diagnóstico estratégico do território visado e respectivo

posicionamento face à NUTS II Centro e ao panorama nacional;

- ▶ Alinhamento do PEDI com políticas públicas comunitárias e nacionais;
- ▶ Indicação da estrutura do PEDI em eixos estratégicos e objectivos;
- ▶ Modelo de governação, com mecanismos de gestão, de implementação e de monitorização do Plano;
- ▶ Apresentação de um plano de intervenção, através da indicação de projectos estruturantes para cada um dos Eixos, tendo presente a lógica de financiamento desses projectos resulta de diversas fontes, que vão além da subvenção a negociar no âmbito do ITI.

Em seguida, é feito um enquadramento da Região das Beiras e Serra da Estrela (Capítulo 2), que parte da caracterização da Região Centro e prossegue com a apresentação dos principais indicadores económicos, sociais e demográficos, detalhando sempre que possível o território correspondente aos 15 municípios. Neste contexto, é também elaborada uma reflexão sobre o impacto e principais lições sobre o actual ciclo de programação 2007-2013.

Uma vez enquadrado o território, o capítulo 3 dedica-se ao posicionamento das Beiras e da Serra da Estrela no contexto da política pública comunitária, nacional e regional. O objectivo é descrever, para cada documento de política pública, a respectiva estrutura e objectivos, bem como o alinhamento com a estratégia regional.

No capítulo seguinte – 4 – é apresentada a estrutura do Beiras e Serra da Estrela 2020, nomeadamente os eixos estratégicos e respectivos objectivos e áreas temáticas de intervenção

O capítulo 5 dedica-se às principais linhas orientadoras do modelo de governação do PEDI e o capítulo 6 define o plano de intervenção macro do Beiras e Serra da Estrela 2020, através da apresentação dos projectos âncora e de base em cada uma das cinco áreas temáticas, bem como dos critérios que, numa fase posterior, e mediante a indicação dos projectos micro, servirão de base para a selecção pela CIM-BSE.

Auscultação dos principais agentes locais

Ao longo da elaboração do PEDI, foi prioritária a auscultação dos principais agentes locais. De realçar as seguintes reuniões, a título exemplificativo:

- No dia 15 de Julho de 2013, foi realizada uma reunião na Covilhã onde estiveram presentes os Presidentes de Câmara da CIM-BSE e representantes das principais forças vivas da região, tendo sido propostas e discutidas as linhas de orientação do PEDI, a Estratégia Europa 2020 e a necessidade de alinhamento do PEDI com as políticas comunitárias e as políticas públicas nacionais.

- A 31 de Julho de 2013, foi realizada uma outra reunião, onde estiveram os Presidentes de Câmara da CIM-BSE, tendo sido discutidos os eixos de intervenção do PEDI e os pilares identitários e diferenciadores da região.

- Já em 2014, a 19 de Março de 2014, numa reunião que contou com a presença de diversas entidades ligadas à Saúde e ao Ensino Superior, tendo sido discutidos inúmeros contributos e possíveis parcerias e sinergias entre os *stakeholders* da Região das Beiras e Serra da Estrela.



2 Diagnóstico da Região das Beiras e Serra da Estrela

2.1 Plano Territorial de Desenvolvimento 2007-2013: Impactos e Lições

2.1.1 PTD das Beiras 2007-2013: Análise de Impactos

O Plano Territorial de Desenvolvimento (PTD) para o período 2007-2013 foi elaborado pela Comurbeiras, contemplando os 12 municípios pertencentes às NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira.

Este plano, não obstante a necessidade de superar carências infraestruturais dos municípios da Comunidade Urbana, valorizou as iniciativas de carácter supramunicipal e de natureza estruturante, que resultaram no desenho e na implementação de uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para o território das Beiras. Foi preparado um conjunto de projectos estratégicos que pretendiam colocar o território da Comunidade Urbana numa nova trajetória tecnológica, sem romper com o passado, pautando-se pela promoção da mobilidade como factor de reforço da capacidade competitiva territorial.

No sentido de analisar a **capacidade competitiva**, foram definidos indicadores nas seguintes quatro dimensões:

- ▶ **Empreendedora:** contemplou indicadores ao nível da eficiência produtiva, da massa crítica empresarial, da Investigação & Desenvolvimento (I&D) e de novas formas de combinação de factores produtivos;
- ▶ **Logística:** caracterizada mediante indicadores, tais como o mapa

de acessibilidades, o índice de mobilidade inter e intra-regional, redes de transportes, plataformas logísticas, infraestruturas de transporte, terminais multimodais e infraestruturas sociais, culturais e ambientais;

- ▶ **Demográfica:** através de indicadores como a população total e de rácios de concentração que permitem operacionalizar formas de geo-segmentação das subunidades populacionais da unidade espacial e das densidades populacionais correspondentes;
- ▶ **Competitividade Territorial:** avaliada mediante variáveis de cooperação e de valorização do território, recorrendo a indicadores tais como a existência de redes de cooperação interregional, transfronteiriça e transnacional, a existência de redes empresariais e institucionais, o nível de conectividade internacional, as políticas relativas ao ordenamento do território, de revitalização em ambiente urbano, rural e ambiental.

Os factores associados ao isolamento, às desvantagens comparativas inerentes às deslocações para os grandes centros urbanos de decisão e o crescimento do desemprego, determinaram as dificuldades observáveis na atração e na fixação de jovens quadros qualificados na região, o que agravou o progressivo envelhecimento da população local. Observou-se, ainda, um baixo nível de escolaridade e fracos índices de habilitações médias e superiores, contexto que acabou por se repercutir na existência de baixas qualificações da mão-de-obra.

Em termos de base industrial, observaram-se situações de mono-indústria, associadas normalmente aos sectores tradicionais, e também aliadas a uma reduzida capacidade de incubação de empresas de cariz



inovador. Com base na avaliação da capacidade competitiva do território da Comurbeiras foi definida a matriz SWOT, onde se identificaram as principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

Análise estratégica da Comurbeiras: Matriz SWOT

Forças:	Fraquezas:
- Localização geográfica estratégica no contexto ibérico; - Riqueza de recursos naturais, paisagísticos e ambientais; - Riqueza de património cultural e histórico; - Tradição e know-how na produção industrial e agrícola; - Existência de estabelecimentos de Ensino Superior e profissional e ligações aos centros de tecnologia; - Existência de Centros e Unidades de Investigação; - Existência de Agências de Desenvolvimento local/ regional; - Existência de Parques Industriais e Tecnológico com especializações sectoriais; - Fixação progressiva de recursos humanos qualificados; - Terciarização progressiva da economia local; - Destinos turísticos de grande potencial (Serra da Estrela, Douro, Aldeias históricas, etc...) - Recursos naturais e ambientais diferenciadores.	- Localização periférica face aos grandes centros urbanos portugueses; - Rede de transportes rodoviários, ferroviários e aéreos; - Práticas institucionais não coordenadas; - Envelhecimento da população; - Baixo nível de escolaridade e índices de habilitações médias e superiores; - Baixa versatilidade e dificuldade de reconversão da mão-de-obra; - Inexistência de uma cultura de cooperação inter-empresarial; - Subordinação a centros de distribuição exteriores à região; - Inexistência de práticas articuladas de promoção dos produtos regionais; - Reduzida capacidade de incubação de empresas de cariz inovador.
Oportunidades:	Ameaças:
- Cooperação transfronteiriça; - Construção e requalificação das vias de comunicação; - Fixação de quadros qualificados; - Procura de produtos regionais de qualidade (gama alta); - Criação de uma imagem de marca regional; - Oferta turística diversificada e integrada; - Recurso às Tecnologias de Informação e comunicação (TIC); - Promoção do potencial inovador e empreendedor regional; - Instalação de empresas de base tecnológica no Parkurbis; - Operacionalização de um Plano Tecnológico Regional; - Captação de fundos estruturais através de parcerias transfronteiriças (redes de assistência médica e escolar); - Fortalecimento de parcerias público-privadas; - Criação da Faculdade de Medicina; - Atracção de investimentos a realizar por emigrantes que regressam à região.	- Morosidade da concretização do plano de acessibilidades; - Especialização industrial, agrícola e turística dos concorrentes Europeus; - Resistência às iniciativas de cooperação inter-empresarial; - Dificuldade de adaptação das pequenas empresas a práticas de I&D e de inovação; - Dificuldades na cooperação inter-institucional; - Insuficiente mobilização regional; - Dificuldades na atracção e na retenção de recursos qualificados; - Falta de capacidade inovadora e organizativa dos produtos agrícolas regionais

Fonte: Global Chance (2007), Plano de Desenv. Estratégico da Comurbeiras 2007-13.



O eixo 1 - Património histórico, turismo e ambiente - visava a afirmação do território dentro do conceito de "Região Fronteira da História", apostando em iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento que permitissem:

- ▶ Requalificar e promover o turismo da Serra da Estrela, marca-âncora da Região;
- ▶ Requalificar e promover, de forma integrada, os activos históricos medievais do Côa (arco de Aldeias históricas e Centros históricos), das Descobertas e dos activos patrimoniais por segmento (por exemplo construções militares, judiarias, arqueologia industrial e minas);
- ▶ Promover o ambiente e os recursos naturais;
- ▶ Interligar os activos turísticos do território (Serra da Estrela, gravuras de Foz Côa, Douro, rede de Aldeias históricas, castelos e fortificações, Aldeias de xisto e Região Raiana de Salamanca, etc.).

O eixo 2 - Produtos do território - apontava para a necessidade de promoção das especificidades do território, através da valorização dos seus produtos culturais e de especialização tradicional, mas também para um necessário reforço dos *clusters* tradicionais (têxtil, agro-alimentar, silvicultura e fileira florestal, pedras e granitos, etc.) e na requalificação do comércio tradicional (revitalização do tecido urbano dos centros históricos).

O eixo 3 - Posicionamento transfronteiriço - enquadrava as estratégias que visavam tirar partido da posição geográfica do território, nomeadamente através do desenvolvimento do eixo logístico Ibérico (plataformas logísticas, aeroporto da Beira Interior, acessibilidades), da



O argumento em torno da promoção do desempenho do território, passou, em parte, pela alteração da conduta dos produtores industriais e agrícolas, e dos operadores turísticos locais, no sentido de construírem e de solidificarem as suas forças, bem como de superar as suas fraquezas.

A aposta deliberada na ligação em rede dos centros urbanos e dos centros rurais foi considerada imprescindível, de modo a promover redes inter-regionais de comunicação, que permitissem fortalecer, por via tecnológica, as características únicas referentes ao património, usos e costumes desta região que, desta forma, seriam preservados e enriquecidos pela sua divulgação online, e contribuiriam para o fortalecimento das vantagens competitivas intrínsecas dentro de uma lógica de atuação estratégica conjunta e coordenada.

A análise estratégica da Região das Beiras e Serra da Estrela quanto a tendências e respectivos desafios originou a configuração dos cinco eixos de desenvolvimento do PTD 2007-2013 das Beiras, tal como apresentados na Tabela infra.

PTD das Beiras 2007-2013: Eixos estratégicos e desafios do território

Eixos estratégicos	Desafios do território das Beiras
Eixo 1: Património histórico, turismo e ambiente	▶ Aposta na requalificação do ambiente, recursos naturais, históricos e turísticos; ▶ Valorização dos produtos culturais de especialização tradicional; ▶ Criação de um pólo de competitividade agro-industrial.
Eixo 2: Produtos do território	▶ Desenvolvimento de práticas de cooperação; ▶ Revitalização, manutenção de actividades económicas e serviços públicos adequados; ▶ Criação de redes de polos de inovação integradas nos clusters tradicionais.
Eixo 3: Posicionamento transfronteiriço	▶ Desenvolvimento de economia rural, garantindo a inclusão de todos os municípios; ▶ Desenvolvimento de ligações promotoras da mobilidade entre municípios; ▶ Criação de condições que garantam a qualidade de vida da população residente possam atrair população jovem e qualificada.
Eixo 4: Inovação e competitividade	
Eixo 5: Coesão social e territorial	

colaboração raiana e desenvolvimento transfronteiriço, na promoção dos activos turísticos, históricos e culturais nas cidades de fronteira de Espanha. Para além da sua importância para a competitividade do território, poderia também conduzir a uma abordagem integrada e unificada do eixo Comurbeiras com regiões limítrofes de Espanha, no desenvolvimento de projectos comuns no âmbito cultural, educacional, turístico, ambiental e medieval.

O eixo 4 - Inovação e competitividade - partiu do reconhecimento da importância de promoção de *clusters* (ou conjuntos de empresas relacionadas e concentradas com uma especialização sectorial), das infra-estruturas de inovação e da qualidade das redes de cooperação entre os agentes locais, para a capacidade regional de inovação e, por conseguinte, de crescimento sustentado. Neste sentido, os projectos identificados neste eixo materializaram as seguintes estratégias para o território:

- ▶ Reforço de *clusters* emergentes, como o turismo, as energias renováveis e ambiente, a saúde e termalismo, o software e multimédia;
- ▶ Criação de um ecossistema promotor do empreendedorismo;
- ▶ Potenciação da especialização em *clusters* tradicionais, através do empreendedorismo e da atracção de investimento;
- ▶ Formação aos jovens e desempregados, ligada aos serviços e com competências trilingues;
- ▶ Marketing territorial integrado em função dos principais activos e marcas regionais;
- ▶ Redução de custos de contexto, através de estratégias digitais nos serviços públicos;
- ▶ Estratégia acelerada de infra-estruturas e suportes digitais para a renovação da especialização da região.

O eixo 5 - Coesão social e territorial - partiu do reconhecimento da importância dos sistemas urbanos para o desenvolvimento regional e do âmbito da coesão territorial, que vai além da coesão económica e social. Foram objectivos deste eixo (i) promover o desenvolvimento territorialmente equilibrado; (ii) contribuir para a melhoria da integração territorial e da cooperação entre os municípios.

Com efeito, o aumento das actividades económicas e da população observado nos maiores aglomerados urbanos do território em análise, contrastava com as zonas rurais e concelhos de menor dimensão, que enfrentavam uma fase de despovoamento e um declínio na disponibilidade de serviços de base. Estas disparidades territoriais, com impacto nas populações e na competitividade territorial, apelaram a uma intervenção específica.

Assim, e a par das medidas de reforço da coesão e da competitividade do território já identificadas nos eixos 1, 2, 3 e 4, foram consideradas as seguintes linhas de acção, com enfoque na qualidade de vida das populações, como base da redução das disparidades no território, reforçando a sua atractividade:

- ▶ Construção e/ou requalificação das infra-estruturas básicas de saúde, de educação, de água, saneamento e gás;
- ▶ Requalificação das acessibilidades municipais;
- ▶ Requalificação de equipamentos desportivos e culturais;
- ▶ Desenvolvimento de infra-estruturas e de programas de apoio a populações em desvantagem social, nomeadamente jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais;
- ▶ Desenvolvimento de aldeias, vilas e cidades atractivas e com qualidade de vida.



O desafio consistia, assim, na criação de condições básicas que garantissem a qualidade de vida das populações, bem como a revitalização, a manutenção da actividade económica e de serviços públicos adequados e o desenvolvimento de ligações que assegurassem uma maior mobilidade entre os municípios do território da comunidade urbana.

Para cada um dos cinco eixos estratégicos do PTD 2007-2013 da Comurbeiras, foram definidas 23 apostas estratégicas enquadradoras dos projectos a candidatar no âmbito da contratualização do plano estratégico, tal como sistematizado na Tabela infra.

PTD da Comurbeiras 2007-2013: eixos estratégicos e apostas estratégicas

Eixo estratégico	Aposta estratégica
Eixo 1: Património histórico, turismo e ambiente	1. Requalificação da Serra da Estrela (marca âncora da Região).
	2. Promoção dos activos históricos medievais do Côa (arco de Aldeias históricas e centros históricos); das Descobertas (por ex. Pedro Álvares Cabral, Pêro da Covilhã, Rui Faleiro); e dos activos patrimoniais por segmento (por ex., construções militares, Judiarias, arqueologia industrial e minas).
	3. Promoção do ambiente e dos recursos naturais.
	4. Interligação dos activos turísticos (Serra da Estrela, gravuras de Foz Côa, Douro, rede de Aldeias históricas, castelos e fortificações, Aldeias de Xisto e Região Ralana de Salamanca, etc.).
	5. Valorização dos produtos culturais
Eixo 2: Produtos do território	6. Valorização dos produtos de especialização tradicional
	7. Reforço dos clusters tradicionais (por ex. têxtil, agro-alimentar, silvicultura e floresta, pedras e granitos)
	8. Requalificação do comércio tradicional
Eixo 3: Posicionamento transfronteiriço	9. Desenvolvimento do eixo logístico Ibérico (plataformas logísticas, aeroporto da Beira Interior, acessibilidades)
	10. Colaboração raiana e desenvolvimento transfronteiriço
	11. Promoção dos activos turísticos, históricos e culturais nas cidades de fronteira de Espanha
Eixo 4: Inovação e competitividade	12. Reforço de clusters emergentes (por ex. turismo, energias renováveis e ambiente, saúde e termalismo, software e multimédia)
	13. Criação de um ecossistema de empreendedorismo
	14. Estratégia para potenciação dos clusters tradicionais com base no empreendedorismo e na atracção de investimento
	15. Formação aos jovens e desempregados, ligada aos serviços e com competências trilingues (português, inglês e castelhano)
	16. Estratégia de marketing territorial integrada em função dos grandes activos e marcas regionais
	17. Redução de custos de contexto e estratégias digitais nos serviços públicos
	18. Estratégia acelerada de infra-estruturas e suportes digitais para a renovação da especialização da região
	19. Construção/requalificação das infra-estruturas básicas de saúde, educação, água, saneamento e gás
Eixo 5: Coesão social e territorial	20. Requalificação das acessibilidades municipais
	21. Requalificação de equipamentos desportivos e culturais
	22. Desenvolvimento de infra-estruturas e de programas de apoio a jovens, idosos e pessoas com necessidades especiais
	23. Desenvolvimento de aldeias, vilas e cidades atractivas e com qualidade de vida

Fonte: Global Change (2007). Plano de Desenv. Estratégico da Comurbeiras 2007-13.



No sentido de materializar as apostas estratégicas, foram identificados três tipologias de projectos consoante o seu âmbito e impacto:

- ▶ **Projectos estruturantes e de prioridade elevada**, dos quais seria esperado um impacto significativo no desenvolvimento do território como um todo;
- ▶ **Projectos de suporte e de prioridade moderada**, cujo impacto, por si só, não seria relevante;
- ▶ **Projectos de suporte de interesse concelhio**, que, não sendo estruturantes para o território da Comurbeiras, seriam importantes para o desenvolvimento dos concelhos envolvidos e para o reforço da coesão social e territorial.

De acordo com a publicação da CCDRC "Políticas Públicas no Centro de Portugal - QREN 2007-2013", a Região Centro é a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN, concentrando 27,3% do total de fundos aprovados no país.

Analisando a capacidade de realização das entidades beneficiárias/promotoras na Região Centro, verifica-se que o maior valor de realização é alcançado pelos municípios e pelas entidades públicas empresariais, com taxas de 82,2% e 81,2%, respectivamente.

No âmbito das subvenções contratualizadas entre as Comunidades Intermunicipais e o Programa Operacional Regional - Mais Centro - foram aprovadas, até ao final de 2013, 666 candidaturas, com um investimento total previsto de € 763 milhões e um valor de participação FEDER de € 543 milhões. O regulamento **Educação** (requalificação do parque escolar) foi o que concentrou maior valor de aprovações e de execução no final de 2013, com 43% do total de FEDER aprovado e 43,1% do validado. Para além do regulamento Educação, observava-se que em sete das dez CIM, o maior valor de FEDER aprovado

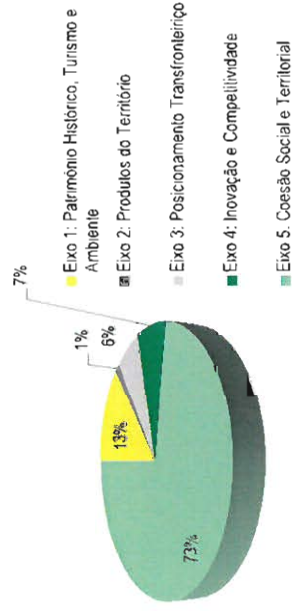
se destinava a investimentos em **mobilidade territorial**. Apenas no Baixo Vouga, no Pinhal Interior Norte e na Serra da Estrela, esta situação não ocorria.

Da análise comparativa das CIM da Região Centro, no que respeita à taxa de realização e do valor de FEDER aprovado, verificou-se que, no final de 2013:

- ▶ A CIM Baixo Vouga registou o maior valor de FEDER aprovado e uma taxa de realização acima da média das CIM da Região Centro;
- ▶ As CIM Serra da Estrela, Baixo Mondego e Oeste registavam uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, reduzidos valores de aprovações;
- ▶ As CIM Beira Interior Sul, Pinhal Litoral, Comurbeiras e Pinhal Interior Norte, apesar de baixos níveis de aprovação, apresentavam taxas de realização elevadas;
- ▶ As CIM Médio Tejo/Pinhal Interior Sul e Dão-Lafões apresentavam elevados montantes aprovados, mas uma taxa de realização inferior à média regional.

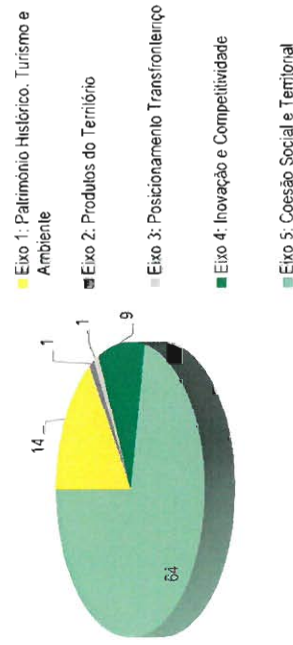
A análise que adiante se detalha refere-se ao nível de execução do PTD 2007-2013, com dados reportados a 31 de Dezembro de 2013, por comparação ao conjunto de projectos inicialmente definido no Plano objecto de contratualização com a CCDRC. Importa, a este respeito, salientar que os projectos executados no âmbito da contratualização sofreram alterações significativas face aos projectos inicialmente incluídos no PTD 2007-2013, em função dos eixos orientadores da CCDRC e das respectivas dotações orçamentais. De referir, ainda, que os Municípios ainda se encontram em fase de conclusão de projectos, pelo que estas taxas de execução irão aumentar.

PTD da Comurbeiras 2007-2013: Despesa pública validada por eixo estratégico



Fonte: Comurbeiras

PTD das Beiras 2007-2013: Projectos executados por eixo estratégico



Fonte: Comurbeiras

A análise dos gráficos revela que 73% da despesa pública validada foi afecta a projectos enquadráveis no Eixo Estratégico 5 "Coesão social e territorial", a que correspondeu uma participação comunitária de cerca de € 32 milhões. Neste eixo foram executados 64 projectos.

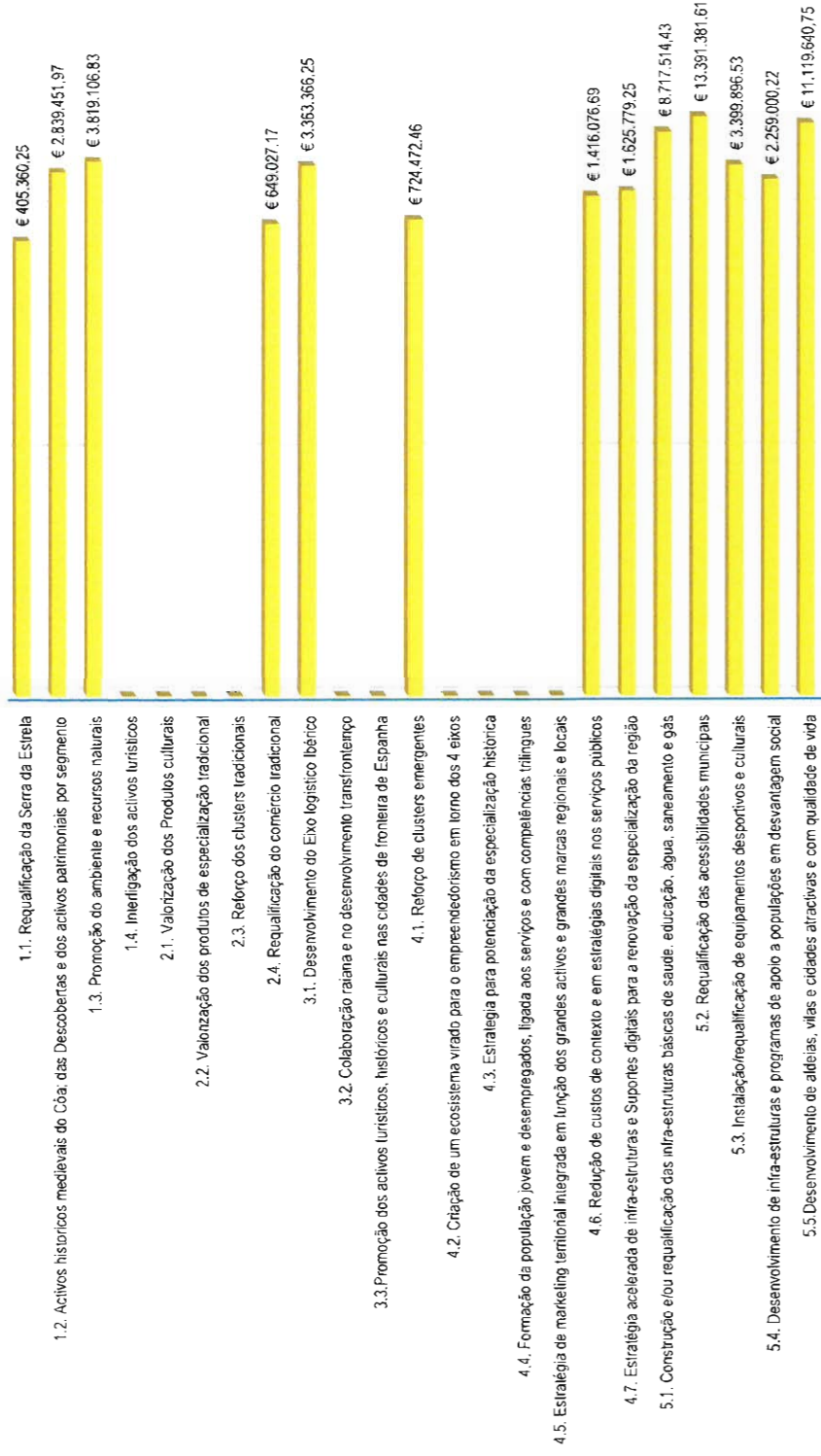
No âmbito do Eixo Estratégico 1 "Património histórico, turismo e ambiente", foram executados 14 projectos a que correspondeu uma despesa pública validada de 13% face à totalidade de despesa validada, com uma participação comunitária superior a € 5,5 milhões.

Os nove projectos executados no âmbito do Eixo Estratégico 4 "Inovação e competitividade" representaram 7% da totalidade de despesa validada, com uma participação comunitária de € 3,2 milhões.

Relativamente ao Eixo 3 "Cooperação transfronteira" e ao Eixo 2 "Produtos do território", apenas foi executado um projecto em cada Eixo. O projecto enquadrado no Eixo 3 representou 6% da totalidade de despesa pública validada, com uma participação comunitária validada próxima dos € 3 milhões. O projecto enquadrado no Eixo 2 representou apenas 1% da despesa pública validada, com uma participação de € 551.673,09.

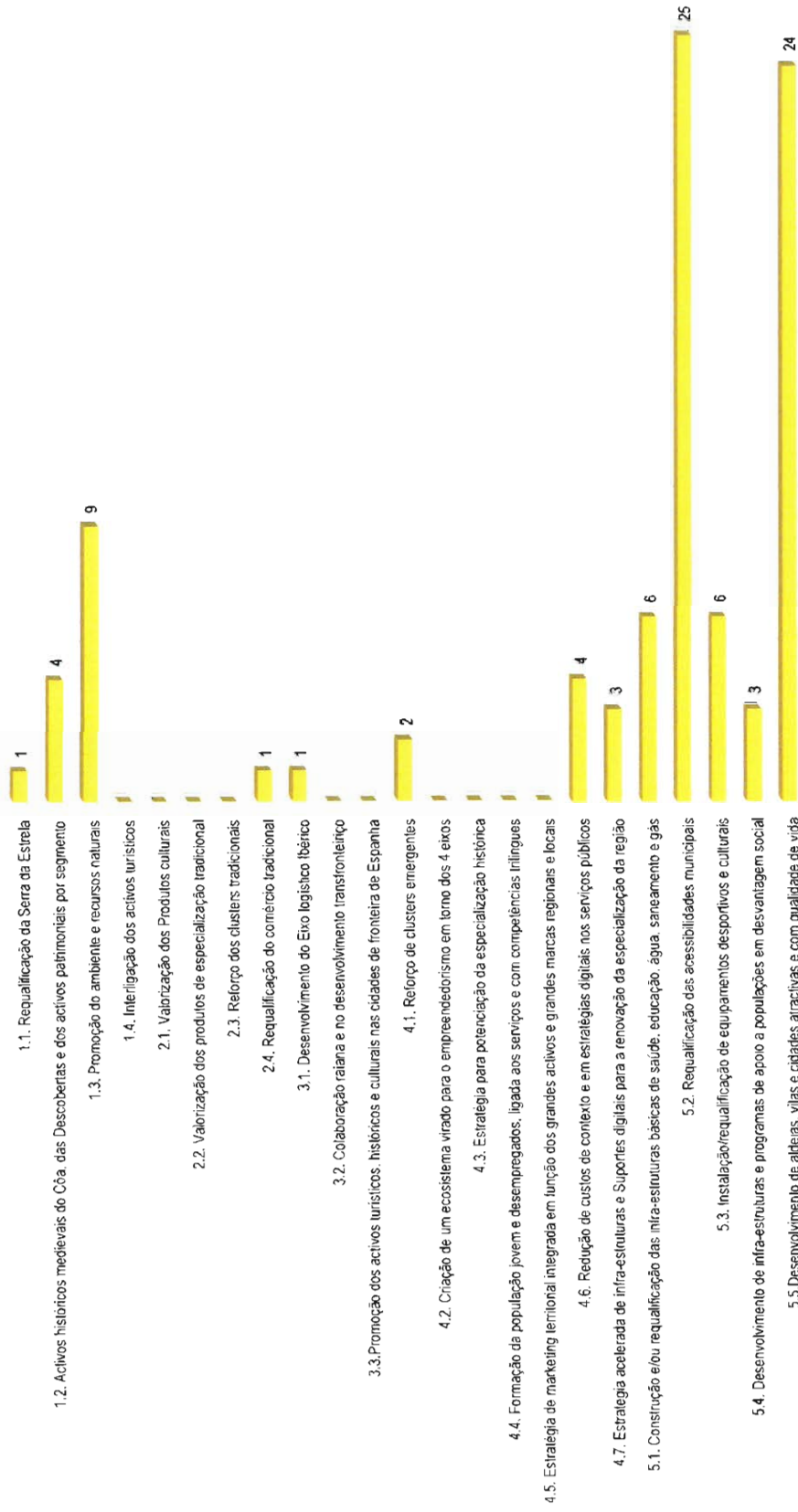
A propósito do alinhamento dos eixos estratégicos, importa também analisar as apostas estratégicas de destaque nos projectos executados.

PTD das Beiras 2007-2013: Despesa pública validada por aposta estratégica



Fonte: Comurbeiras

PTD das Beiras 2007-2013: Projectos executados por aposta estratégica



Fonte: ComuBeiras

Tendo presente os eixos estratégicos, a análise dos gráficos supra revela que foram as apostas estratégicas do eixo 5 “Coesão social e territorial” que asseguraram maior despesa pública validada em 31 de Dezembro de 2013.

Na desagregação destas apostas estratégicas, é de destacar a “requalificação das acessibilidades municipais”, com 25 projectos executados, cuja despesa pública validada envolveu um montante superior a € 13 milhões, a que correspondeu uma participação comunitária de cerca de € 11,3 milhões. Esta aposta estratégica representou 34% da despesa pública validada afecta ao eixo 5. Ainda relativamente ao eixo 5, merece referência a repartição pelas suas apostas estratégicas:

- ▶ “Desenvolvimento de aldeias, vilas e cidades atractivas e com qualidade de vida”, com mais de € 11 milhões de despesa pública validada em 24 projectos executados, equivalente a cerca 28% do total despesa pública validada do respectivo eixo;
- ▶ “Construção/requalificação de infra-estruturas básicas de saúde, educação, água, saneamento e gás”, com cerca de € 8,7 milhões de despesa pública validada em 6 projectos;
- ▶ “Requalificação de equipamentos desportivos e culturais”, com mais de € 3,4 milhões, equivalente a 8% da totalidade de verbas aplicadas no eixo.

Neste âmbito de coesão territorial, apenas 6% da despesa pública validada do eixo foi aplicada nos três projectos enquadrados na aposta estratégica “desenvolvimento de infra-estruturas e programas de apoio a populações e desvantagem social”.

Analisando a distribuição da despesa pública validada no eixo 1

“Património histórico, turismo e ambiente”, constata-se que foram contempladas três das quatro apostas estratégicas:

- ▶ “Promoção do ambiente e recursos naturais”, com nove projectos e com uma despesa pública validada correspondente a 54% da totalidade do eixo;
- ▶ “Activos históricos medievais do Côa, das Descobertas e dos activos patrimoniais por segmento”, com uma despesa pública validada de € 2,8 milhões, ou seja, 40% da totalidade de despesa validada do eixo;
- ▶ “Requalificação da Serra da Estrela”, representando 6% da despesa validada do eixo, com apenas um projecto.

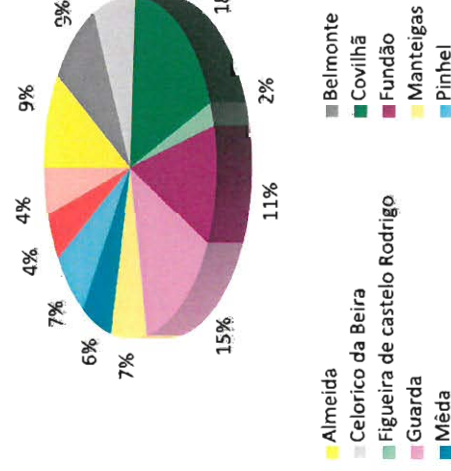
Relativamente ao Eixo 4 “Inovação e competitividade”, a despesa pública foi canalizada para apenas três das sete apostas estratégicas inicialmente definidas:

- ▶ “Estratégia acelerada de infra-estruturas e suportes digitais para a renovação da especialização da região”, com quatro projectos executados e uma despesa pública validada de € 1,6 milhões (43% da totalidade de despesa pública validada do eixo);
- ▶ “Redução de custos de contexto e em estratégias digitais nos serviços públicos”, com quatro projectos executados e com uma despesa pública validada de € 1,4 milhões;
- ▶ “Reforço de *clusters* emergentes”, com uma despesa pública validada correspondente a 19% do total de despesa validada do eixo e apenas dois projectos executados.

Relativamente aos eixos 2 e 3, a totalidade de investimento incidiu, respectivamente, nas seguintes apostas estratégicas:

- ▶ "Requalificação do comércio tradicional", (eixo 2), com uma despesa pública validada de cerca de € 649 mil em apenas um projecto executado;
- ▶ "Desenvolvimento do eixo logístico ibérico" (eixo 3), com uma despesa pública validada de € 3,3 milhões em apenas um projecto executado.

PTD das Beiras 2007-2013: Distribuição de projectos por Município

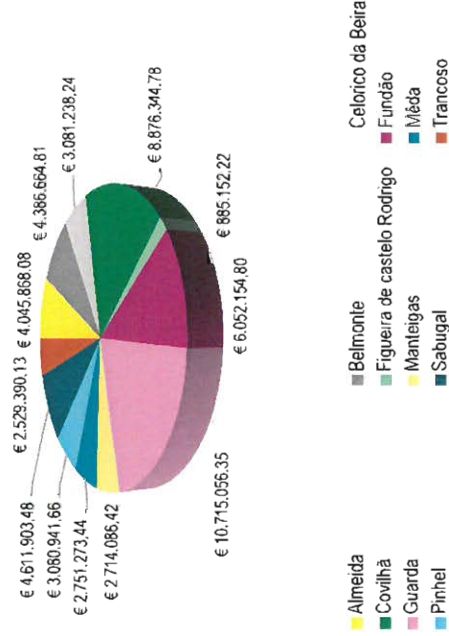


Fonte: Comurbeiras

Tendo em conta o número de projectos executados por município, constata-se que a Covilhã foi aquele com o maior número de projectos executados - 16 projectos - seguido pela Guarda e pelo Fundão com 13 e 10 projectos, respectivamente. Em contraste, Figueira de Castelo Rodrigo foi o município com menor número de projectos executados, com apenas dois. Ainda assim, quando considerado o montante de despesa pública validada, o município da Guarda assegurou o montante

mais elevado de despesa pública validada a 31 de Dezembro de 2013, com de € 10,7 milhões, seguido da Covilhã e do Fundão com despesas públicas validadas de € 8,9 milhões e € 6 milhões respectivamente.

PTD das Beiras 2007-2013: Despesa pública validada por Município



Fonte: Comurbeiras.

No entanto, cabe salientar que este território em geral, e os municípios em particular, dispuseram de outros instrumentos e mecanismos para executar projectos não apenas de cariz infra-estrutural, mas também associados à promoção do conhecimento e das redes de cooperação. Nesse sentido, a execução do PTD 2007-2013 traduz uma visão de actuação no território das Beiras, que importa complementar com a referência a outros instrumentos, principalmente associados às Estratégias de Eficiência Colectiva como as/os:



- ▶ Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU): Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI) e Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), nomeadamente na Covilhã, no Fundão e na Guarda;
- ▶ Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), como por exemplo as Aldeias Históricas, a rede de Aldeias de Xisto ou o Buy Nature;
- ▶ Clusters: Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e Outros Clusters (ex. Cluster Agro-industrial do Centro).

Assim, o enfoque da contratualização com a CCDRC nos projectos de natureza material foi complementado com a intervenção e respectivo acesso a fundos pela CIM, municípios, operadores privados e outras entidades da região para projectos de carácter imaterial de:

- ▶ Promoção do empreendedorismo e da formação para a modernização administrativa, através do Programa Operacional Temático Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN-POPH);
- ▶ Promoção dos activos naturais e históricos, através dos PROVERE;
- ▶ Cooperação transfronteiriça, através do INTERREG¹,
- ▶ Apoio às pessoas mais desfavorecidas e à construção de equipamentos sociais, através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e do POPH;
- ▶ Apoio às empresas e às redes de cooperação, através do

¹ O INTERREG é um programa de Iniciativa Comunitária com objectivos relacionados com a implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento e com o aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis da administração com os agentes económico-sociais relevantes.

Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (QREN-COMPETE).

Sem qualquer contratualização foram também definidos os regulamentos "Sistemas de incentivos", "Parcerias para a regeneração urbana", "Infraestruturas científicas e tecnológicas" e "Saúde". No final de Setembro de 2013 os projectos aprovados para a Beira Interior Norte e para a Cova da Beira concentravam 10,1% do FEDER total aprovado pelo Mais Centro, sendo que cerca de metade do fundo comunitário aprovado respeitava a projectos a implementar nos municípios da Guarda e da Covilhã.

Relativamente ao cofinanciamento dos Programas Operacionais Factores de Competitividade (POFC) e de Valorização do Território (POVT), o conjunto das duas NUTS III concentrava 4,2% e 13,1%, respectivamente, do total de fundos comunitários aprovados por estes programas temáticos no Centro de Portugal. No que adiante se detalha, é apresentado o investimento total por eixo estratégico do PTD 2007-2013.

Eixo 1. Património histórico, turismo e ambiente

A valorização da base económica regional em sub-regiões com baixa densidade populacional e com grandes potencialidades dos seus recursos endógenos, como são o caso o território da Comurbeiras, deve também ser alavancada através de outros instrumentos de políticas públicas para além do que ficou contratualizado, como é o caso das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC). Os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) são um dos quatro tipos previstos de EEC, e surgem orientados para espaços de baixa densidade (populacional, empresarial e institucional) e com

o objectivo de induzir investimentos que criem valor económico e atractividade a partir dos seus recursos endógenos distintivos, quer sejam recursos naturais, património cultural ou saberes tradicionais.

Em Junho de 2009, foram reconhecidos formalmente como EEC oito PROVERE no Centro de Portugal. Para a implementação dos programas de acção e desenvolvimento destas EEC, estava prevista a concessão de apoios financeiros comunitários do QREN (Mais Centro e programas operacionais temáticos) mas também do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e do Programa Operacional das Pescas (PROMAR), dois programas fora do âmbito do QREN.

A diversidade e valia de recursos do território da Comurbeiras, permitiu desenvolver projectos enquadráveis directamente em cinco destes PROVERE, nomeadamente:

- ▶ **Aldeias Históricas - Valorização do Património Judaico:** localizadas no território da Beira Interior Norte e Cova da Beira nove aldeias históricas, espalhadas por oito municípios (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Sabugal, Trancoso, Belmonte e Fundão). Com uma dotação prevista de € 4 milhões no Mais Centro, no final de Setembro de 2013 encontravam-se aprovados três projectos relativos à estrutura de gestão e coordenação do PROVERE, à comunicação e marketing e à animação das aldeias e da valorização do património judaico, com um valor de FEDER próximo do valor da dotação global. O consórcio privilegiou o financiamento de projectos de rede.
- ▶ **Redes de Aldeias de Xisto:** abrange 27 aldeias, sendo que três delas estão localizadas em dois municípios da Cova da

Beira (Covilhã e Fundão). A rede é liderada pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) e apresentou dotação global de €4 milhões. Foram aprovados sete projectos de promoção e capacitação institucional da ADXTUR, destacando-se o plano de comunicação e marketing, o calendário de animação e estruturas de animação permanente destas aldeias, a grande rota do Zêzere e a valorização turística das margens do rio Unhais. Estava ainda aprovado o projecto de requalificação da Ribeira de Porsim no município da Covilhã.

▶ **Buy Nature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas:** com uma dotação global de €5 milhões no Mais Centro, foram aprovados três projectos: dois relativos à promoção e comunicação promovidos pela Agência de Desenvolvimento Gardunha 21, e um com o objectivo de “recriar, revitalizar e atribuir densidade conceptual à marca da Serra da Estrela” promovido pelo município da Guarda. Encontra-se ainda aprovado um projecto no âmbito da Valorização e Qualificação Ambiental (“pista de pesca da Ratoeira”), promovido pelo município de Celorico da Beira.

▶ **Turismo e Património do Vale do Coa:** com uma dotação global de € 4 milhões, foram aprovados três projectos para promoção e capacitação institucional, um promovido pela Associação de Municípios do Vale do Coa e dois pela Associação de Desenvolvimento Regional Territórios do Coa. Com enquadramento nos objectivos deste programa, estavam ainda aprovados dois projectos promovidos pelo município do Sabugal (enriquecimento do património cultural e museológico e reabilitação do Museu de Vilar Maior) e dois projectos de valorização e qualificação ambiental promovidos pelos municípios de Almeida e do

Sabugal.

- ▶ Estâncias Termas da Região Centro: neste âmbito, foi aprovado o projecto "Concepção e construção de balneário termal das termas do Cró" promovido pelo Sabugal.

Foram ainda aprovados dois projectos através do regulamento "Rede de Equipamentos Culturais" ("Cinco Sentidos" promovido pela Culturgarda- gestão da sala de espetáculos e actividades culturais, EM e um projecto relativo à Biblioteca Municipal de Celorico da Beira), um projecto no âmbito do regulamento "Património Cultural" ("recuperação e valorização da Casa da Torre" promovido pelo município de Belmonte) e outros dirigidos à protecção do ambiente no âmbito de variados regulamentos.

Na valorização de espaços naturais, foram aprovados investimentos financiados pelo Mais Centro com cerca de € 2,1 milhões de participação FEDER: dois projectos de acções imateriais de prevenção e gestão de riscos naturais e três projectos de gestão activa de espaços protegidos e classificados ligados à visitação e centros interpretativos dos sítios do município de Manteigas.

No âmbito do POVT, foram aprovados projectos de recuperação do passivo ambiental, de prevenção e gestão de riscos, de infraestruturas para a valorização de resíduos sólidos urbanos, de prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos e de optimização da gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental. No seu conjunto, estes projectos asseguraram um co-financiamento de € 15,1 milhões de fundos comunitários.

Eixo 2. Produtos do território

A estratégia definida pelo PTD neste âmbito alinou-se com alguns regulamentos do Mais Centro, nomeadamente "Parcerias para a regeneração urbana (PRU)" e "Redes urbanas para a competitividade e inovação (RUCI)".

A 30 de Setembro de 2013, os projectos financiados pelo Mais Centro através das PRU na Comurbeiras envolviam € 9,6 milhões na Cova da Beira e € 8,9 milhões na Beira Interior Norte, totalizando € 18,5 milhões de FEDER aprovado, correspondente a 11% do total da participação aprovado no território da Comurbeiras.

Relativamente às RUCI, foram aprovados três projectos, que envolveram cerca de € 1,4 milhões de FEDER.

No âmbito do POVT, os projectos relativos a equipamentos estruturantes do sistema urbano aprovados correspondem a € 19 milhões de fundos comunitários.

Eixo 3. Posicionamento estratégico

Os objectivos definidos em resultado de uma posição transfronteiriça privilegiada resultaram em projectos que, na sua maioria, foram financiados por programas de cooperação territorial, fora do âmbito do Mais Centro e dos programas operacionais.

Eixo 4. Inovação e competitividade

A intervenção nesta área temática permitiu, no âmbito do Mais Centro, a aprovação de seis projectos através do "Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas". Estes projectos envolveram um investimento de cerca de € 3 milhões com um co-financiamento FEDER de € 2,4 milhões. Destacam-se, ainda, cinco



projectos de linhas de investigação no âmbito do regulamento “Apio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico”, com comparticipação de € 1 milhão de FEDER.

Através do POFC foram aprovados € 3,9 milhões no regulamento “Apio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico”. No âmbito do regulamento “Sistema de Incentivos (SI) à Inovação”, foram aprovados 35 projectos com um investimento total previsto de € 28,9 milhões e um montante de FEDER aprovado de € 19,5 milhões. O regulamento “SI Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas” aprovou 75 projectos cujo investimento total foi de cerca de € 10 milhões, com um cofinanciamento FEDER de € 4 milhões. Quanto ao “SI I&DT”, em Setembro de 2013 estavam aprovados apenas sete projectos com comparticipação total FEDER de € 1 milhão.

Através do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas do Interior (SIALM), foram aprovados 28 projectos, distribuídos por nove municípios da Comurbeiras. Dada a natureza deste regulamento, os projectos envolveram investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de € 388 mil de FEDER pelo Mais Centro.

Os dados anteriores revelam que os projectos apoiados no Mais Centro no âmbito dos “Sistemas de Incentivos” foram maioritariamente desenvolvidos por micro e pequenas empresas. No entanto, o POFC apoiou alguns projectos destinados a médias e grandes empresas. Destacam-se os projectos enquadráveis no regulamento “SI Inovação” (€ 46,8 milhões num total do POFC de € 60,3 milhões aprovados para a Comurbeiras), que absorveram grande parte do valor de FEDER aprovado neste programa operacional. Entre estes, salientam-se os projectos promovidos pela:

- ▶ Portugal Telecom Data Center, S.A., na Covilhã;
- ▶ Sociedade de Desenvolvimento Agroturística, em Belmonte e enquadrada no pólo de competitividade e tecnologia do turismo;
- ▶ Natura Empreendimento, S.A., na Mêda e abrangida pelo Turismo e Património do Vale do Coa;
- ▶ Coficab Portugal - Companhia de fios e cabos, com sede na Guarda.

O regulamento das “Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística” do Mais Centro aprovou quatro operações que preveem € 2,4 milhões de investimento e € 2 milhões de FEDER (sendo que a totalidade deste valor foi gerido ao abrigo da contratualização).

Relativamente ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), os dados disponibilizados pela CCDRC indicam que os projectos apoiados envolveram, no ano de 2010, um total de 6.986 mil horas de formação financiada e 27 mil formandos, e, no ano de 2011, quase 8 milhões de horas e 26 mil formandos.

Eixo 5. Coesão social e territorial

A aposta em estratégias de melhoria da qualidade de vida das populações, com vista a reduzir as disparidades e o reforço da sua atractividade levou à aprovação de 36 projectos relativos a requalificação e beneficiação das acessibilidades municipais, com comparticipação comunitária através do Mais Centro de € 21,6 milhões. Estes projectos foram aprovados ao abrigo da contratualização com a CIM Comurbeiras. No POVT, foram ainda aprovados € 52,9 milhões destinados a redes e equipamentos de transportes.



No regulamento dos "Equipamentos para a Coesão Local", foi aprovado um valor significativo de FEDER, na ordem do € 11 milhões. Através do POVT foram também aprovados diversos projectos de infraestruturas e de equipamentos desportivos, envolvendo € 3,8 milhões de fundos comunitários.

Ainda ao nível da coesão, na Beira Interior Norte e Cova da Beira foram aprovados no Mais Centro cinco projectos de requalificação do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar. O FEDER aprovado para estes projectos participados pelo regulamento "Requalificação da Rede Escolar de 1º ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-escolar" rondou os € 6,2 milhões. O POVT aprovou para a "Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário" cerca de € 8,7 milhões de FEDER.

No âmbito do regulamento "Energia" foram aprovados 26 projectos para aumento da eficiência energética com uma participação de € 3,8 milhões. Com objectivos similares, no POVT foram aprovados ainda € 32,3 milhões na "Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento" e € 2,6 milhões no "Ciclo Urbano da Água".

Adicionalmente, através do Mais Centro, foram aprovados 24 projectos enquadráveis no regulamento "Acções de Valorização e Qualificação Ambiental", envolvendo cerca de € 8,6 milhões de FEDER.

2.1.2 PTD da Serra da Estrela 2007-2013: Análise de Impactos

Os PTD da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (CIMSE) e da Comurbeiras apresentam estruturas, organizações e terminologias distintas, pelo que os seus impactos são analisados separadamente.

O PTD da Serra da Estrela estrutura-se em função de dimensões e acções estratégicas, em vez dos eixos estratégicos de desenvolvimento e apostas estratégicas do PTD das Beiras - mas descreve, da mesma forma, os projectos intermunicipais e municipais contratualizados com a CCDRC.

O PTD 2007-2013 da CIMSE inclui a estratégia e investimentos nos municípios que constituem a NUTS III Serra da Estrela, isto é, Gouveia, Fornos de Algodres e Seia.

A análise estratégica da Região da Serra da Estrela quanto a tendências e respectivos desafios do território originou a configuração de cinco dimensões estratégicas de desenvolvimento: territorial, ambiental, humana, económica e institucional. O PTD estabeleceu um conjunto de estratégias que extravasam as elegibilidades do Programa Operacional Regional do Centro, demonstrando - tal como aconteceu com o PTD da Comurbeiras - a necessidade do apoio ao conjunto de propostas no âmbito de outros programas para além da contratualização.

A prioridade central na Serra da Estrela foi o **desenvolvimento sustentável dos territórios**, recorrendo a um aproveitamento racional dos seus recursos endógenos e tendo em conta as potencialidades e debilidades apresentadas na matriz SWOT, onde se identificaram as principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças de acordo com as cinco dimensões estratégicas acima referidas.



Análise estratégica da Serra da Estrela: Matriz SWOT

Factores Territoriais	
Forças:	Fraquezas:
- Posição geoestratégica (a sub-região é atravessada pelas A25 e pela linha ferroviária da Beira Alta); - AUT III Serra da Estrela é atravessada pelo eixo de desenvolvimento Viseu – Madoquele – Celorico da Beira – Guarda; - Guarda e Serra pertencem, conjuntamente com Oliveira do Hospital, ao denominado “Sub-sistema Urbano envolvente” ou ao “Corredor Urbano do Estrado da Beira” (Propriedade de PROT – Centro); - Existência de um aeroporto; - Património natural e construído de interesse.	- Fraca concretização do PRM na sub-região: inexistência de plataformas logísticas; - Localização periférica relativa aos grandes centros urbanos; - Inexistência de transporte aéreo de passageiros e mercadorias; - Baixa qualidade de serviço proporcionado pela rede náutica municipal e entre municípios; - Oportunidade natural que condiz à Serra da Estrela; - Fraca relevância de actividades urbanas; - Deficiente cobertura de transportes públicos.
Oportunidades:	Ameaças:
- Intenção de concretização dos IC, incluídos no PRM 2000; - Aeródromo de Seia;	- Crescimento dos centros urbanos, à custa da população rural (vócher de atracção exercido por estes núcleos); - Concorrência directa de sistemas urbanos em desenvolvimento; - Tendência para a concentração de serviços públicos da administração central; - Dimensão territorial desta MUT no contexto da região Centro.
Factores Ambientais	
Forças:	Fraquezas:
- Sítio da rede natura 2000 (PNSE ambiente, turismo, paisagem, qualidade de vida...); - Baixa hidrografia do Montado (barragens, abastecimento água, energia, pesca, turismo); - Recursos naturais (área, floresta, fauna, flora, vento, neve...); - Infraestruturas existentes (CISE, CERVAS, Parque Biológico, CHAFa); - Todos os municípios integram sistemas municipais de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos.	- Limitações à ocupação e utilização do território; - Dispersão, reduzida dimensão e condições do terreno dos aglomerados urbanos que inviabilizam soluções em alta; - Insuficiente cobertura ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais; - Abandono dos espaços rurais; - Degradação.
Oportunidades:	Ameaças:
- Intervenção territorial integrada Serra da Estrela; - Preservação da paisagem escarpada; - Tratamento dos parques recreativos, como factor de protecção do ambiente; - Barragem de Grahados;	- Alterações climáticas; - Continuação do processo de desenvolvimento.

Factores Humanos	
Forças:	Fraquezas:
- Alta taxa de cobertura educativa nos três concelhos (ensino público até ao 12.º ano de escolaridade); - Existência da Escola Superior de Turismo e Telemarketing de Seia; - Existência de Centros Educativos nos três concelhos; - Existência de equipamentos culturais e do lazer; - Bom estatuto de equipamentos sociais (sector privado) – idosos, deficientes, infância; - Nos três municípios foi implementado o Programa Roteiro Social, estando em fase de implementação os respectivos Planos de Desenvolvimento Social; - Existência de Hospital distrital com SIU;	- Desercção acentuada da população; - Índice de envelhecimento muito superior à média nacional e à média do Região Centro; - Fraca cobertura do ensino Superior; - Baixa qualificação da população residente; - Insuficiente resposta, em determinadas actividades, ao nível dos serviços de apoio à infância; - Baixa taxa de escolaridade escolar (abaixo da média regional); - Dispersão da população com alto desemprego (principalmente inferior à Região Centro); - Desemprego feminino, com reduzida qualificação, o que dificulta o reinserção ao mercado de trabalho;
Oportunidades:	Ameaças:
- Insuficiência de estruturas de Centros Educativos; - Forte aposta na dupla qualificação das populações;	- Redução na produção escolar; - Insuficiência de cursos de ensino superior na sub-região;
Factores Económicos	
Forças:	Fraquezas:
- Existência de produtos de qualidade; - Insucesso de label “Serra da Estrela”; - Existência de unidades de alojamento turístico (cozinha dimensão – TFR) e restauração; - Existência de saberes-fazeres nos sectores tradicionais; - Execução dos Planos de Desenvolvimento Social, desenvolvidos no âmbito das actuais constituintes na implementação do Programa Roteiro Social; - Possibilidade de inovação de produtos no CACE; - Grande interior, situado em zona; - Grande local no PIC LEADER e dinamização de instrumentos de política económica-social de desenvolvimento rural, através da ADL, seguida em Gouveia; - Existência de serviços de apoio aos investidores – NERGA, Associações Comerciais e Sindicatos de Apoio ao Investidor dos Municípios; - Existência de sistemas de incentivo ao investimento;	- Baixo nível do PIB per capita; - Densidade no terço da economia da região; - Fraca capacidade de atracção de técnicos médios e superiores; - Fraca articulação sub-regional entre os serviços públicos e as ofertas disponíveis; - Fracas do Sector Têxtil; - Redução do Sector Primário; - Fraca ligação ao Sector Científico e Tecnológico; - Deficiente comunicação entre entidades e serviços de apoio ao empreendedorismo; - Adaptação da cobertura de saúde, água; - Falta diversificação do tecido económico; - Baixa densidade económica do território; - Reduzidas qualificações da mão-de-obra disponível, nomeadamente da feminina, o que implica o aumento do desemprego e oitididade de reconversão profissional; - Insuficiente dimensão de factores inovadores nos sectores tradicionais e de TI;
Oportunidades:	Ameaças:
- Turismo de natureza (em crescimento); - Polo turístico da Serra da Estrela (PENT); - Existência de programas de base territorial de apoio ao Desenvolvimento Rural; - Existência de actividades e atracções de interesse; - Aumento da qualidade e crescimento dos produtos de qualidade; - Exatidão do mercado dos produtos de qualidade; - Aparição de produtos e serviços; - Actuar competitivo nos mercados reconhecidos; - Barreiras de Grahados, enquanto produtora de energia eléctrica; - Aproveitamento da Barragem, enquanto uma nova zona de negócios na sub-região; - Modernização dos TIC das empresas;	- Baixa atractividade do sector turístico; - Mão-de-obra disponível como entrave à fixação de empresas; - Construção concorrencial dos territórios vizinhos; - Crise nos municípios do sector têxtil e têxtil; - Falta articulação entre a economia local e a economia do ensino superior, devido à distância e à altura de custos de subsistência;



Factores Institucionais	
Forças:	Fraquezas:
▶ N.º de entidades culturais, sociais, recreativas e desportivas; ▶ Existência de espaços NET; ▶ Existência de associativismo municipal; ▶ Existência do CACE da B1 licenciado em Seta; ▶ Existência de uma ABL, com sede em Colóvel; ▶ Existência de Gabinetes de Apoio ao Investidor e Sistemas de incentivo ao investimento; ▶ Existência de NERGA, Associações comerciais.	▶ Resistência na partilha do poder, reflectindo-se numa fraca participação associativa; ▶ Resistência das entidades em aderirem a novos processos de relacionamento com as populações; ▶ Insuficiente capacitação técnica; ▶ Dificuldade na concretização de parcerias; ▶ Não existência de banda larga.
Oportunidades:	Ameaças:
▶ Existência do projecto Guarda Diquiz; ▶ Desenvolvimento das TIC, como instrumento de relacionamento com o cidadão.	▶ Desajustamento da divisão administrativa a realidade da NUT III Serra da Estrela.

Fonte: ADRUSE (2007), "Programa Territorial de Desenvolvimento da NUTS III Serra da Estrela"

A estratégia definida assentou no aproveitamento das potencialidades do território e apontou como principais acções a implementar:

- ▶ Desenvolvimento de rotas ou circuitos temáticos;
- ▶ Desenvolvimento da oferta de alojamento hoteleiro multi-segmentado, visando os diferentes tipos de procura do pólo;
- ▶ Desenvolvimento de rotas turísticas e serviços de apoio ao turista - aproveitamento das características específicas da Serra da Estrela;
- ▶ Intervenção ao nível da qualidade do urbanismo, do desenvolvimento de factores distintivos e de infra-estruturas turísticas;
- ▶ Promoção de actividades de suporte aos produtos prioritários da região e intervir ao nível da qualidade do serviço.

A Estratégia global definida foi operacionalizada através de 13 acções estratégicas apresentadas na tabela seguinte.

PTD da Serra da Estrela 2007-2013: Dimensões e acções estratégicas

Dimensões	Acções estratégicas
Dimensão territorial	▶ Acção 1: Mobilidade Urbana; ▶ Acção 2: Acessibilidades.
Dimensão Ambiental	▶ Acção 1: Ciclo urbano da água; ▶ Acção 2: Energias renováveis; ▶ Acção 3: Património natural.
Dimensão Humana	▶ Acção 1: Formação Escolar e Qualificação; ▶ Acção 2: Iniciativas de Carácter Recreativo.
Dimensão Económica	▶ Acção 1: Novas Tecnologias de Informação; ▶ Acção 2: Promoção do Empreendedorismo e Criação de Condições para a Fixação de Negócios; ▶ Acção 3: Investigação & Desenvolvimento; ▶ Acção 4: Turismo e Produtos Locais.
Dimensão Institucional	▶ Acção 1: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; ▶ Acção 2: Capacitação Institucional.

Fonte: ADRUSE (2007), "Programa Territorial de Desenvolvimento da NUTS III Serra da Estrela"

A **dimensão ambiental** destaca o ambiente enquanto elemento determinante, na medida em que apresenta valores únicos, mas também porque cria limitações à ocupação dos solos. A este propósito, identificaram-se pontos fracos, cuja resolução passava por apostas estratégicas, baseadas no turismo de natureza. Pretendeu-se, desta forma, reduzir os impactos da presença humana e o desenvolvimento da consciência ecológica, permitindo transformar esta riqueza em bens transaccionáveis.



A concretização desta dimensão assentaria nas seguintes acções:

Acção 1 – Ciclo urbano da água:

- ▶ Complementar as acções promovidas pela Associação de Municípios Águas do Zêzere e Còa, candidatas ao POVT, com intervenções dos seus associados, candidatas ao POVT ou ao Mais Centro.

Acção 2 – Energias renováveis:

- ▶ Ampliar a capacidade produtiva do território;
- ▶ Utilização mais racional da energia através da sensibilização e da prestação de serviços técnicos.

Acção 3 – Património natural:

- ▶ Intervir directamente sobre a requalificação ambiental e a reabilitação do património natural;
- ▶ Implementar acções de diagnóstico, investigação e estruturação dos agentes locais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território;
- ▶ Implementar acções de prevenção de riscos naturais, quer seja ao nível da concretização de acções de sensibilização, realização de estudos e planeamento de intervenções, quer por investimento directo em serviços de protecção civil ou em sistemas, com recurso às tecnologias da informação e conhecimento.

A **dimensão humana** reportava para o investimento na coesão social, de forma a inverter um conjunto de debilidades existentes. Nesse sentido, entendeu-se investir em condições que incentivassem a fixação da

população e que promovessem a atractividade do território.

A concretização desta dimensão assentaria nas seguintes acções:

Acção 1 – Formação Escolar e Qualificação:

- ▶ Criar espaços escolares multifacetados, fomentando nos jovens o gosto pela aprendizagem, quer seja ela dentro dos modelos estritamente educacionais, quer seja através da dupla qualificação (escolar e profissional);
- ▶ Promoverem-se mecanismos de aproximação com Entidades Formadoras e Centros Novas Oportunidades da sub-região da Serra da Estrela.

Acção 2 – Iniciativas de Carácter Recreativo:

- ▶ Investir ao nível de infra-estruturas vocacionadas para a prática desportiva, de competição ou de lazer;
- ▶ Promover actividades culturais, numa lógica integrada de promoção dos recursos endógenos existentes e do contacto com espectáculos de cariz nacional.

A **dimensão económica** coloca ênfase no investimento para a criação de condições favoráveis à fixação de novos investimentos, mas também valorizar e potenciar os recursos existentes em prol do desenvolvimento económico. A concretização desta dimensão assentaria nas seguintes acções:

Acção 1 – Novas Tecnologias de Informação:

- ▶ Criar uma rede de banda larga na sub-região da Serra da Estrela, bem como criar nos municípios serviços *on-line*, mais próximos



dos cidadãos e das empresas.

Ação 2 – Promoção do Empreendedorismo e Criação de Condições para a Fixação de Negócios:

- ▶ Criar de condições para a fixação de novas unidades empresariais, através da disponibilização de espaços físicos que permitissem a sua instalação, e oferta de um conjunto de serviços partilhados, facilitando o seu arranque.

Ação 3 – Investigação & Desenvolvimento:

- ▶ Ligação a Centros de Investigação e Desenvolvimento, que estudassem novas soluções e que fomentassem a sua aproximação à economia local e aos seus recursos endógenos.

Ação 4 – Turismo e Produtos Locais:

- ▶ Investir numa oferta turística diversificada;
- ▶ Revitalizar os saberes-fazeres tradicionais, através da introdução de soluções inovadoras.

A **dimensão institucional** reconhecia a necessidade de existência de massa crítica e serviços com capacidade de resposta às exigências do mercado. Neste sentido, considerou-se importante a capacitação ao nível de recursos e ferramentas que facilitassem os processos e colocassem o território mais perto dos centros de decisão. A concretização desta dimensão assentou nas seguintes acções:

Ação 1 – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação:

- ▶ Desenvolver soluções que permitissem a redução dos “custos

públicos de contexto”.

Ação 2 – Capacitação Institucional:

- ▶ Articulação de intervenções, aproximação às comunidades locais e promoção de intervenções em parceria, que conjugassem o *know-how* existente;
- ▶ Fomentar atitudes e comportamentos participativos, que contribuíssem para reflexões e discussões mais ricas, que pudessem, por conseguinte, traduzir-se em respostas mais eficazes e eficientes.

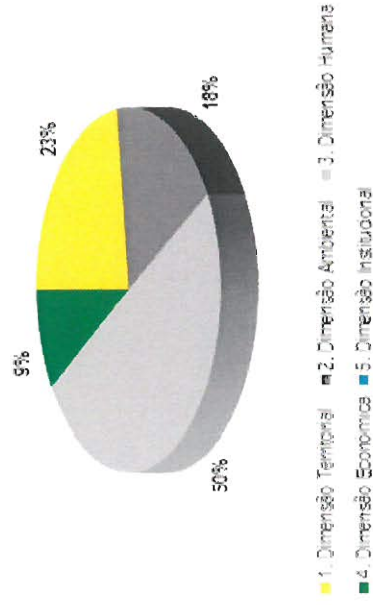
A materialização das acções estratégicas deu origem a um conjunto de projectos com um investimento total previsto de cerca de € 80,4 milhões.

A análise seguinte refere-se ao nível de execução do PTD 2007-2013, por comparação ao conjunto de projectos inicialmente definido no Plano objecto de contratualização com a CCDRC. Há que salientar que os projectos executados no âmbito da contratualização sofreram alterações significativas face aos projectos inicialmente incluídos no PTD 2007-2013 contratualizado, em função do posterior conhecimento dos eixos de financiamento da CCDRC e das respectivas dotações orçamentais.

De referir ainda que a análise do nível de execução reporta a dados de 31 de Dezembro de 2013, existindo projectos ainda em fase de conclusão por parte dos municípios, o que indicia que as taxas de execução se apresentarão, a esta data, superiores às apresentadas na análise.

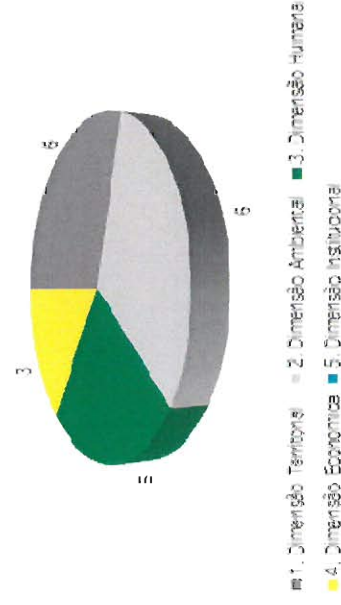


PTD da Serra da Estrela 2007-2013 – Despesa pública validada por dimensão



Fonte: CIM Serra da Estrela

PTD da Serra da Estrela 2007-2013 – Projectos executados por dimensão



Fonte: CIM Serra da Estrela

A análise dos gráficos revela que 50% da despesa pública validada em 31 de Dezembro de 2013 se enquadrava na dimensão humanada estratégia de intervenção do território da Serra da Estrela. Concretamente, foram executados cinco projectos, com uma comparticipação comunitária validada de € 5,3 milhões.

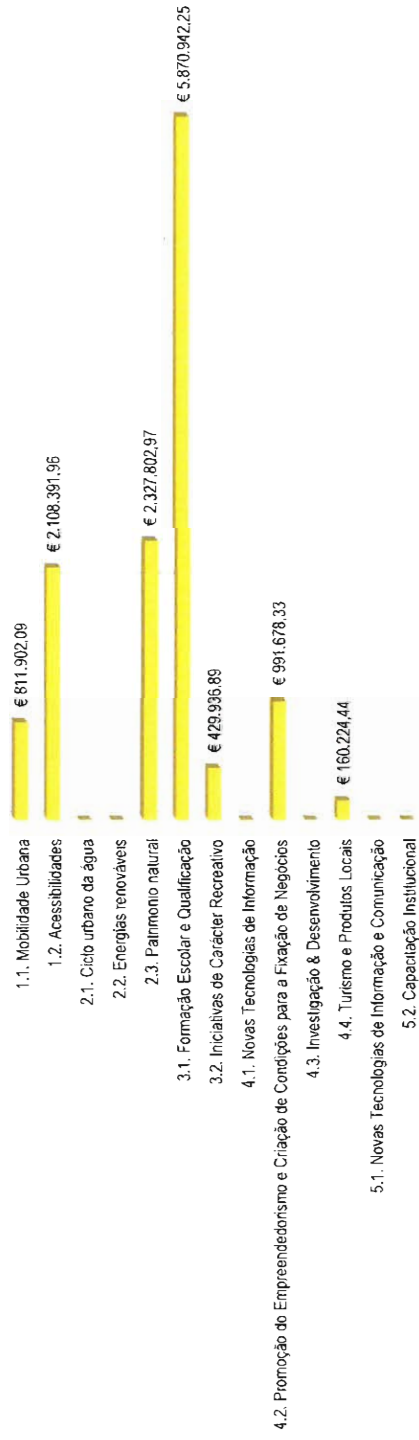
No âmbito das dimensões territorial e ambiental, foram realizados 12 projectos (seis em cada dimensão), com uma despesa pública validada de € 2,9 milhões e de € 2,3 milhões, respectivamente. Estas duas dimensões tiveram uma comparticipação comunitária validada total de aproximadamente € 4,5 milhões.

Os três projectos executados no âmbito da dimensão económica representaram 9% da totalidade de despesa pública validada, com uma comparticipação comunitária validada de cerca de € 980 mil.

De referir que não foi executado no âmbito da contratualização qualquer projecto com enquadramento na dimensão institucional.

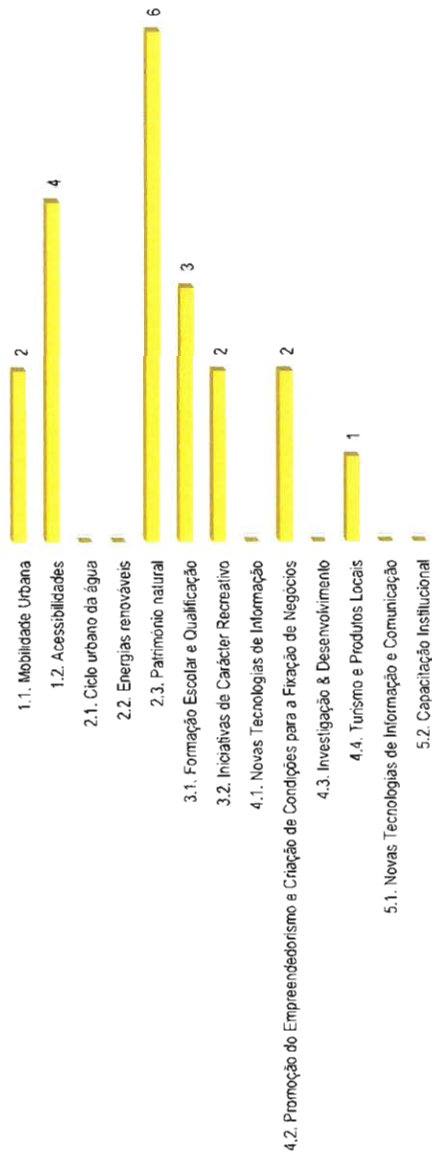
No alinhamento das dimensões definidas no PTD, o gráfico seguinte apresenta a execução do investimento correspondente às acções estratégicas.

PTD da Serra da Estrela 2007-2013 – Despesa pública validada por acção estratégica



Fonte: CIM Serra da Estrela

PTD da Serra da Estrela 2007-2013 – Projectos executados po acção estratégica



Fonte: CIM Serra da Estrela

Os gráficos supra permitem destacar a acção “Formação Escolar e Qualificação” da dimensão humana, que assegurou o montante mais elevado de despesa pública validada, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de € 4,9 milhões. Ainda na dimensão humana, verifica-se que a acção “Iniciativas de carácter recreativo” com dois projectos executados, representou 3% da totalidade de despesa pública validada, com uma comparticipação comunitária aproximada de € 365 mil.

A dimensão territorial apresentou projectos no âmbito das duas acções estratégicas, com a seguinte repartição de investimento:

- ▶ “Acessibilidade”, com quatro projectos executados e com uma despesa pública validada correspondente a 72% da totalidade da dimensão territorial, a que correspondeu uma comparticipação comunitária superior a € 1,7 milhões;
- ▶ “Mobilidade Urbana”, com dois projectos executados e com uma despesa pública validada investimento superior a € 800 mil e uma comparticipação comunitária de € 690 mil.

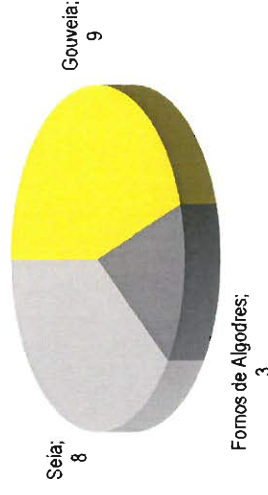
Na dimensão económica, a totalidade de investimento incidu nas seguintes apostas estratégicas:

- ▶ “Promoção do Empreendedorismo e Criação de Condições para a Fixação de Negócios”, com dois projectos executados a que correspondeu uma despesa pública validada superior a € 990 mil, e uma comparticipação comunitária de cerca de € 843 mil;
- ▶ “Turismo e produtos locais”, com um projecto executado, que correspondeu a uma comparticipação comunitária de € 136 mil em 31 de Dezembro de 2013.

Relativamente à dimensão ambiental, o investimento foi canalizado para apenas uma das três acções estratégicas inicialmente definidas,

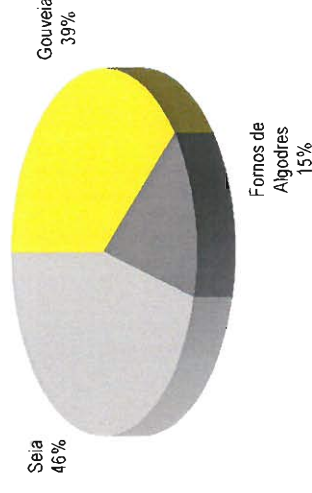
referente a “Património Natural”, com seis projectos executados e uma despesa pública validada de mais de € 2,3 milhões, a que correspondeu uma comparticipação comunitária superior a € 1,9 milhões.

PTD da Serra da Estrela 2007-2013 - Distribuição de projectos por Município



Fonte: CIM Serra da Estrela

PTD da Serra da Estrela 2007-2013 - Despesa pública validada por Município



Fonte: CIM Serra da Estrela

Tendo em conta o número de projectos executados, constata-se que Gouveia foi o principal município no que respeita ao número de projectos executados (nove), sendo que Seia e Fornos de Algodres executaram oito e três projectos, respectivamente. No entanto, analisando a despesa pública validada até 31 de Dezembro de 2013, o município de Seia foi o que apresentou o maior volume de despesa pública validada no montante superior a € 5,8 milhões, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de € 4,9 milhões.

Em resumo, a contratualização do PTD da Serra da Estrela 2007-2013 permitiu a execução de 20 projectos, com uma despesa pública validada de € 12,7 milhões e uma comparticipação comunitária validada de € 10,7 milhões.

2.1.3 Planos Territoriais de Desenvolvimento 2007-2013: Síntese de Lições para o Plano 2014-2020

A elaboração e a implementação do primeiro PTD intermunicipal assumiram-se como a síntese de uma primeira reflexão conjunta - alargada aos agentes de desenvolvimento - sobre as potencialidades, fragilidades e oportunidades de futuro do território das Beiras, realizada em 2008.

Depois da apresentação e discussão do Plano Estratégico, o documento-síntese - consubstanciado no PTD - foi apresentado como base de negociação à contratualização de um pacote financeiro com a CCDRC, incorporando uma estratégia para o território e os projectos necessários à sua materialização.

Em seguida, são indicadas algumas oportunidades de melhoria - lições -

consideradas importantes para o exercício de planeamento do PEDl, agora em curso:

- ▶ Fomentar a discussão, a consensualização e o compromisso em torno dos eixos estratégicos e projectos-âncora intermunicipais a implementar, envolvendo todos os presidentes dos municípios que compõem a CIM;
- ▶ Alargar o exercício de discussão em torno dos projectos-âncora a todos os agentes de desenvolvimento do território;
- ▶ Definir à partida o modelo de distribuição do financiamento público - critérios de distribuição objectivos que obedeam a um modelo de desenvolvimento que garanta a coesão territorial - antes da negociação contratual com CCDRC;
- ▶ Evitar o condicionamento da definição dos projectos-âncora intermunicipais - e projectos municipais com eles relacionados - pelo conhecimento prévio dos eixos de financiamento do Programa Operacional da Região Centro;
- ▶ Procurar fontes de financiamento alternativas (públicas ou privadas) para a execução de projectos que materializem a estratégia definida para o território - e que não estejam abrangidos pela contratualização - negociando com a CCDRC e com a administração central o financiamento ou co-financiamento dos mesmos;
- ▶ Implementar um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação que permita conhecer a todo o momento o progresso da implementação da estratégia e os efeitos por ela produzidos.

A ausência de um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação dos instrumentos de planeamento e de programação das políticas na implementação do PTD das Beiras 2007-2013, como acima referido, impediu a existência de informação centralizada sobre o

investimento público e privado e o seu impacto no território. A informação encontra-se actualmente dispersa pelos diversos gestores de programa e promotores de projectos, de natureza material ou imaterial, não contratualizados pela Comunidade Intermunicipal.

A monitorização estratégica e a avaliação dos instrumentos de planeamento/programação das políticas públicas constituem uma dimensão relevante no processo de gestão e desenvolvimento dos mesmos. A existência de um dispositivo desta natureza assume uma importância estratégica. Trata-se de uma função tanto mais relevante quanto a concepção, a programação, a gestão e a execução de um Programa Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal converge numa pluralidade de objectivos específicos e operacionais, uma multiplicidade de acções, de iniciativas e de projectos, a par de uma diversidade de actores públicos, associativos e privados com níveis de interesse e de envolvimento distintos.

Neste âmbito, a componente plano de Monitorização do PEDI 2014-2020 poderá contemplar duas dimensões:

- ▶ Institucional, a propor no âmbito da subvenção a contratuallar e que deverá reflectir o tecido de parceiros territoriais e sectoriais relevantes para o desenvolvimento temático e operacional do Programa;
- ▶ Técnica, que deverá reflectir a racionalidade e a coerência das intervenções, de acordo com os domínios de intervenção e a tipologia de operações seleccionadas, de forma a que o dispositivo concreto de monitorização seja estruturado em torno do padrão de resultados e efeitos esperados.

As dimensões de resultados e os efeitos a captar segundo uma bateria

consistente e fiável de indicadores de acompanhamento, resultados e impactos deverão assegurar a produção de *outputs* regulares de apoio à gestão do PEDI 2014-2020, com vista a corrigir eventuais desvios e/ou a introduzir ajustamentos que melhorem a eficácia e a eficiência na aplicação dos recursos de financiamento e na concretização dos objectivos.

Os vectores temáticos de estruturação do PEDI 2014-2020, bem como o perfil de actores a envolver na gestão, no desenvolvimento e na execução de projectos, deverão contribuir para especificar aquela bateria de indicadores de apoio à monitorização, bem como a organização de elementos documentais (fichas de acompanhamento dos projectos, relatórios de desenvolvimento dos projectos, memorando/ponto de situação de evolução do Programa no seu conjunto, etc.).

O Plano de monitorização e de avaliação do PEDI 2014-2020 beneficiará também da possibilidade de reflectir níveis de articulação activos com o modelo de gestão do Programa, por forma a potenciar a utilidade da função monitorização e fornecer elementos de apoio avaliação externa.

2.2 Caracterização Actual da Região das Beiras e Serra da Estrela

Esta secção procede à caracterização do território integrado dos 15 Municípios. Inicialmente, é feita uma descrição breve da Região Centro como um todo e, em seguida, do conjunto dos 15 Municípios quanto às seguintes quatro dimensões:



- ▶ Sócio-demográfica;
- ▶ Económica e empresarial;
- ▶ Logística;
- ▶ Social.

2.2.1.1 Posicionamento da Região Centro no Panorama Nacional

A Região Centro representa, em face dos indicadores nacionais:

- ▶ 22% da população;
- ▶ 32% dos municípios;
- ▶ 18,6% do PIB nacional, sendo que esta estrutura se tem mantido constante ao longo dos últimos anos.

No que respeita à Região Centro, registam-se algumas assimetrias nas suas NUTS III, nomeadamente entre as NUTS III do litoral e do interior. A tabela seguinte evidencia as principais assimetrias entre as duas regiões (litoral e interior), sendo na sua maioria parâmetros comparados face aos indicadores nacionais.

Apesar das assimetrias identificadas na tabela, a Região Centro evidencia menores assimetrias territoriais, no que se refere à coesão, ou seja, ao acesso da população a equipamentos e serviços básicos coletivos, ao nível de inclusão social e ao grau de eficiência das políticas públicas que pretendem melhorar a qualidade de vida das populações.

NUTS III Litoral Centro	NUTS III Interior Centro
▶ Valores do PIB inferiores face à média nacional, à exceção do Baixo Mondego; ▶ Maior índice global de desenvolvimento regional nomeadamente Baixo Vouga e Pinhal Litoral; ▶ Índice de competitividade superior face à média nacional; ▶ Maior densidade populacional no total da Região Centro.	▶ Valores do PIB inferiores face à média nacional; ▶ Menor índice global de desenvolvimento regional; ▶ Índice de competitividade inferior face à média nacional; ▶ Menor densidade populacional no total da Região Centro

Fonte: CCDRAC

Ainda assim, são de referir três NUTS III - Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul e Dão Lafões - situadas abaixo da média nacional.

Merece igualmente destaque o facto de metade dos municípios do Centro evidenciarem problemas de atratividade populacional e económica, concentrando-se este perfil nos territórios de baixa densidade, sobretudo no interior da Região Centro (Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões).

De modo a identificar os principais constrangimentos da Região Centro apresenta-se seguidamente uma análise SWOT² estratégica, evidenciando as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Uma vez apresentadas as forças e as fraquezas da Região Centro, onde são evidenciadas as características macroeconómicas, procedeu-se à

² SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats.

enumeração das oportunidades e das ameaças, que podem ser desenvolvidas na Região Centro.

Da análise SWOT destacam-se como pontos fortes o facto da Região Centro apresentar uma:

- ▶ Posição central no acesso aos principais mercados;
- ▶ Estrutura produtiva diversificada e ser alvo de aposta na fixação de grandes empresas na região, como por exemplo o projecto PT Data Center.

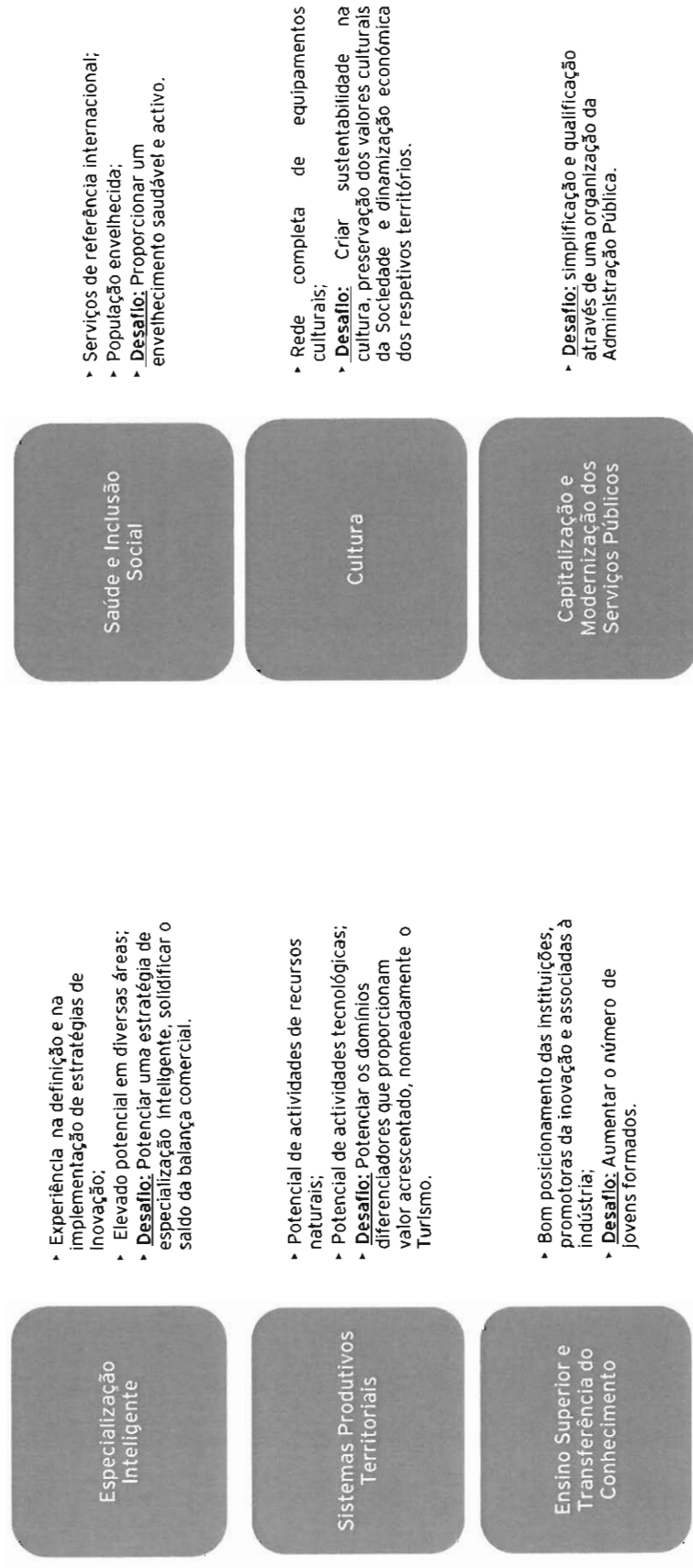
Com esta nova tendência, e com o plano estratégico CRER, surgem diversas oportunidades de investimento na Região Centro que promovem não só a retenção de capital humano, como a industrialização. O aumento da atractividade da Região contribuirá decisivamente para ultrapassar as ameaças apontadas na tabela. Os diversos Planos Estratégicos da Região Centro devem ser sensíveis a esta realidade.

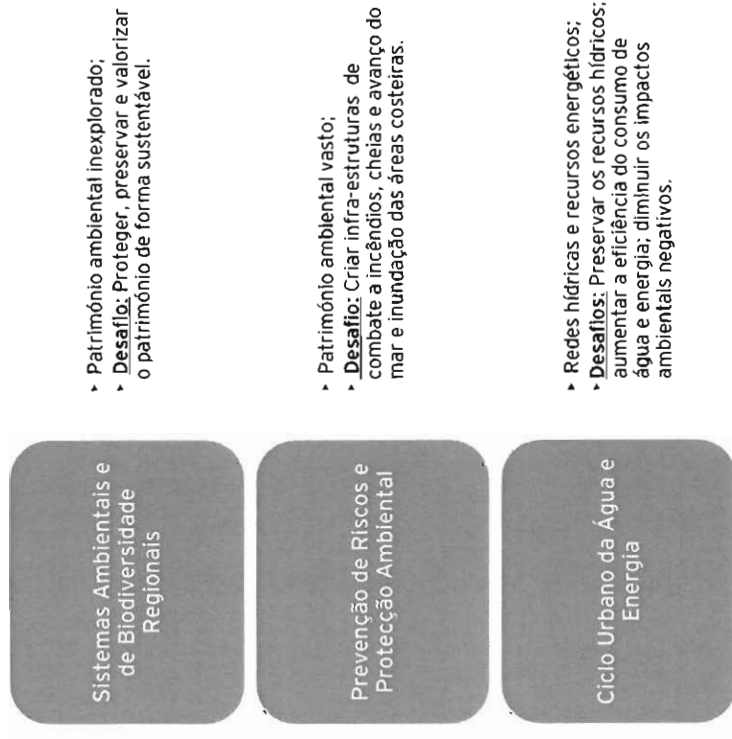
Tendo presente a análise SWOT, o plano estratégico CRER - Região Centro, detalha as áreas de desenvolvimento e respectivos sectores, fazendo um diagnóstico e estabelecendo o desafio a ultrapassar, tal como entendido no esquema infra.

Análise SWOT

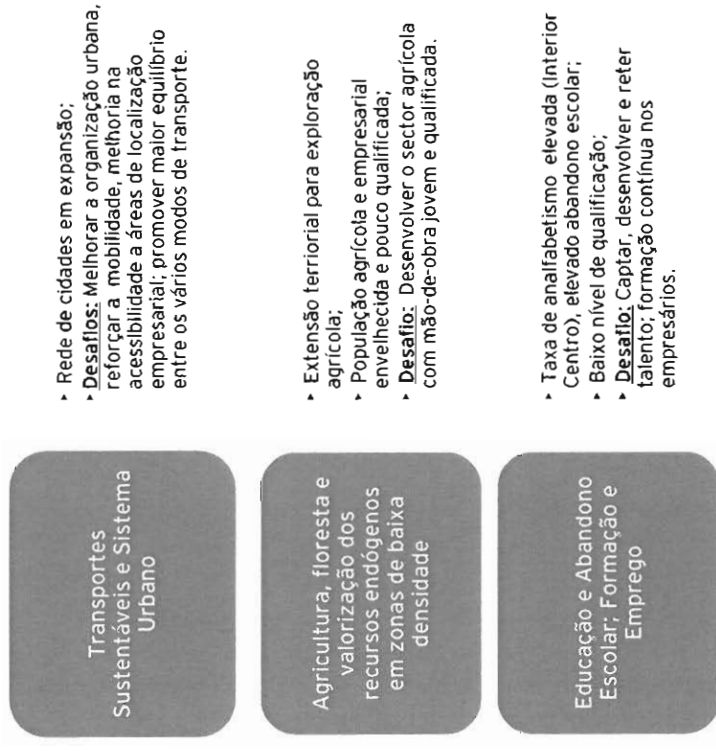
Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
► Posição central no contexto nacional: acesso aos principais mercados; ► Estrutura produtiva regional diversificada; ► Novos focos de industrialização, com empresas de potencial de crescimento em termos de volume de negócio, exportações e criação de emprego qualificado, aliado a sistema científico e tecnológico de qualidade; ► Património histórico e arquitectónico relevante, forte identidade cultural e produtos regionais com tradição; ► Existência de três bacias hidrográficas (Ouro, Mondego e Tejo); ► Áreas com valor ambiental e paisagístico; ► Recursos naturais: hídricos, termais, geológicos, florestais (economia de carbono) e minerais; ► Potencial de produção de energia com base em fontes renováveis.	► Debilidades estruturais do tecido produtivo (70% de microempresas); ► Baixa qualificação da população, do abandono escolar e insuficiente oferta de formação dual; ► Insuficiente nível de despesa em I&D (investigação e desenvolvimento) e baixa utilização das TIC (tecnologias de informação e comunicação), pelas empresas e famílias; ► Desperdícios de energia em espaços públicos; ► Nível de pobreza e exclusão social (desemprego, envelhecimento populacional, isolamento e desagregação familiar); ► Problemas na gestão das florestas e risco de degradação do património natural e cultural; ► Desadequada distribuição territorial das organizações da Administração Pública; ► Pequena dimensão e deficiente organização territorial de interligação entre as cidades; ► Insuficientes ligações logísticas da Região Centro ao exterior e ausência de aeroporto regional e debilidades nas acessibilidades rodoviárias.	► Valorizar a aposta nacional na reindustrialização e na exportação; ► Promoção da competitividade das Cidades através da requalificação e da estruturação das redes urbanas; ► Aposta no ensino técnico e na articulação dos sistemas de ensino e de formação profissional em regime dual e em estratégias de requalificação profissional e inserção social dos desempregados de longa duração em serviços de proximidade e em áreas relacionadas com a economia social; ► Explorar o potencial energético; ► Valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais para o desenvolvimento turístico; ► Aumento da penetração da <i>Internet</i> de banda larga e utilização generalizada das TIC; ► Implementação de gestão integrada de resíduos industriais a nível regional; ► Desenvolvimento de plataformas de articulação intermodal e serviços de logística e criação no principal itinerário de trocas comerciais terrestres.	► Modelo baseado em actividades de trabalho intensivo e baixos salários; ► Fraca presença de investimentos estrangeiros e risco de abandono de alguns investimentos; ► Custos de contexto elevados (processos burocráticos, mercado laboral, fiscalidade, contencioso, acesso a financiamento, etc.); ► Desajustamentos entre a oferta e a procura de qualificações de mão-de-obra; ► Desemprego estrutural; ► Alguns défices de cooperação nos sectores público e privado; ► Necessidade de conciliar reduzido nível de prioridade de políticas públicas com a subsistência de carências de determinados investimentos na região de infraestruturas (transporte e logística); ► Envelhecimento da população; ► Exposição às alterações climáticas (situações de seca, risco de incêndios e cheias); ► Descoordenação entre instituições da Administração Pública.

Áreas e sectores de desenvolvimento da Região Centro





Fonte: Diagnóstico prospetivo da Região Centro



2.2.2 Principais indicadores das Beiras e da Serra da Estrela

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela - CIM Beiras e Serra - resulta do processo de fusão da Comunidade Intermunicipal das Beiras - Comurbeiras - e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das Comunidades Intermunicipais (CIM) assentam no reforço da sua escala como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço do modelo de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências.

A este propósito, é de salientar que o novo período de programação comunitária conjugado com o enquadramento legal recente quanto às atribuições das autarquias locais criam um contexto com desafios relevantes para a elaboração do PEDI.

O PEDI das Beiras e Serra da Estrela 2014-2020 torna-se, assim, num plano territorialmente mais abrangente, uma vez que, passa a integrar três NUTS III, correspondentes a 15 municípios - face aos anteriores 12 municípios incluídos no PTD das Beiras e 3 no PTD da Serra da Estrela contratualizado no período de programação 2007-2013. A Tabela seguinte relembra a composição de cada uma das NUTS incluídas na nova CIM.

PEDI Beiras e Serra da Estrela da Estrela 2020: Âmbito Territorial

NUTS III	Município
Beira Interior Norte	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal e Trancoso
Cova da Beira	Belmonte, Covilhã e Fundão
Serra da Estrela	Fornos de Algodres, Gouveia e Seia

Fonte: INE.

A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentável implica o conhecimento das realidades regionais, supra-locais e locais como ponto de partida para a definição de um plano de acção. A análise das dinâmicas demográficas, económicas e sociais e das especificidades do território é fundamental para a definição e a construção de modelos de desenvolvimento adaptados às necessidades reais.

Em seguida, é feita um breve enquadramento da Região Centro do ponto de vista estratégico e dos principais indicadores estatísticos. No que respeita ao território das Beiras e Serra da Estrela, são analisadas quatro dimensões:

- ▲ Sócio-demográfica;
- ▲ Económica e empresarial;
- ▲ Logística;
- ▲ Social.

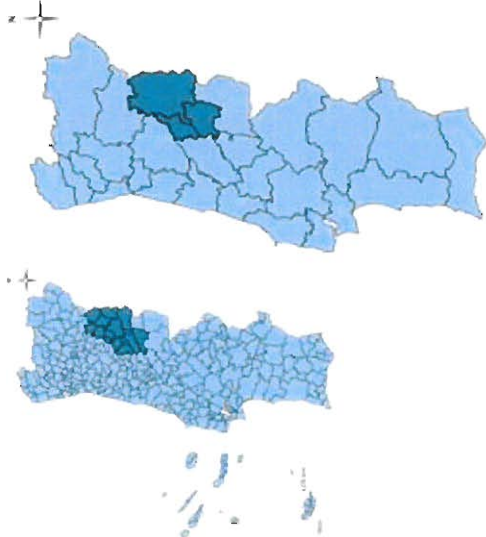
Estas dimensões permitirão caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, comparando-o com o período de programação anterior (2007-2013), e constituirão o ponto de partida para a construção da matriz SWOT e consequente definição de desafios e áreas estratégicas



de actualção no próximo quadro de programação 2014-2020.

Dimensão Socio-Demográfica

O território da CIM Beiras e Serra da Estrela situa-se na Região Centro e ocupa uma superfície territorial de 6.305 Km² correspondendo a 22% do território da Região Centro, tendo de acordo com os censos de 2011 236.023 habitantes (apresentando uma densidade populacional de valor bastante abaixo das médias registadas pela Região Centro e por Portugal Continental).



Fonte: CCDRC

Beiras e Serra da Estrela – População total e densidade populacional

	População residente censitária				Taxa de variação da população inter-censitária				População residente estimada				Densidade populacional				Taxa de variação da população			
	População Total																			
	2011	Nº	2001	Nº	%	2012	Nº	2007	Nº	%	2012	Nº	2007	Nº	%	2012	Nº	2007	Nº	%
Região Centro	2.327.755		2.348.397		-0,9	2.298.938		81,1			82,2					-0,75				
CIM Beiras e SE	236.023		258.799		-9,3	230.042		45,4			45,4					-1,5				
Serra da Estrela	43.737		49.895		-13,3	42.695		43,2			52,9					-1,46				
Beira Interior Norte	104.417		115.325		-9,5	121.577		25			25,7					-1,6				
Cota da Beira	87.869		93.579		-6,1	35.769		62,4			65,6									

Fonte: CCDRC

No que se refere aos indicadores populacionais, e de acordo com os dados disponibilizados pela CCDRC, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela acompanha a tendência registada na Região Centro de diminuição de população, ainda que naquele território seja de forma mais acentuada. Na desagregação por NUTS III, constata-se que o território da Serra da Estrela é aquele que teve a maior diminuição de população entre os períodos censitários. Já a nível municipal, o concelho de Mêda (da NUTS III Beira Interior Norte) foi aquele que registou uma variação populacional negativa mais acentuada, na ordem dos 16%.

Se considerada a população estimada de 2012, a tendência de decréscimo populacional mantém-se face a 2011, com maior incidência no território da Beira Interior Norte, com destaque para o concelho de Almeida com uma diminuição de cerca de 3,32% face a 2011.

Analisando a **densidade populacional**, verifica-se que, em 2012, a Região Centro registou 83,2 habitantes por Km², um valor ligeiramente inferior ao registado em 2007, ano de início do anterior ciclo de programação (81,5 habitantes por Km²). Na mesma linha, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela regista uma ligeira diminuição da



densidade populacional de 2007 para 2012, de 48,4 para 45,5 habitantes por Km², em resultado da diminuição registada em todos os municípios.

Beiras e Serra da Estrela - População jovem e índices relacionados

	Proporção de população jovem		Índice de envelhecimento		Índice de dependência		Taxa bruta de natalidade	
	2012 %	2007 %	2012 Nº.	2007 Nº.	2012 Nº.	2007 Nº.	2012 ‰	2007 ‰
Portugal Continental	14,7	15,4	134	116,4	52,3	50,1	8,5	9,7
Região Centro	13,5	14,5	164,5	143,8	55,6	54,6	7,5	8,5
CIM Beiras e SE	11,2	12,3	240,6	206,9	61,5	60,4	5,7	6,6
Serra da Estrela	10,5	11,8	265,2	218,1	61,7	60,2	5,3	5,9
Beira Interior Norte	11,2	12,3	248,9	218,4	64,1	64,3	5,8	6,4
Cova da Beira	12,0	12,7	207,8	184,2	58,7	56,6	6,1	7,6

Fonte: CDRIC

É importante salientar que a **população jovem** no território da CIM Beiras e Serra da Estrela tem acompanhado a tendência verificada nos panoramas regional e nacional. Com efeito, entre 2007 e 2012, esta faixa etária da população diminuiu em todas as unidades territoriais de análise, com maior incidência nas Beiras e Serra da Estrela (redução de 1,1 p.p. face aos 0,7 p.p. de Portugal Continental e 1 p.p. da Região Centro). A NUTS III que mais contribuiu para esta tendência decrescente foi a Serra da Estrela com uma redução d 1,3 p.p. da população jovem entre 2007 e 2012.

Ainda assim, o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo registou-se um ligeiro aumento da população jovem de 0,2 p.p..

No que se refere ao **índice de envelhecimento**, calculado como o rácio entre a população média residente com 65 e mais anos e a população

média residente com menos de 15 anos, verifica-se que este aumenta entre 2007 e 2012 nas principais unidades de análise, reflectindo o aumento do peso da população das faixas etárias maiores relativamente às menores. Esta tendência apresenta maior expressão na NUTS III Cova da Beira. Na análise por concelho, Figueira de Castelo Rodrigo registou em 2012 uma ligeira diminuição do índice de envelhecimento de 284,2 para 278,1, contrariamente ao verificado pelo concelho de Almeida com o maior aumento em todo o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, de 346,8 para 463,9.

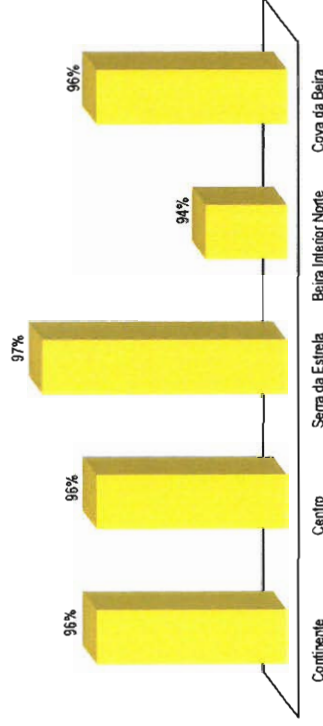
O **índice de dependência total** também se encontra alinhado com os indicadores anteriores, registando valores para 2012 superiores ao de 2007 em todos os territórios em análise. Estes resultados implicam que a população activa é cada vez menos representativa face à população com idades entre os 0 e os 14 anos e com 65 ou mais anos, pondo em causa a sustentabilidade do sistema económico-social.

Relativamente à **taxa bruta de natalidade**, constata-se que tem vindo a diminuir, registando-se, ainda assim, um aumento nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo de 7,3‰ para 8,7‰, e do Sabugal, de 3,3‰ para 5,1‰.

A análise dos indicadores anteriores permite identificar um cenário agregado de acelerado envelhecimento populacional.



População servida por sistemas públicos de abastecimento de água, em 2009

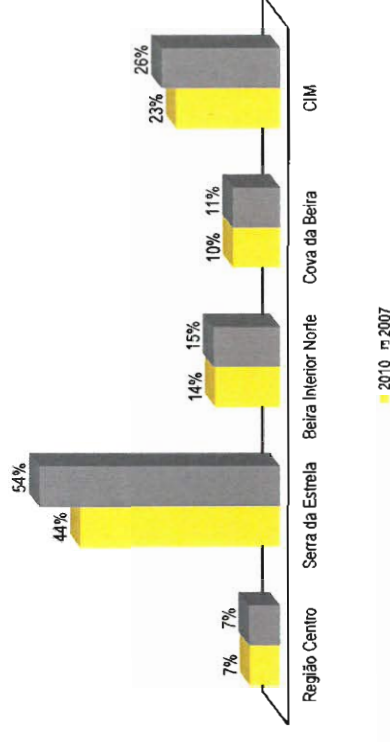


Fonte: PORDATA.

Relativamente ao acesso a sistemas públicos de abastecimento de água, um dos indicadores de qualidade de vida, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela encontra-se alinhado com os valores nacionais e regionais abrangendo praticamente a totalidade da população, apresentando a NUTS III da Beira Interior Norte um valor ligeiramente inferior às referências regionais.

Para avaliar a qualidade de vida no território importa também conhecer a proporção de superfícies de áreas protegidas no território.

Proporção de superfície das áreas protegidas em 2007 e 2010



Fonte: CCDRÇ.

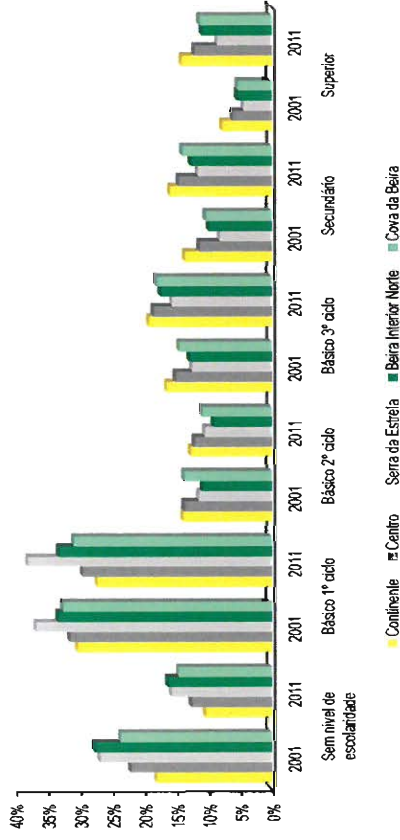
O gráfico anterior demonstra que, entre 2007 e 2010 se registou uma diminuição dos territórios considerados como áreas protegidas. Foi no território da Serra da Estrela que se verificou diminuição mais acentuada, de 10 p.p..

Esta diminuição implica que os habitats naturais e os ecossistemas estão mais sujeitos à intervenção humana, podendo colocar em causa a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos, com repercussões na saúde humana no bem-estar das pessoas, no desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como na melhoria da qualidade de vida.

No domínio da **educação**, os indicadores revelam uma evolução positiva em todo o território da CIM Beiras e Serra da Estrela.



Níveis de escolaridade em 2001 e 2011



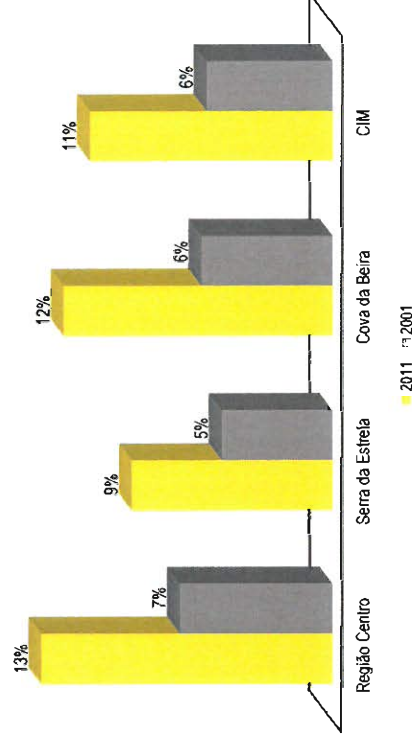
Fonte: PORDATA

A análise do gráfico anterior revela que a **população** sem qualquer nível de escolaridade diminuiu significativamente entre os anos de 2001 e 2011 em todos os níveis territoriais analisados.

- ▶ Em Portugal Continental, a redução verificada foi de 7,6 p.p.;
- ▶ Na Região Centro, os valores reduziram-se 9,4 p.p.;
- ▶ No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, a redução foi de 10,5 p.p. superando os valores nacionais e regionais.

Saliente-se, neste contexto, que a população com **frequência do ensino secundário** registou um aumento de 3,3 p.p. no território da CIM Beiras e Serra da Estrela, superior à média nacional (2,3 p.p.) e à média regional (3,2 p.p.). Relativamente ao ensino superior o aumento registado no território da CIM foi de 5,3 p.p., revelando-se também inferior ao panorama nacional (7,9 p.p.) e regional (6 p.p.).

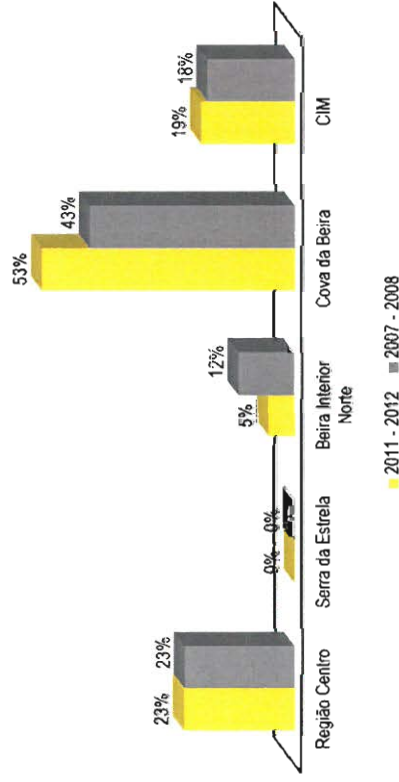
Proporção da população residente com ensino superior completo



Fonte: CCDRC.

Ainda no domínio da **educação** merece registo o aumento da proporção de população residente com ensino superior completo no território da CIM, na ordem dos 5 p.p., com destaque para a Cova da Beira, com um aumento de 6,2 p.p., igualando a média regional.

Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes

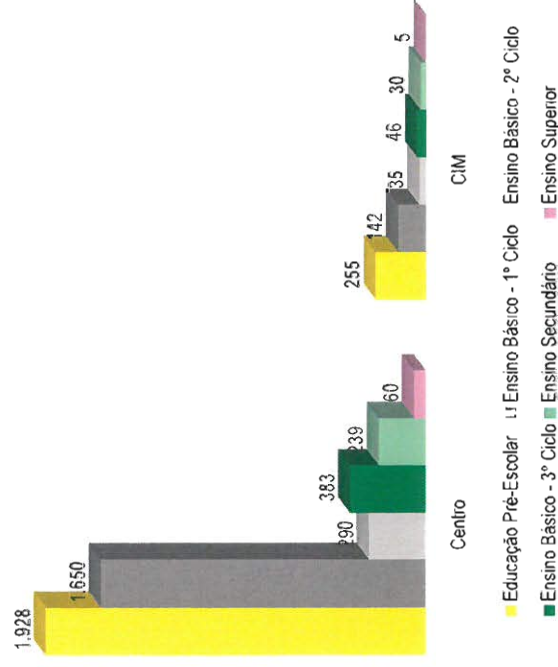


Fonte: CCDRC.

O gráfico anterior demonstra o aumento de diplomados nas áreas científicas e tecnológicas registado entre os anos lectivos de 2007/2008 e 2011/2012. Ao nível da Região Centro, a alteração face ao número de diplomados registado no ano de 2007/2008 é mínima. No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, registou-se um ligeiro aumento na ordem dos 2 p.p.. No entanto, há que destacar positivamente a Cova da Beira com um aumento de 10 p.p. entre os dois períodos e com médias superiores às da Região Centro. Contrariando a tendência, refira-se a Beira Interior Norte com uma diminuição de diplomados em áreas científicas e tecnológicas de 7 p.p. ³

³ A CCDRC não disponibiliza dados detalhados para a Serra da Estrela.

Estabelecimentos de ensino em 2009



Fonte: PORDATA

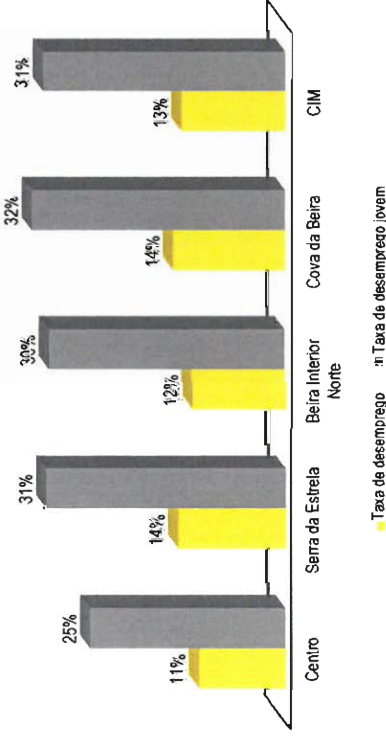
No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela representa apenas 13% da totalidade de estabelecimentos de educação pré-escolar existentes na Região Centro; 8% dos estabelecimentos de ensino básico - 1º Ciclo; 12% dos estabelecimentos de ensino básico - 2º e 3º Ciclo; 13% dos estabelecimentos de ensino secundário e apenas 8% dos estabelecimentos de ensino superior. No território da CIM Beiras e Serra da Estrela, a distribuição dos estabelecimentos está de acordo com a dimensão de cada uma das NUTS III, verificando-se o maior número de estabelecimentos de ensino na Beira Interior Norte e menor número na Serra da Estrela.

A análise dos indicadores anteriores demonstra que o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta uma proporção de população activa cada vez menor, em resultado de uma população progressivamente mais envelhecida e de uma taxa de natalidade cada vez menor. Este território apresenta um desempenho positivo no que se refere a indicadores de Educação, com uma evolução positiva do número de diplomados, nomeadamente em áreas científicas e tecnológicas.

Dimensão Económica e Empresarial

Nesta secção são analisados os principais indicadores económicos e empresariais da Região Centro e do território da CIM Beiras e Serra da Estrela.

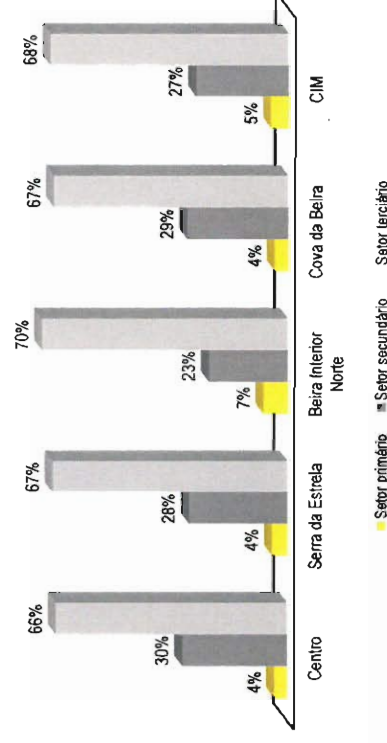
Taxas de Desemprego em 2011



Fonte: CCBRC.

Relativamente aos dados de **desemprego** desagregados por NUTS III disponíveis, as taxas de desemprego global e de desemprego jovem por NUTS III para o ano de 2011 apresentam valores superiores aos registados na Região Centro. A NUTS III Cova da Beira registou as taxas mais elevadas, de 14% e 32%, respectivamente. Estas elevadas taxas vão ao encontro do panorama nacional, onde os níveis de desemprego têm registado sucessivos aumentos.

População empregada por sector de actividade em 2011

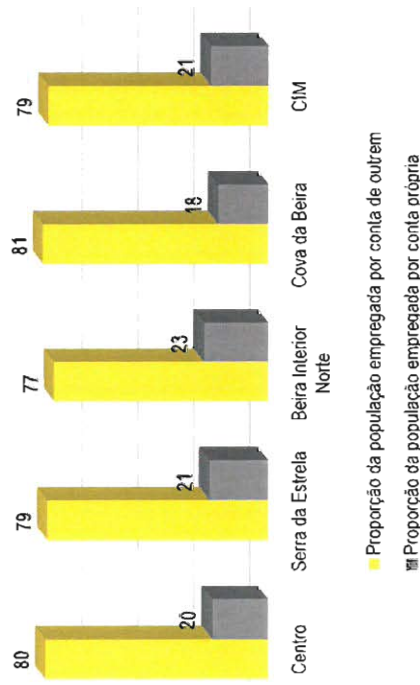


Fonte: CCBRC.

No que se refere à população **empregada** por sector de actividade, o sector mais representativo na Região Centro é o terciário, com 66%. Sem prejuízo dos investimentos realizados e da atração de novas empresas - algumas de elevada especialização tecnológica e em sectores não

tradicionais⁴ - por alguns municípios, também o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta a maior percentagem de população empregada no sector terciário, com 68%, seguido do sector secundários com 27%.

Capacidade empreendedora em 2011



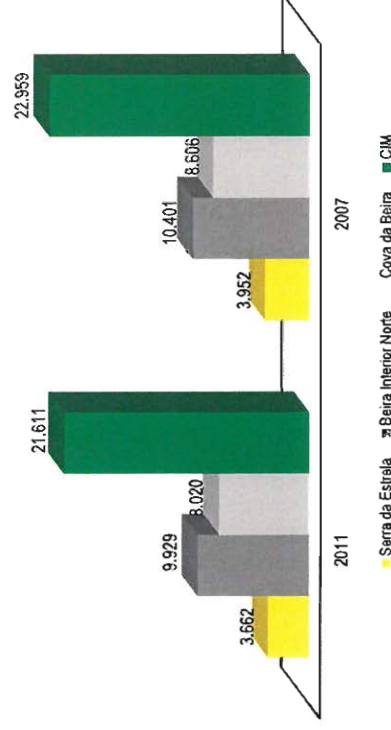
Fonte: CCDRC.

Atendendo à capacidade empreendedor, aferida pela proporção da

⁴ De que são exemplo o recente investimento do Data Center da PT, a instalação de unidades de desenvolvimento de software da ROF, TIM WE, Methodus ALTRAN e mais de uma dezena de startups no sector das TICE na Covilhã e no Fundão. Apesar de poderem ter impacto no emprego do território, o facto de estas empresas manterem a sua sede fora do mesmo, não permite verificar o seu impacto nas estatísticas disponíveis.

população empregada por conta de outrem e por conta própria em 2011, constata-se que apenas 20% da população da Região Centro se encontrava empregada por conta própria. Na mesma linha, o território da CIM registou maior proporção de população empregada por conta de outrem (79%). Estes dados demonstram a fraca propensão para o empreendedorismo da generalidade da população. Ainda assim, quem termos de NUTS III, a Beira Interior Norte é o território onde a capacidade empreendedora mais se destaca, uma vez que regista a maior proporção de população empregada por conta própria no ano de 2011, superando os valores regionais.

Empresas Instaladas em 2007 e 2011

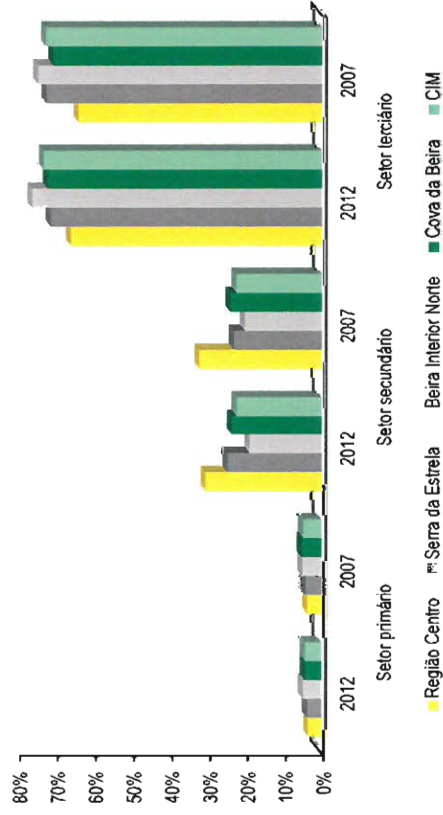


Fonte: CCDRC.

No âmbito do contexto macroeconómico marcadamente recessivo dos últimos anos em Portugal, o número de empresas instaladas no território das Beiras e da Serra da Estrela registou também um decréscimo em 2011, face a 2007, correspondendo 1.348 empresas.



Proporção do VAB por sector de actividade em 2007 e 2012

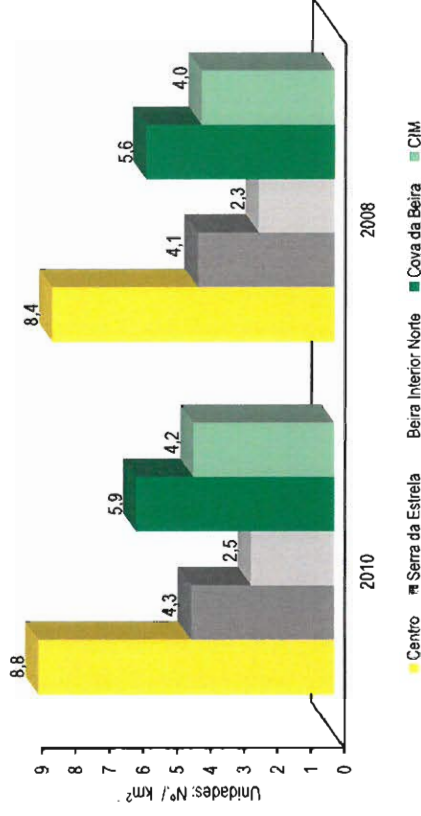


Fonte: CCDRC.

A análise da repartição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sector de actividade destaca o terciário como o sector que cria mais valor acrescentado.

Esta conclusão vai ao encontro dos dados revelados do emprego, onde se verificou que este é também o sector com maior capacidade empregadora. Entre os anos de 2007 e 2012 os sectores primário e secundário registaram diminuições do VAB, ainda que pouco relevantes - 0,3 p.p. na Região Centro e 0,5 p.p. no território da CIM Beiras e Serra da Estrela. No sector terciário, observou-se a tendência contrária, registando aumentos ligeiros (na ordem dos 2 p.p.) em todos os territórios. A diminuição de VAB registada na NUTS III Serra da Estrela não comprometeu o crescimento do VAB no sector terciário da CIM.

Densidade de empresas em 2008 e 2010

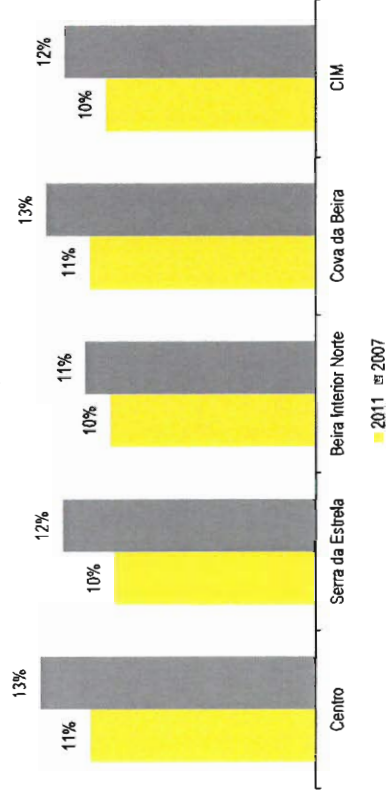


Fonte: CCDRC.

No que se refere à densidade empresarial, isto é, ao número de empresas por km², registou-se, entre os anos de 2008 e 2010, um ligeiro aumento em todas as NUTS que compõem a CIM Beiras e Serra da Estrela (2 p.p.). No entanto, a densidade de empresas na CIM foi bastante inferior à média da Região Centro que registou 8,4 empresas por Km² em 2008, e 8,8 empresas por Km² em 2010.

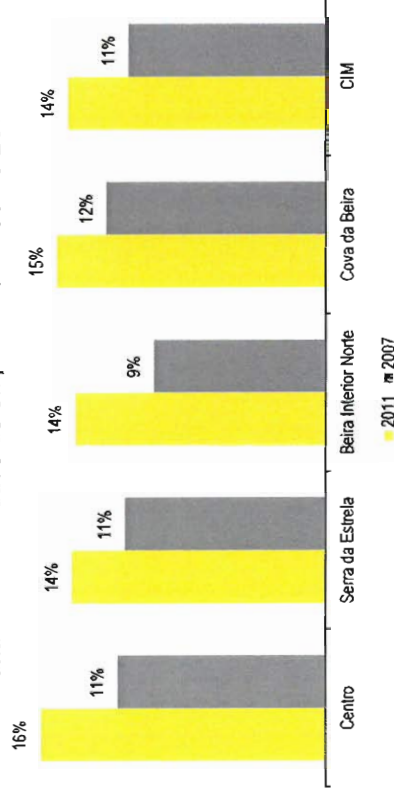
No seguimento da análise anterior, importa também avaliar o saldo de criação de empresas.

Taxa de natalidade de empresas em 2007 e 2011



Fonte: CCDRC.

Taxa de mortalidade de empresas em 2007 e 2011

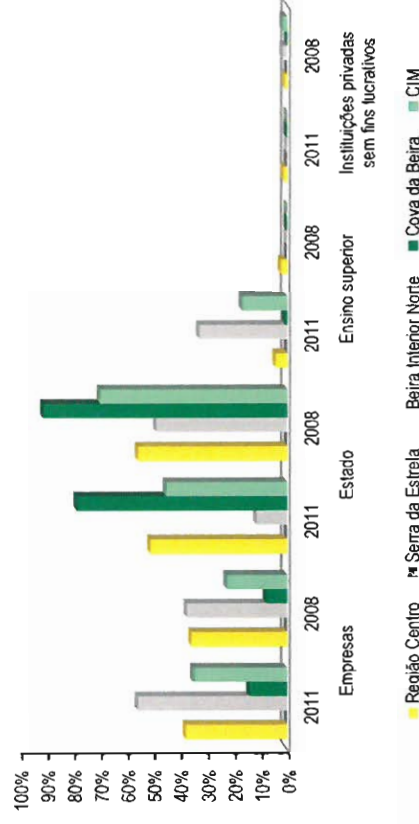


Fonte: CCDRC.

O gráfico relativo à taxa de **natalidade** revela que em 2011, foram constituídas menos empresas que no ano de 2007. Esta realidade

repetiu-se em todos os territórios de análise, e vai ao encontro do enquadramento macroeconómico recessivo em Portugal desde 2008. No entanto, o gráfico relativo à taxa de **mortalidade** demonstra que no ano de 2007 a taxa de mortalidade das empresas apresentou em todos os territórios valores inferiores à taxa de natalidade. Contrariamente, no ano de 2011 o saldo registado foi negativo (na ordem dos 4 p.p. em todos os territórios) verificando-se mais encerramentos do que criação de novas empresas.

Proporção da despesa em I&D por sector de financiamento



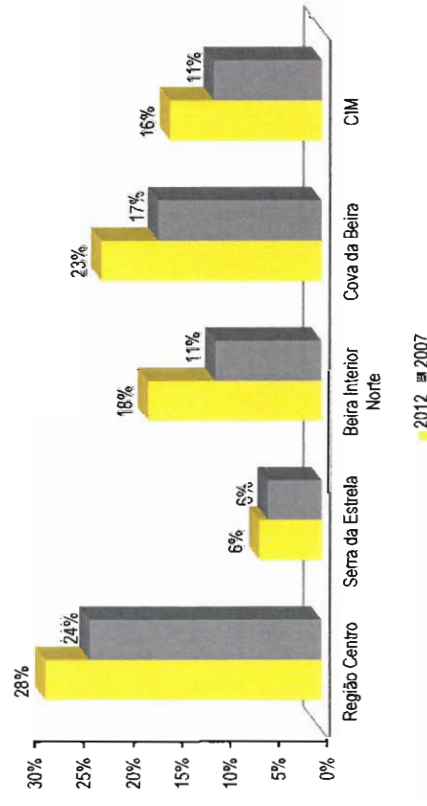
Fonte: CCDRC.

Na componente Investigação & Desenvolvimento (I&D), verificou-se um aumento na proporção da despesa em I&D nas empresas, com destaque para a Região da Beira Interior Norte⁵. No sector Estado, é a Cova da

⁵ A CCDRC não disponibiliza dados para o território da Serra da Estrela.

Beira que apresenta maior valor, ainda que face a 2008, o valor apresentado em 2011 seja substancialmente inferior. No sector ensino superior, a Cova da Beira mantém o destaque, com valores mais elevados que nos restantes territórios da CIM, justificado pela existência da Universidade da Beira Interior com forte aposta em I&D, tanto de forma individual como em consórcio com outras entidades públicas e privadas. A despesa em I&D realizada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) é residual, registando apenas valores para a Cova da Beira no ano de 2008.

Peso das exportações de bens com origem na Região no respectivo PIB em 2007 e 2012

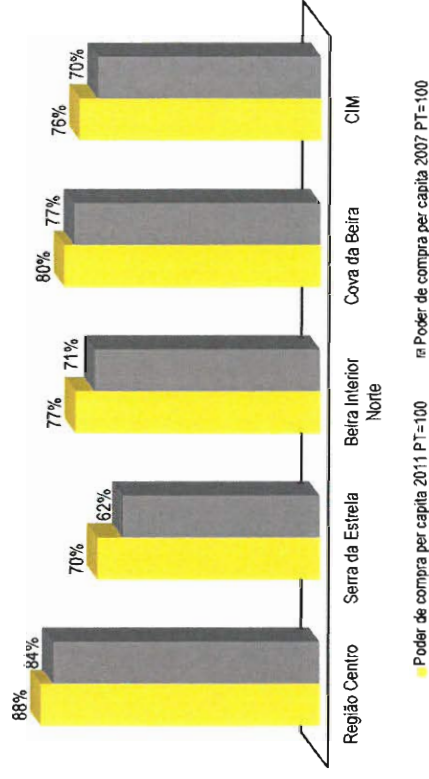


Fonte: CCDRC

Relativamente à relevância das **exportações** de produtos do território no seu respectivo PIB, no ano de 2012 a Cova da Beira foi o território que se aproximou mais da média regional, com 23%. As exportações de produtos com origem na Serra da Estrela são ainda pouco

representativas no PIB respectivo, com médias de 6% em 2007 e 2012. Contudo, o peso das exportações dos produtos do território da CIM registou um aumento de 5 p.p. entre os anos de 2007 e 2012.

Poder de compra *per capita* em 2007 e 2011



Fonte: CCDRC

O gráfico anterior revela que o poder de compra **per capita** registou diminuições de, em todos os territórios, entre os anos de 2007 e 2011. Esta diminuição está associada às elevadas taxas de desemprego que se têm registado, bem como ao aumento de preços generalizado. Salienta-se que comparativamente à média regional de 84 % e 88% para os anos de 2007 e 2012 respectivamente, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, apresentou nos dois períodos médias inferiores (70% para o ano de 2007 e 76% pra o ano de 2011), com destaque negativo para o território da Serra da Estrela, que registou as médias mais baixas, 62% e 69,8%.

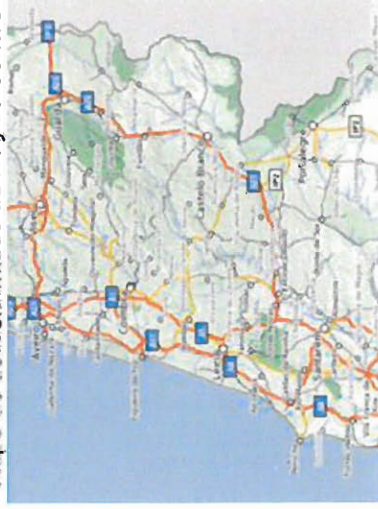


Os indicadores analisados na dimensão económica e empresarial permitem-nos caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela, marcado pelas elevadas e crescentes taxas de desemprego, onde o sector terciário é o principal criador de emprego, e simultaneamente o sector que mais valor acrescentado cria.

Ao nível empresarial, o território da CIM registou em 2012 um menor número de empresas com sede no território, registando também um rácio negativo entre criação e encerramento de empresas. Saliente-se de forma positiva o aumento da despesa em I&D realizado pelas empresas entres os anos em análise, que revela uma mudança de postura do tecido empresarial no território. O território da CIM Beira e Serra da Estrela também apresenta um melhor desempenho ao nível dos seus produtos, espelhado no aumento do peso das exportações destes produtos no PIB nacional.

Dimensão Logística

Mapa de acessibilidade da Região Centro



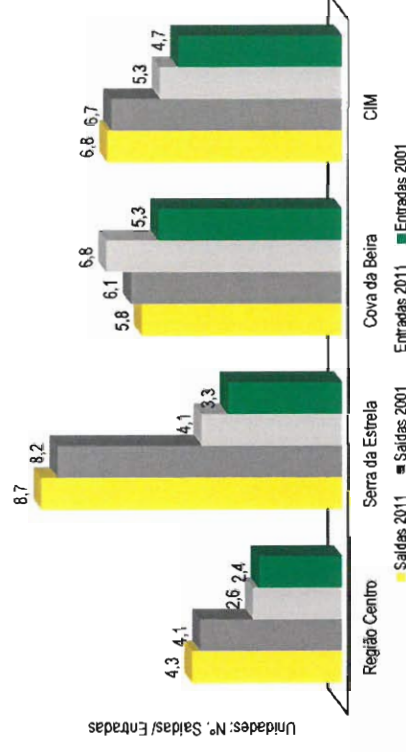
Fonte: Portugal Global

Esta dimensão comporta as infraestruturas de apoio à competitividade territorial.

Para a presente unidade territorial e no que diz respeito ao mapa de acessibilidades constata-se um isolamento reflectido nas grandes distâncias e duração dos percursos rodoviários entre este território e os principais pólos de desenvolvimento e dinamismo nacionais e mesmo internacionais (Badajoz e Salamanca).

É de realçar ainda que face aos principais portos marítimos (Aveiro e Figueira da Foz) o território em análise também não apresenta um posicionamento favorável ao multimodalismo imprescindível ao reforço da capacidade competitiva entendida como competitividade, ao nível territorial.

Proporção da população residente que sai e entra da unidade territorial (movimentos pendulares)



Fonte: CCDRC

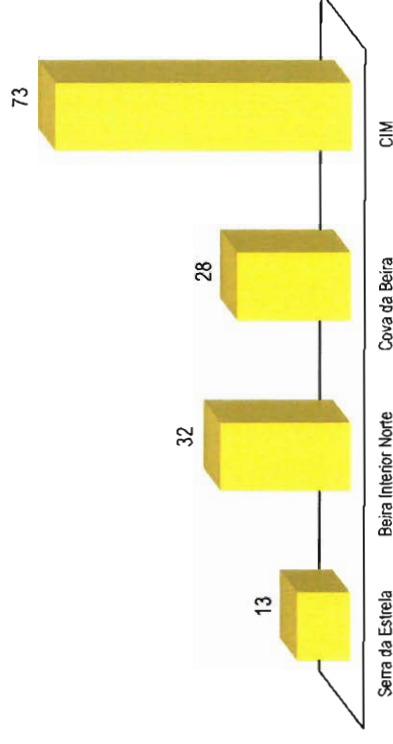
Segundo dados disponibilizados pela CCDR Centro, nos anos de 2001 e 2011 registaram-se mais saídas do que entradas de pessoas em todos os territórios. A proporção de entradas face a saídas manteve-se constante nos dois anos analisados. A falta de capacidade de retenção de capital humano, nomeadamente qualificado, tem sido uma preocupação constante, quer no anterior quadro de programação 2007-2013, quer no período de programação 2014-2020. A fraca capacidade de retenção de pessoas do território da CIM poderá ser justificada pela falta de oportunidades de emprego, e de atractividade do território, sendo estes alguns dos factores fulcrais a considerar na estratégia para os próximos 6 anos.

Em síntese, os indicadores analisados na dimensão logística revelam que existem barreiras ao nível das acessibilidades que condicionam um melhor desempenho económico e social do território da CIM. É necessário diminuir as distâncias e reduzir os custos de mobilidade, para que o território se torne ponto de referência ao nível económico (instalação de empresas, retenção de capital humano), social e de qualidade de vida.

Dimensão Social

Esta secção pretende caracterizar o território da CIM Beiras e Serra da Estrela ao nível da capacidade de equipamentos sociais, nomeadamente creches e equipamentos de apoio à população sénior.

Creches em 2012



Fonte: Carta Social

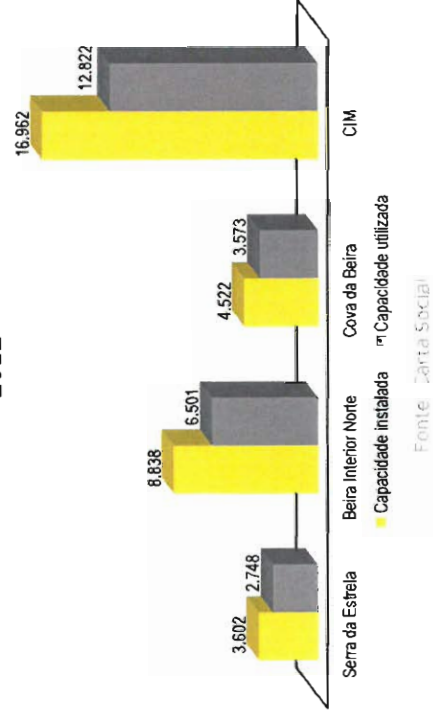
De acordo com a Carta Social, no ano de 2012 existiam no território da CIM Beiras e Serra da Estrela 73 creches, 32 das quais no território da Beira Interior Norte. No ano em análise, a rede instalada de creches superou as necessidades em todas as NUTS III.

Equipamentos Sociais de apoio à 3ª idade em 2012

Nº de Equipamentos Sociais por Região	
Almeida	36
Belmonte	11
Covilhã	74
Celorico da Beira	42
Fig. de Castelo Rodrigo	21
Fornos de Algodres	25
Fundão	63
Gouveia	51
Guarda	71
Manteigas	7
Meda	20
Pinhel	35
Sabugal	66
Serra	44
CIM	599

Fonte: Carta Social

Capacidade disponível em equipamentos e apoio à pessoa idosa em 2012



A existência de equipamentos e serviços de apoio social é um indicador fundamental para a promoção da coesão e da qualidade de vida num determinado território, atuando como elemento de base para a promoção da igualdade de oportunidades.

A população idosa (idade superior a 65 anos) nos territórios da Cova da Beira, Beira Interior Norte e Serra da Estrela representa mais de 60 mil pessoas, onde se registam índices de envelhecimento bastante elevados.

O gráfico anterior demonstra que o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta uma boa cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade (centros de convívio, centros de dia, centros de noite, lar e residência e serviços de apoio domiciliário), num total de 599, destacando-se o município da Covilhã com 74 equipamentos de apoio a esta franja da população. Apesar da necessidade cada vez maior de proporcionar condições de vida melhoradas à população sénior, a capacidade instalada no ano de 2012 superou as necessidades apresentadas pelo território, o que valida algumas pretensões de capacitar estes equipamentos com serviços inovadores e de qualidade acrescida capazes de atrair novos clientes fora da CIM.

Em suma, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela oferece condições para a fixação de população, seja população activa (famílias jovens e com filhos), seja população sénior, onde a componente de cuidados de saúde é privilegiada. O conhecimento da realidade local, baseado na interpretação de documentos e de dados estatísticos disponíveis, e nos momentos de contacto com os agentes de desenvolvimento, permitiu sistematizar a matriz SWOT onde se identificaram as principais Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças do território da CIM Beiras e Serra da Estrela.

FORÇAS	FRAQUEZAS
▶ Localização geográfica estratégica no contexto ibérico; ▶ Recursos naturais preservados; ▶ Património natural e construído de interesse; ▶ Potencial turístico; ▶ Imagem da label “Serra da Estrela”; ▶ Existência de unidades de alojamento turístico (pequena dimensão - TER) e restauração; ▶ Infra-estruturas existentes (CISE, CERVAS, Parque Biológico, CIHAFA) ▶ Produtos endógenos de qualidade; ▶ Existência de Centros e Unidades de Investigação; ▶ Existência de Agências de Desenvolvimento local/ regional; ▶ Existência de Parques Industriais e Tecnológico com especializações sectoriais; ▶ Existência de serviços de apoio aos investidores; ▶ Capacidade de atração de empresas em sectores emergentes; ▶ Integração da Serra da Estrela na rede natura 2000/PNSE (ambiente, turismo, paisagem, qualidade de vida...); ▶ Bacia Hidrográfica do Mondego (barragens, abastecimento água, energia, pesca, turismo); ▶ Existência de Instituições de Ensino Superior; ▶ Existência de equipamentos culturais e de lazer; ▶ Boa cobertura de equipamentos sociais (sector privado) - Idosos, Deficientes, Infância.	▶ Rede de transportes deficitária; ▶ Envelhecimento da populacional; ▶ Inexistência de uma cultura de cooperação inter-empresarial; ▶ Subordinação a centros de distribuição exteriores à Região das Beiras e da Serra da Estrela; ▶ Desarticulação e desfragmentação da oferta turística; ▶ Fraca capacidade de internacionalização das empresas; ▶ Inexistência de plataformas logísticas (principalmente na NUTS III Serra da Estrela); ▶ Inexistência de transporte aéreo de passageiros e mercadorias; ▶ Limitações à ocupação e utilização do território; ▶ Insuficiente cobertura ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais; ▶ Abandono dos espaços rurais; ▶ Degradação de espaços ambientalmente sensíveis; ▶ Elevados fluxos migratórios; ▶ Baixo nível do PIB per capita; ▶ Enfraquecimento do Sector Têxtil; ▶ Deficiente comunicação entre entidades / serviços de apoio ao empreendedorismo; ▶ Debilidades na cobertura de banda larga; ▶ Introdução diminuta de factores inovadores nos sectores tradicionais e das TIC; ▶ Resistência na partilha do poder, reflectindo-se numa fraca participação associativa; ▶ Dificuldade na concretização de parcerias.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
▶ Proximidade com a fronteira; ▶ Construção e requalificação das vias de comunicação; ▶ Fixação de quadros qualificados; ▶ Procura por produtos regionais de qualidade (gama alta); ▶ Oferta turística diversificada; ▶ Turismo de natureza (em crescimento); ▶ Aumento da procura do consumidor por produtos de qualidade / incorporação de valores naturais; ▶ Instalação de empresas de base tecnológica no PARKURBIS; ▶ Efeito spillover de investimentos realizados por empresas de base tecnológica; ▶ Fortalecimento de parcerias público/privadas; ▶ Desenvolvimento da consciência ecológica; ▶ Potencial das energias renováveis, como factor de protecção do ambiente; ▶ Possibilidade de aproveitamento da biomassa.	▶ Debilidades económicas do país; ▶ Morosidade da concretização do plano de acessibilidades; ▶ Forte complexo de inferioridade; ▶ Concorrência de territórios mais competitivos e atractivos; ▶ Baixa atractividade do sector primário; ▶ Falta de capacidade inovadora e organizativa dos produtos agrícolas regionais; ▶ Concorrência directa de sistemas urbanos em desenvolvimento; ▶ Alterações climáticas; ▶ Continuação do processo de despovoamento.

3 Posicionamento das Beiras e da Serra da Estrela no Contexto de Política Pública Comunitária, Nacional e Regional

O presente capítulo visa posicionar a Região das Beiras e da Serra da Estrela no contexto das principais orientações de política pública, tanto comunitária, como nacional e regional.

Como já foi referido anteriormente, a elaboração do PEDI “Beiras e Serra da Estrela 2020” não pode ser alheia aos documentos de política e respectivas linhas directrizes, nomeadamente de enquadramento:

- ▶ Comunitário;
- ▶ Nacional;
- ▶ Regional.

Este enquadramento é crítico não apenas para a consistência do PEDI em termos de alinhamento com as políticas públicas vigentes ou em curso – como acontece com a preparação do período de programação de fundos 2014-2020 – mas também como base futura de consistência dos projectos que venham a ser desenvolvidos sob o chapéu do Plano estratégico (PEDI), detalhado no Plano de acção (IT).

Efectivamente, o presente capítulo providencia a base de enquadramento e conciliação dos projectos para futuras candidaturas a financiamento comunitário, o que, contribuindo para a coerência na apresentação do projecto, aumenta a probabilidade de sucesso na elegibilidade a fundos comunitários. Nesse sentido, este capítulo tem o

valor adicional de sintetizar a informação de enquadramento para as candidaturas dos projectos do PEDI, assegurando:

- ▶ Harmonização de enquadramento relativamente aos princípios transversais;
- ▶ Informação detalhada, consoante o domínio sectorial do projecto.

3.1 Contexto Comunitário: Estratégia Europa 2020

A estratégia Europa 2020 reflecte, desde logo, as alterações contextuais na União Europeia desde 2000, em particular a necessidade de ultrapassar rápida e consistentemente a crise económica vivida, com impactos substanciais ao nível social.

A estratégia Europa 2020 foi também definida com base na estratégia de Lisboa e nas suas forças, nomeadamente os objectivos de crescimento e criação de emprego, mas pretende responder às suas limitações, referentes à fraca implementação e às diferenças entre Estados-membros no que respeita à velocidade e âmbito das reformas.

A estratégia Europa 2020, com base nas três preocupações centrais – em torno do emprego, da produtividade e da coesão social – estabelece três dimensões para o crescimento económico, que se reforçam mutuamente:

- ▶ Crescimento inteligente, através da aposta numa economia baseada no conhecimento e na inovação;



- Crescimento sustentável, através da promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- Crescimento inclusivo, através do fomento de uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

No sentido de concretizar estas prioridades, a Comissão propõe-se alcançar os cinco objectivos tal como elencados na tabela resumo, referentes ao emprego, I&D, redução e CO2, escolaridade e combate à pobreza.

Como mecanismos principais a utilizar para atingir os objectivos propostos, os Estados-Membros apresentam a política de coesão e os fundos estruturais.

A Estratégia Europa 2020 traduz a importância da Europa:

- 1) Mobilizar os seus meios financeiros;
- 2) Explorar novas formas de articulação das finanças públicas e privadas;
- 3) Criar instrumentos inovadores para financiar os investimentos necessários.

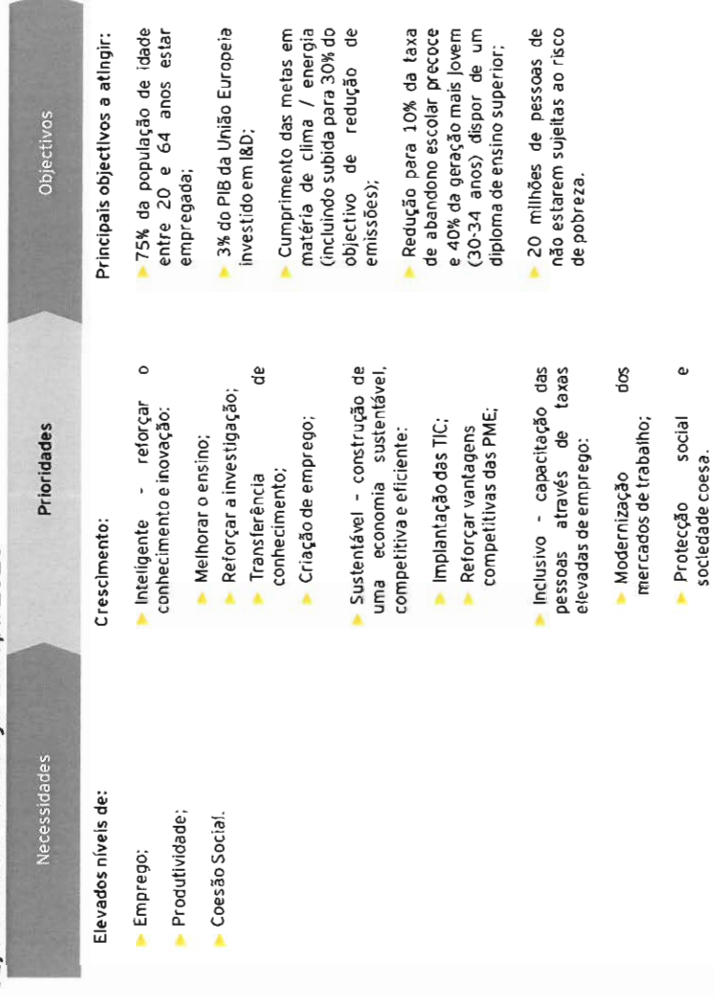
Através deste enquadramento, as instituições europeias pretendem reforçar a importância do crescimento e do emprego nas regiões europeias, assumindo os mecanismos de cooperação territorial um papel de destaque no novo ciclo de programação comunitária.

Importa fazer referência ao Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal para o período 2007-2013, que reforçou a "Cooperação Territorial Europeia", um dos três objectivos da União Europeia. O referido programa foi aprovado pela Comissão Europeia, em

25 de Outubro de 2007, visando a promoção do desenvolvimento das zonas transfronteiriças entre Espanha e Portugal e o reforço das relações económicas e das redes de cooperação existentes que têm vindo a desenvolver desde 1989, nomeadamente na execução de projectos de infra-estruturas, e em sectores como o turismo, os serviços sociais, o meio ambiente, a inovação tecnológica, a saúde, a educação ou a cultura. Encontra-se em curso a preparação do próximo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (POCTEP) 2014 - 2020⁶.

⁶ Regulamento (UE) N.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/12/2013, relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo da Cooperação Territorial Europeia

Objectivos da Estratégia Europa 2020



Fonte: Comissão Europeia. Comunicação da Comissão Europa 2020, Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

3.2 Contexto Nacional: declinação dos princípios comunitários no Portugal 2020

Na sequência das orientações Europeias quanto ao modelo de desenvolvimento e às prioridades de aplicação de fundos estruturais, cada Estado-membro iniciou os trabalhos no sentido da definição da respectiva arquitectura de aplicação dos fundos comunitários.

Assim sendo, o Governo Português - através do Acordo de Parceria - tem vindo a desenvolver as actividades necessárias à programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários, bem como o seu enquadramento institucional. Do Portugal 2020 resulta, por um lado, a estratégia com vista à prossecução das metas da Estratégia Europa 2020 e, por outro lado, de distribuição dos fundos comunitários acordados entre os Estados-Membros da União Europeia, para o orçamento comunitário do mesmo período (2014-2020).

A declinação nacional dos princípios comunitários encontra-se definida nos seguintes documentos principais:

- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro, que estabelece as prioridades estratégicas e os princípios orientadores para a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014-2020;
- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de Maio, que aprova os pressupostos do Acordo de Parceria e a estrutura operacional dos fundos do Portugal 2020;
- ▶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013, de 14 de Junho, que estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus.

Esta actividade de organização dos fundos comunitários é tanto mais

relevante quanto, no ciclo 2014-2020, estes são encarados como o instrumento nevrálgico do modelo de desenvolvimento português. A definição do Portugal 2020 parte, desde logo, da apresentação das principais condicionantes da evolução económica e social portuguesa, que se podem sistematizar nas seguintes características, tidas como desafios a superar:

- ▶ Evolução demográfica do País, nomeadamente o envelhecimento da população residente e o aumento da esperança média de vida;
- ▶ Desequilíbrios externos reflectidos no défice crónico da balança comercial e na significativa componente importada do investimento;
- ▶ Restrições de financiamento à economia reflectidas na situação financeira das empresas portuguesas, na desvantagem competitiva da economia doméstica no acesso ao crédito e na procura de crédito relacionada com financiamento de existências e de fundo de manolo;
- ▶ Restrições decorrentes da consolidação das contas públicas, nomeadamente restrições ao investimento e à despesa pública de natureza estrutural;
- ▶ Desemprego e a exclusão social, reflectidos no fenómeno de desemprego de longa duração e no elevado desemprego jovem, nos impactos assimétricos da situação social do país;
- ▶ Assimetrias territoriais: o modelo de desenvolvimento português não se revelou capaz de proporcionar um processo de convergência regional do produto interno bruto *per capita*.

A este contexto acresce a necessidade de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Plano Nacional de Reformas, em linha com a



Estratégia Europa 2020, nomeadamente em matéria de prioridades e respectivas metas em áreas como o capital humano, o ambiente, a energia, o investimento em inovação, escolaridade ou o combate à pobreza.

A nível nacional, a estrutura operacional, à semelhança de ciclos de programação, centra-se em três tipos de programas operacionais: 1) Temáticos no Continente; 2) Regionais; e 3) Assistência técnica.

O Portugal 2020 compreende quatro programas operacionais temáticos no Continente, por comparação com os três programas do QREN:

- ▶ Competitividade e Internacionalização;
- ▶ Inclusão Social e Emprego;
- ▶ Capital Humano;
- ▶ Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012, de 26 de Novembro definiu ainda os princípios orientadores na atribuição e gestão dos fundos comunitários:

- ▶ Racionalidade económica;
- ▶ Concentração num número limitado de domínios;
- ▶ Disciplina financeira e integração orçamental;
- ▶ Segregação das funções de gestão e prevenção de conflitos de interesses;
- ▶ Transparência e prestação de contas.

O referido documento aponta como eixos orientadores:

- ▶ A programação e a aplicação dos fundos devem ser focadas nos

resultados, o que implica **intervensões interligadas**: desenvolvimento de uma cultura de parcerias de resultados, abordagens territoriais integradas e sistemas de monitorização e avaliação relevantes para ajustamentos nos instrumentos;

- ▶ Os fundos comunitários devem ser preferencialmente mobilizados sob a forma de **fundos reembolsáveis**, com destaque nas áreas de promoção de eficiência energética, apoios a redes de infraestruturas e respostas sociais diferenciadoras, mas devem assumir carácter não reembolsável em casos de inexistência de retorno ou de produção de externalidades positivas;

- ▶ A **simplificação dos procedimentos** de aplicação de fundos com uma revisão sistemática de regras e procedimentos;

- ▶ O reforço da **articulação entre fontes de financiamento** nacionais e comunitárias na programação autonomizada e centralizada da contrapartida nacional do Orçamento do Estado: a programação centralizada permitirá desenvolver processos de aprovação e de mobilização conjunta e facilitar a monitorização da execução de ambas as fontes;

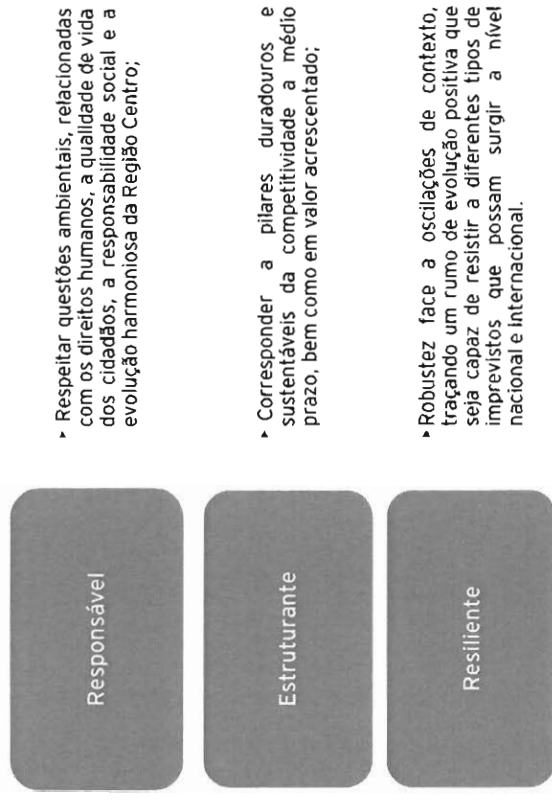
- ▶ O reforço da **coordenação e integração entre fundos comunitários** e as políticas públicas estruturais. Merece particular referência a mobilização das Abordagens Territoriais Integradas como os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e as Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).

3.3 Contexto Regional: declinação dos princípios comunitários na Estratégia CRER

Na sequência das perspectivas Comunitária e respectiva declinação nacional dos princípios na estruturação do próximo ciclo de programação 2014-2020, esta secção dedica-se à análise dessas declinações a nível regional.

No que respeita à Região Centro, a estratégia de desenvolvimento regional preparada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) assenta numa competitividade responsável, estruturante e resiliente. A estratégia CRER, sintetizada na figura *infra*, está alinhada com os princípios plasmados nas estratégias Europa 2020 e Portugal 2020 visando respectivamente uma competitividade sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

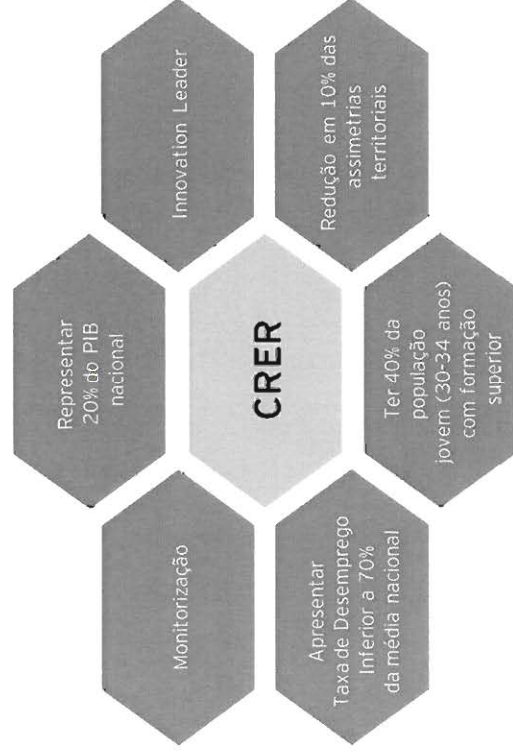
Estratégia CRER: Dimensões da Competitividade na Região Centro



Fonte: CRER 2020: Plano de Ação Regional, CCDR-Centro, Julho de 2013.

A Estratégia da Região Centro, inerente ao modelo CRER, centra-se na geração de valor acrescentado, tendo como ambição atingir as seguintes seis metas:

Ambição da estratégia CRER



Fonte: Estratégia CRER, CCDR-Centro.

- ▶ **PIB:** representar 20% do Produto Interno Bruto nacional (face aos actuais 18,6%), aproximando a importância relativa da Região Centro em termos de actividade económica e peso populacional (22,0%);
- ▶ **Inovação:** situar-se como *Innovation Leader*, de acordo com os resultados do *Regional Innovation Scoreboard* (RIS), continuando a evoluir no investimento efectuado em I&D orientado a resultados, assegurando uma crescente participação do sector privado em projetos deste tipo, promovendo a qualidade, a inovação e empreendedorismo;
- ▶ **Assimetrias regionais:** diminuir em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo as disparidades de desenvolvimento

económico, coesão social e coesão territorial que marcam o território da Região Centro, nomeadamente ao nível da dicotomia entre o litoral e o interior, entre as áreas urbanas e as áreas rurais;

- ▶ **Capital humano:** apresentar 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior (face aos actuais 27,7%), valorizando as ofertas formativas de qualidade e reforçando as condições de equidade no acesso ao Ensino Superior, promovendo em toda a Região Centro a continuidade dos jovens no sistema de ensino até ao nível superior, nomeadamente em áreas com maior nível de empregabilidade;
- ▶ **Desemprego:** alcançar uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional (face à actual de 71,1%), promovendo a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais, nomeadamente através da afirmação de novos patamares de competitividade e internacionalização, que garantam um elevado nível de oferta de emprego, bem como do fomento das diferentes vertentes do empreendedorismo.

Associada a estas metas, há a referir a monitorização que a CCDRC conduzirá, no sentido de analisar a evolução do Centro de Portugal e de identificar tendências, bem como lacunas de progresso face à estratégia definida. Este exercício de monitorização focar-se-á nas seguintes cinco áreas temáticas:

1. Crescimento e competitividade;
2. Potencial humano;
3. Qualidade de vida;
4. Coesão;
5. Sustentabilidade ambiental e energética.

O sistema de monitorização e de acompanhamento envolve igualmente a identificação e o reconhecimento do mérito e de boas práticas.

A Estratégia CRER encontra-se estruturada, numa lógica sequencial, em:

- ▶ Prioridades estratégicas nucleares;
- ▶ Domínios diferenciadores: sectores e *clusters* mais relevantes para atingir as prioridades estratégicas, correspondentes a dinâmicas produtivas da Região Centro com desempenho efectiva ou potencialmente positivo;
- ▶ Eixos de actuação: medidas operacionais para implementar a estratégia CRER. Cada eixo apresenta, assim, objectivos que se podem estruturar numa ou mais prioridades estratégicas nucleares, uma vez que dependem das características do sector ou *cluster* em análise.

A figura seguinte detalha as prioridades estratégicas, domínios diferenciadores e eixos de actuação.

Prioridades Nucleares

- ▶ Sustentar e aumentar a criação de valor;
- ▶ Estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão;
- ▶ Gerar, captar e reter talento;
- ▶ Reforçar a coesão territorial;
- ▶ Dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes;
- ▶ Consolidar a capacitação institucional.

Domínios Diferenciadores

- ▶ Agricultura;
- ▶ Floresta;
- ▶ Mar;
- ▶ Turismo;
- ▶ TICE - Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica;
- ▶ Materiais;
- ▶ Biotecnologia;
- ▶ Saúde e Bem-Estar.
- ▶ Inovação Rural, Eficiência Energética e Produtividade Industrial Sustentável

Eixos de Actuação

- ▶ Eixo 1: Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado;
- ▶ Eixo 2: Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais;
- ▶ Eixo 3: Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos;
- ▶ Eixo 4: Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios;
- ▶ Eixo 5: Afirmar a sustentabilidade dos recursos.

A tabela infra concilia as prioridades estratégicas nucleares com os eixos estratégicos, revelando as interações entre os dois níveis de análise. Por um lado, um eixo constitui o caminho para atingir as prioridades estratégicas; por outro lado, uma prioridade estratégica beneficia das iniciativas de projectos entre vários eixos estratégicos.

Relação entre as Prioridades Estratégicas Nucleares e os Eixos de Actuação

Eixos de Actuação	Prioridades Estratégicas Nucleares					
	Estruturar uma rede Policêntrica de Cidades Médias	Criar Valor Acrescentado	Reforçar a Coesão Territorial	Gerar, Captar e Reter Talento	Dar Vida e Sustentabilidade a Infraestruturas Existentes	Consolidar a Capacitação Institucional
Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado		x				
Reforçar o potencial humano e a capitalização institucional das entidades regionais				x		x
Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos	x		x		x	
Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios	x				x	
Afirmar a sustentabilidade dos recursos	x	x	x		x	

Fonte: Estratégia CRER, CDRCC.

3.4 Contributo dos Planos Nacionais Sectoriais para o PEDI

Esta secção tem por objectivo proceder à descrição dos principais planos nacionais sectoriais e alinhar a estrutura do Beiras e Serra da Estrela 2020 com os eixos de intervenção daqueles planos.

Neste contexto, se a apresentação do PEDI num plano para 2014-2020 se rege pelas novas directrizes a nível comunitário europeu e nacional, tem também de se alinhar com as orientações nacionais de intervenção.

Com efeito, se a elaboração do PEDI surge na linha comunitária de programação de fundos, é essencial que este documento estratégico da Região das Beiras e da Serra da Estrela esteja também alinhado com as políticas públicas nacionais por sector. Nesse sentido, no que adiante se analisa, e para cada um dos oito sectores analisados, procede-se à:

- ▶ Descrição da estrutura do plano nacional;
- ▶ Alinhamento desse plano com a estratégia regional CRER;
- ▶ Sistematização de sectores directamente relacionados com aquele em análise, numa lógica de sinergia e de promoção multi-sectorial (crescimento inteligente);
- ▶ Apresentação de projectos emblemáticos na Região das Beiras e da Serra da Estrela, como base de referência e de alavancagem para o desenvolvimento de projectos no âmbito do PEDI.

3.4.1 Ordenamento do Território

De acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a estratégia traçada até 2025 centra-se em seis objectivos principais que, por sua vez, se estruturam de acordo com eixos de actuação e com medidas específicas.

A Tabela seguinte sistematiza os principais objectivos do PNPOT e as respectivas medidas.

Objectivos e Medidas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Objectivos do PNPT

Medidas do PNPT

► 1.º Objectivo: Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e monitorizar, prevenir e minimizar os riscos;	► Complementar e aperfeiçoar o sistema de informação do Património Natural do ICN sobre o território continental; ► Completar e actualizar a cobertura do território continental, com as cartas de solos à escala adequada; ► Avaliar e monitorizar a evolução do estado e qualidade dos solos, numa perspectiva preventiva; ► Estabelecer e implementar um programa de monitorização do estado químico e ecológico; ► Completar a cartografia geoquímica do sistema rocha-solo de todo o território; ► Completar e actualizar o levantamento geológico; ► Elaborar e implementar os Planos Sectoriais da Rede Natura 2000 e os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas; ► Instituir medidas de discriminação positiva para os municípios; ► Definir e executar uma estratégia Nacional de Protecção do Solo; ► Implementar as orientações da Política Agrícola Comum de incentivo às boas práticas de conservação do solo; ► Executar a Estratégia Nacional para as Florestas, melhorando a competitividade; ► Implementar os Planos Regionais de Ordenamento Florestal; ► Executar a política de gestão integrada da água.
► 2.º Objectivo: Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;	► Melhorar os sistemas e infraestruturas de suporte à conectividade internacional de Portugal no quadro ibérico, europeu, atlântico e global; ► Reforçar a capacidade das cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento; ► Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego; ► Promover um maior equilíbrio na distribuição territorial da população e assegurar condições de atracção às escalas nacional, regional e local;
► 3.º Objectivo: Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;	► Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas; ► Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policéntricos; ► Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas; ► Promover um desenvolvimento integrado dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais ajustado à sua diversidade, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.
► 4.º Objectivo: Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;	► Promover o ordenamento das redes de educação; ► Desenvolver uma rede nacional de prestação de cuidados de saúde que garanta a universalidade de acesso e racionalize a procura do Serviço Nacional de Saúde (SNS); ► Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitação; ► Dinamizar redes de equipamentos colectivos e programas para responder com eficácia às necessidades dos diferentes grupos sociais e das famílias; ► Desenvolver uma rede supra-nacional articulada de equipamentos desportivos e de lazer activo; ► Dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize as identidades; ► Desenvolver os serviços de abastecimento público e de água, redes de infra-estruturas e rede de serviços de Justiça.
► 5.º Objectivo: Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;	► Alargar o acesso à Internet de banda larga em todo o país e promover uma rápida e efectiva apropriação económica e social das TIC; ► Promover as TIC como instrumento fundamental de desenvolvimento territorial e de coesão social, generalizando a sua utilização na difusão de informação e na oferta de serviços de interesse público.
► 6.º Objectivo: Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições	► Produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território; ► Renovar e fortalecer as capacidades de gestão territorial; ► Promover a participação cívica e institucional nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial; ► Incentivar comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território.

Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

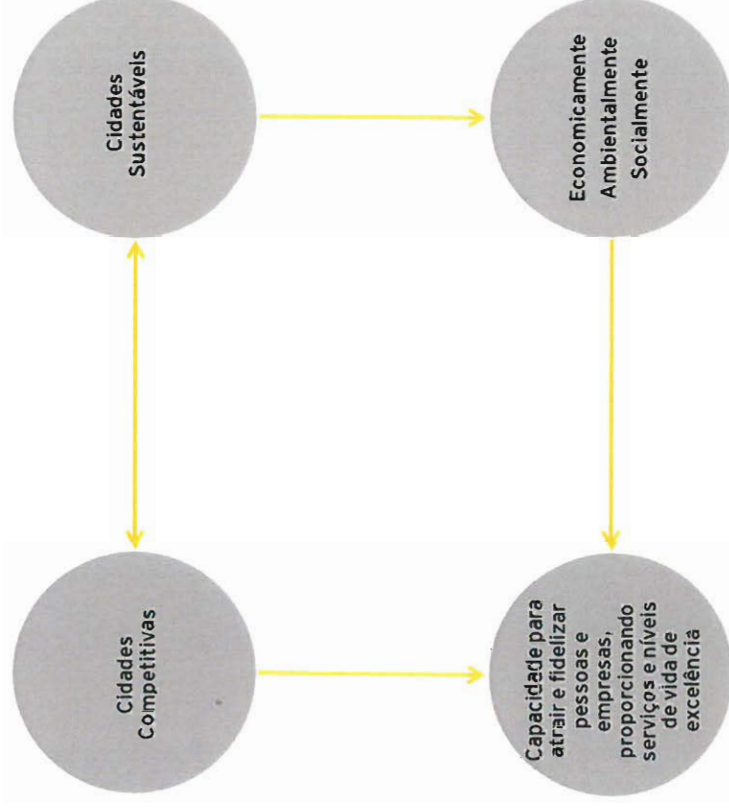


No âmbito da intervenção em matéria de ordenamento do território, merece também referência, por relação, a temática da regeneração urbana, que está directamente abordada nos objectivos 2 e 3 acima referidos. Com efeito, a regeneração urbana relaciona-se com o ordenamento do território, na medida em que tem como principal estratégia a viabilização da recuperação dos centros urbanos, zonas históricas e patrimónios degradados, com o intuito de criar uma dinamização da economia das cidades e regiões.

Com base nos estudos desenvolvidos pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP), podemos sistematizar a estratégia de regeneração urbana nas seguintes finalidades:

- ▶ Viabilizar a realização do investimento;
- ▶ Envolver o comércio, a indústria e o turismo;
- ▶ Consumir materiais e produtos em grande parte produzidos em Portugal;
- ▶ Rentabilizar estruturas existentes que se encontram desaproveitadas ou subaproveitadas;
- ▶ Criar emprego qualificado, atraindo engenheiros e arquitectos, desenhadores e projetistas, operários, artistas e artesãos;
- ▶ Reanimar a vida das cidades, atrair turistas e fixar novos habitantes;
- ▶ Melhorar a qualidade de vida das populações;
- ▶ Permitir rentabilizar poupanças privadas.

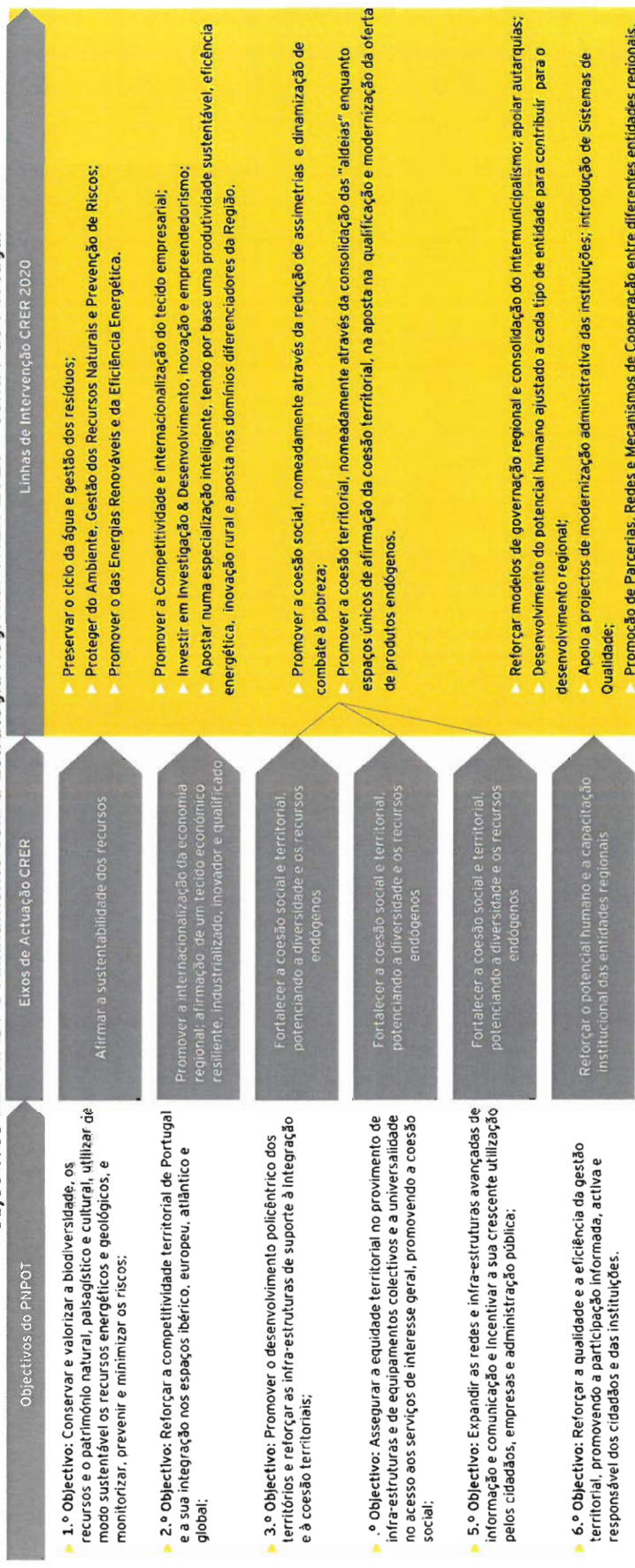
Regeneração Urbana



Fonte: Confederação Empresarial de Portugal. Projecto Fazer acontecer a regeneração urbana

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional e com o tema da regeneração urbana, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

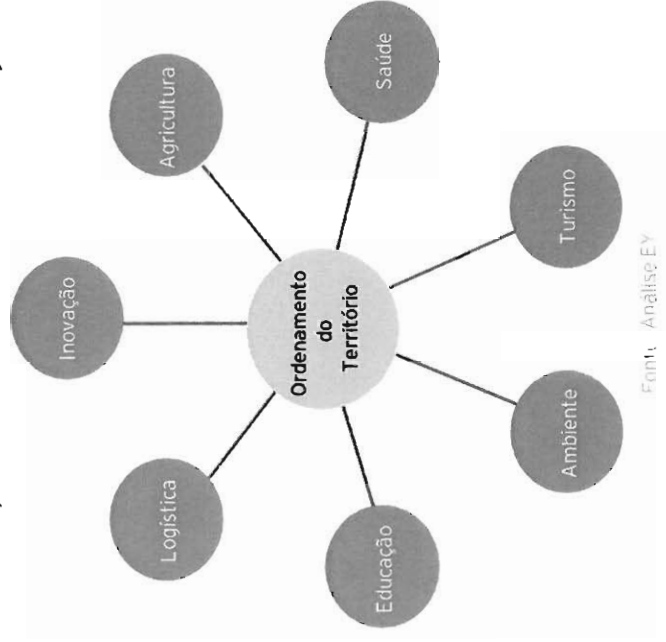
Objectivos do PNPT e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 – Centro de Portugal



Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e CRER 2020 – Centro de Portugal

As medidas definidas no âmbito da estratégia regional CRER 2020 para o domínio do Ordenamento do Território são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Sectores potenciados pelo Ordenamento do Território e Regeneração Urbana



Assim, relativamente ao Ordenamento do Território, há a referir um conjunto de outros domínios interligados, que apontam para a necessidade de conceber a organização do território numa lógica logística e multi-disciplinar. A figura infra apresenta sete domínios com impacto directo no Ordenamento do Território.

3.4.2 Agricultura

No sector da agricultura, estudos recentes publicados no Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) revelam que o ligeiro decréscimo do produto agrícola se deve à forte diminuição dos preços implícitos no mesmo. Para além deste factor, também os custos de produção aumentaram, principalmente pela elevada componente de importação. Assim, os principais problemas apontados no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020 neste sector são:

- ▶ Défice Comercial - necessidade de implementação de medidas relacionadas com a competitividade e viabilidade das explorações;
- ▶ Fraca concentração da oferta - necessidade de promoção da organização;
- ▶ Desequilíbrio da cadeia alimentar - criação de marca ou rotulagem, apoio às pequenas e médias explorações através da aposta nos produtos de qualidade;
- ▶ Competitividade da agricultura - gestão sustentável dos recursos naturais, como por exemplo investimento em regadio.

A tabela infra sistematiza os objectivos e medidas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. A visão do Programa de Desenvolvimento Rural é a de:

- ▶ “A autosuficiência, em valor, do sector agro-alimentar em 2020 promovendo a sustentabilidade de todo o território nacional.”

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

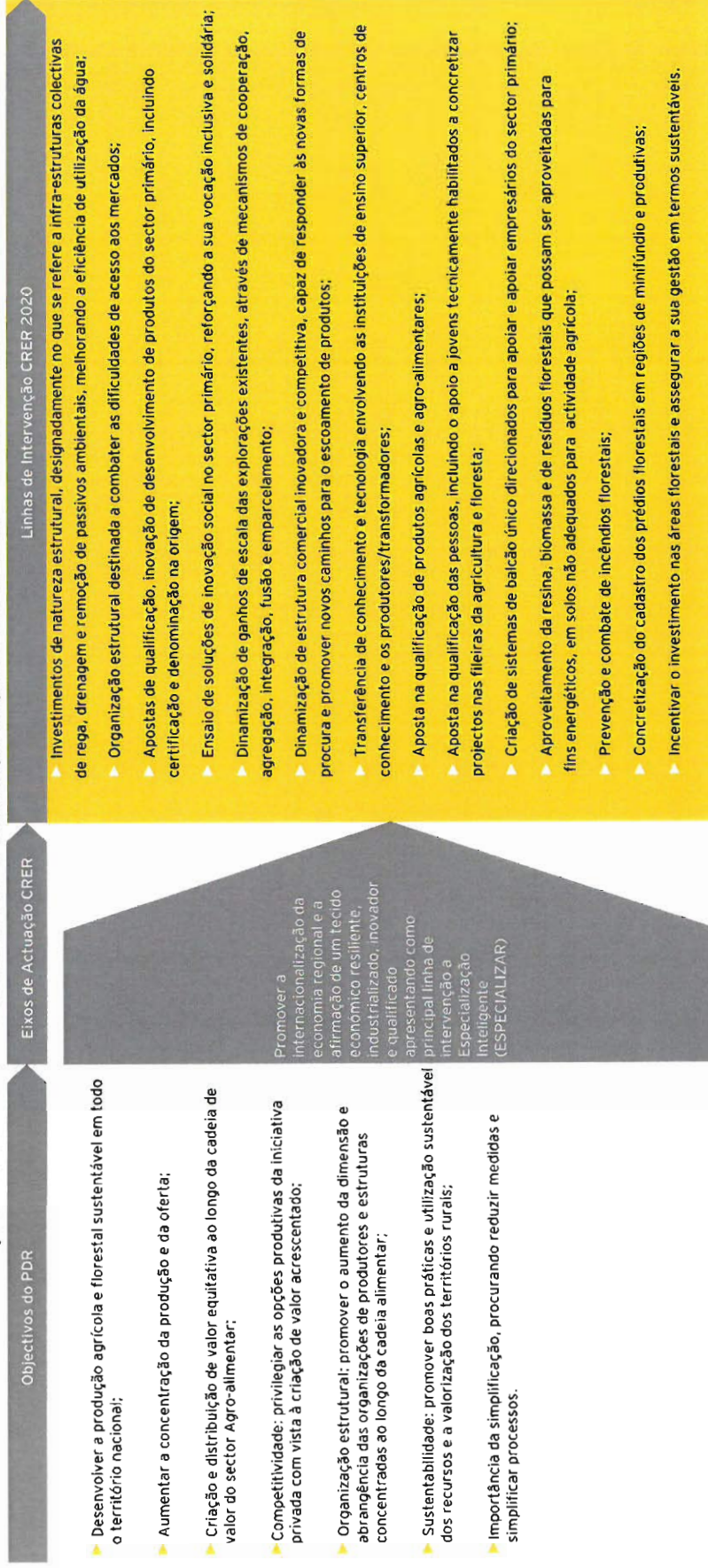
Objectivos e Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

Objectivos do PDR	Medidas do PDR
Objectivos principais: ▶ Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável em todo o território nacional; ▶ Aumentar a concentração da produção e da oferta; ▶ Criação e distribuição de valor equitativo ao longo da cadeia de valor do sector agroalimentar.	▶ Promover a transferência de conhecimento e a inovação nos sectores agrícola e florestal nas zonas rurais: ▶ Incremento da inovação e da base de conhecimento nas zonas rurais; ▶ Reforço da ligação dentro do sector e com a investigação e a inovação; ▶ Aprendizagem ao longo da vida e formação profissional no sector. ▶ Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas: ▶ Reestruturação das explorações; ▶ Renovação das gerações. ▶ Promover as cadeias alimentares e a gestão do risco na agricultura: ▶ Integração dos produtores primários na cadeia alimentar; ▶ Gestão de riscos. ▶ Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e das florestas: ▶ Biodiversidade; ▶ Melhoria da gestão da água; ▶ Melhoria da gestão dos solos. ▶ Promover a utilização eficiente dos recursos: ▶ Melhoria da eficiência na utilização da água; ▶ Melhoria da eficiência na utilização da energia; ▶ Fornecimento e utilização de fontes de energia renovável; ▶ Redução das emissões de gases com efeito de estufa; ▶ Promoção de sequestro de carbono. ▶ Inclusão social, redução da pobreza e desenvolvimento económico das zonas rurais: ▶ Diversificação, criação de PME e de empregos; ▶ Promoção do desenvolvimento local; ▶ Melhoria das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Fonte: Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020



Objectivos do PDR e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 – Centro de Portugal

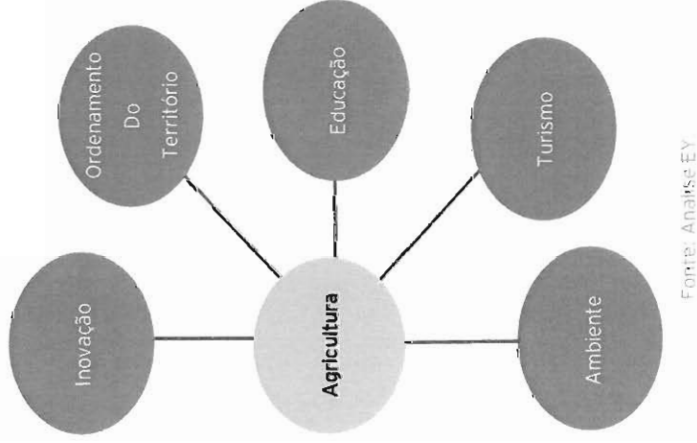


Fonte: Programa de Desenvolvimento Rural e CRER 2020 - Centro de Portugal.

As medidas definidas pelo CRER no âmbito do Desenvolvimento Rural, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou clusters.



Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Agricultura



A área da Agricultura e as respectivas intercepções beneficiam de uma lógica agregada que associe conhecimento e recursos de áreas como a inovação, o ordenamento do território, a educação, o turismo e o ambiente.

3.4.3 Transportes

Na área dos transportes, o respectivo Plano Estratégico (PET) 2008-2020 apresenta como objectivo principal obter um sistema de transportes que contribua para a coesão social e territorial, para a economia nacional robusta e integrada a nível europeu e mundial, respeitador do ambiente e eficiente do ponto de vista energético.

Este objectivo geral será realizado através de quatro linhas de acções (objectivos específicos), que se referem a três escalas espaciais:

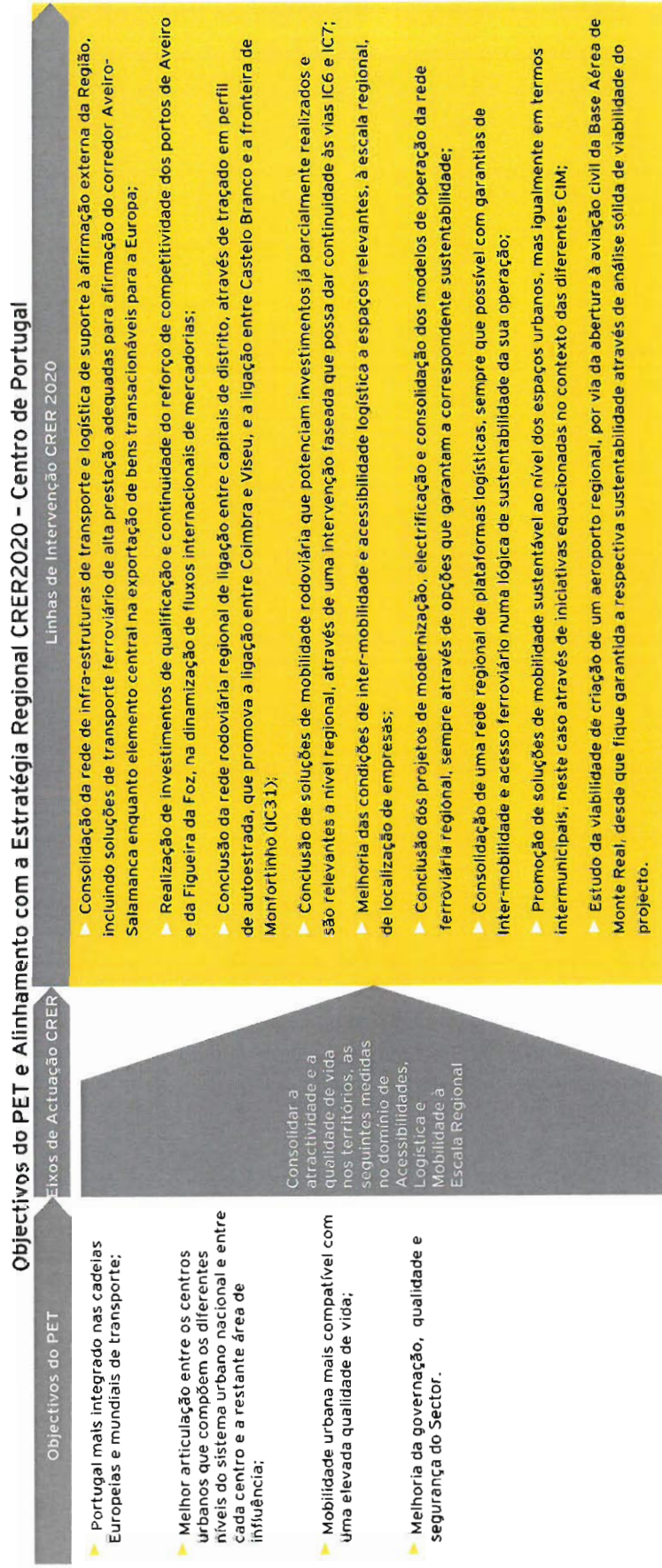
- ▶ Acessibilidade - o planeamento e a gestão do sistema de transportes valorizam a racionalidade do uso dos recursos e a eficiência da sua gestão; o sistema de transportes e acessibilidades deverá garantir condições equitativas de acesso de toda a população;
- ▶ Mobilidade - o planeamento e a gestão pública do sistema de transportes colocam enfoque na perspectiva sistémica, implicando uma visão integrada e integradora dos diferentes meios e modos de transporte;
- ▶ Governação do Sector - a melhoria do sistema de governação do sector dos transportes constituiu um dos principais desafios ao aumento da sua eficiência e operacionalidade.

Objectivos e Medidas do Plano Estratégico de Transportes

Objectivos do PET	Medidas do PET
1º Objectivo: ▶ Portugal mais bem integrado nas cadeias Europeias e mundiais de transporte	▶ Portos mais competitivos e articulados com o restante sistema de transportes; ▶ Sistema aeroportuário a funcionar como hub para as grandes rotas mundiais e articulado com uma rede de aeroportos nacionais mais competitivos e articulados com o restante sistema de transportes; ▶ Ligações ferroviárias de Portugal com Espanha e a Europa reforçadas em volume de mercadorias e de passageiros; ▶ Eixos rodoviários prioritários concluídos e em boas condições de circulação, nomeadamente, as ligações a portos, aeroportos nacionais e terminais ferroviários, entre capitais de distrito e às plataformas logísticas; ▶ Plataformas logísticas de articulação com as cadeias internacionais instaladas e interligadas de forma eficiente com o sistema de transporte de mercadorias até 2015.
2º Objectivo: ▶ Melhor articulação entre os centros urbanos que compõem os diferentes níveis do sistema urbano nacional e entre cada centro e a restante área de influência	▶ Conectividade das redes de acessibilidades nacionais e inter-regionais reforçada; ▶ Redes e serviços de transporte público em permanente adequação à dinâmica da procura e estruturados de forma a promover a cobertura supra municipal e a utilização dos modos de transporte mais adequados às características das deslocações; ▶ Necessidades básicas de mobilidade satisfeitas, em períodos de baixa procura e em áreas de fraca densidade populacional.
3º Objectivo: ▶ Mobilidade urbana mais compatível com uma elevada qualidade de vida	▶ Redes e serviços de transporte (TP) público urbano e sub-urbano em permanente adequação à dinâmica da procura; ▶ Serviços de TP facilmente inteligíveis, acessíveis, seguros e cómodos para o cliente; ▶ Repartição modal TI (Transporte Intermodal) / TP (Transporte Público) mais equilibrada a favor do transporte público, sem congestionamentos de tráfego significativos; ▶ Acentuado crescimento da utilização dos modos suaves na mobilidade urbana; ▶ Distribuição urbana das mercadorias; ▶ Completar e racionalizar as redes viárias das principais aglomerações urbanas.
4º Objectivo: ▶ Melhoria da governação, qualidade e segurança do Sector.	▶ Legislação de enquadramento revista e adequada ao Direito Comunitário; ▶ Sistemas de planeamento e gestão da acessibilidade e mobilidade a nível supramunicipal; ▶ Melhoria do nível de qualificação dos activos do sector através de programas específicos de formação e qualificação profissional; ▶ Planos de mobilidade a nível municipal e supra municipal articulados, em vigor e periodicamente revistos; ▶ Institucionalização de formas de articulação do planeamento de transportes com o planeamento do território e com a política energética e ambiental; ▶ Segurança e protecção nos transportes e infra-estruturas aumentadas; ▶ Utilização generalizada dos ITS (Serviços Inteligentes de Transportes) nas redes e serviços de transporte; ▶ Sistema de monitorização e avaliação do sector em funcionamento.

Fonte: Plano Estratégico de Transportes 2008-2020

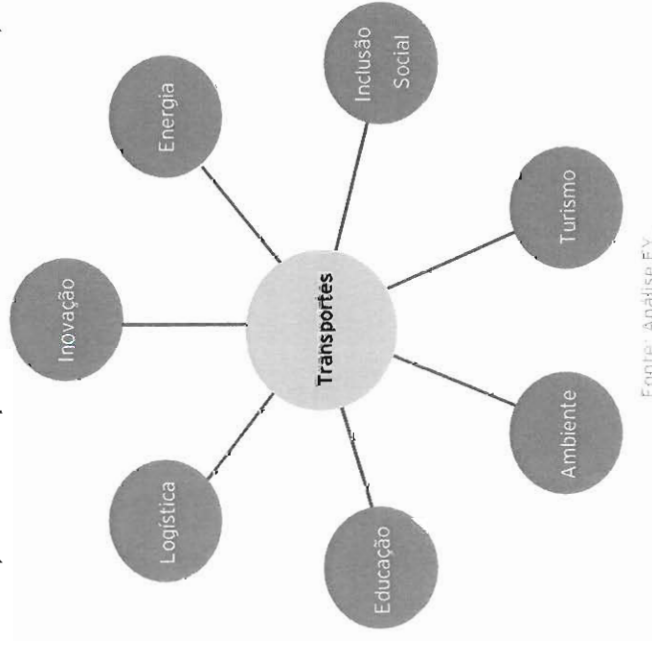
A estratégia regional CRER 2020 encontra-se em linha com o Plano Estratégico de Transportes, sendo que para cada objetivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.



Fonte: Plano Estratégico de Transportes 2008-2020, o CRER 2020 – Centro de Portugal;

As medidas definidas pela estratégia regional CRER 2020 no âmbito do Plano Estratégico de Transportes, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento dos Transportes



Fonte: Análise EY.

Os transportes enquanto área de mobilidade são um domínio onde a concentração de esforços e de Recursos têm a ganhar. Em estreita ligação com as infra-estruturas de transporte estão desde logo, a área logística apontando para o elemento de conectividade da Região Centro; do ambiente e energia, paotando para o elemento de sustentabilidade dessas infra-estruturas da referida Região.

Associado a este sector, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

- ▶ Corredor Portugal - Irun e a Travessia Ferroviária Aveiro - Salamanca, que representam porventura os projectos mais emblemáticos do Projeto MIT (Mobilidade, Inovação e Território);
- ▶ Base Aérea de Monte Real.

3.4.4 Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015, prevê a revisão periódica dos seus objectivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta à evolução do contexto global e do sector turístico.

Das alterações de contexto, que tiveram impacto significativo no sector do Turismo, destacamos as seguintes:

- ▶ Alterações económicas decorrentes da crise económico-financeira que assolou a Europa;
- ▶ Alterações no perfil do consumidor/turista;
- ▶ Os novos modelos de negócio e a revolução das tecnologias de informação e comunicação;
- ▶ A emergência de novos concorrentes face aos destinos de turismo tradicionais.

A visão para o desenvolvimento do turismo em Portugal assenta em três pilares:

- ▶ O crescimento do turismo em Portugal deve estar alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, alavancado numa

proposta de valor assente em características distintivas e inovadoras;

- ▶ O turismo deve desenvolver-se com base na qualidade do serviço e competitividade da oferta através da oferta de conteúdos autênticos e experiências genuínas;
- ▶ O turismo deve constituir um dos motores do desenvolvimento da economia portuguesa, tanto local como nacional.

Os principais objectivos estratégicos centram-se em:

- ▶ Dormidas – a este nível o objectivo é crescer a uma média anual de 2,9% no período 2011-2015, perspectivando-se a procura externa e a diversificação da procura como principais motores do crescimento;
- ▶ Receitas – uma vez que os planos de financiamento se encontram limitados, o objectivo passa por crescer 6,1% no período 2011-2015;
- ▶ Saldo da balança turística – evolução da balança a uma taxa de crescimento médio anual de 9,5% para o período 2011-2015.

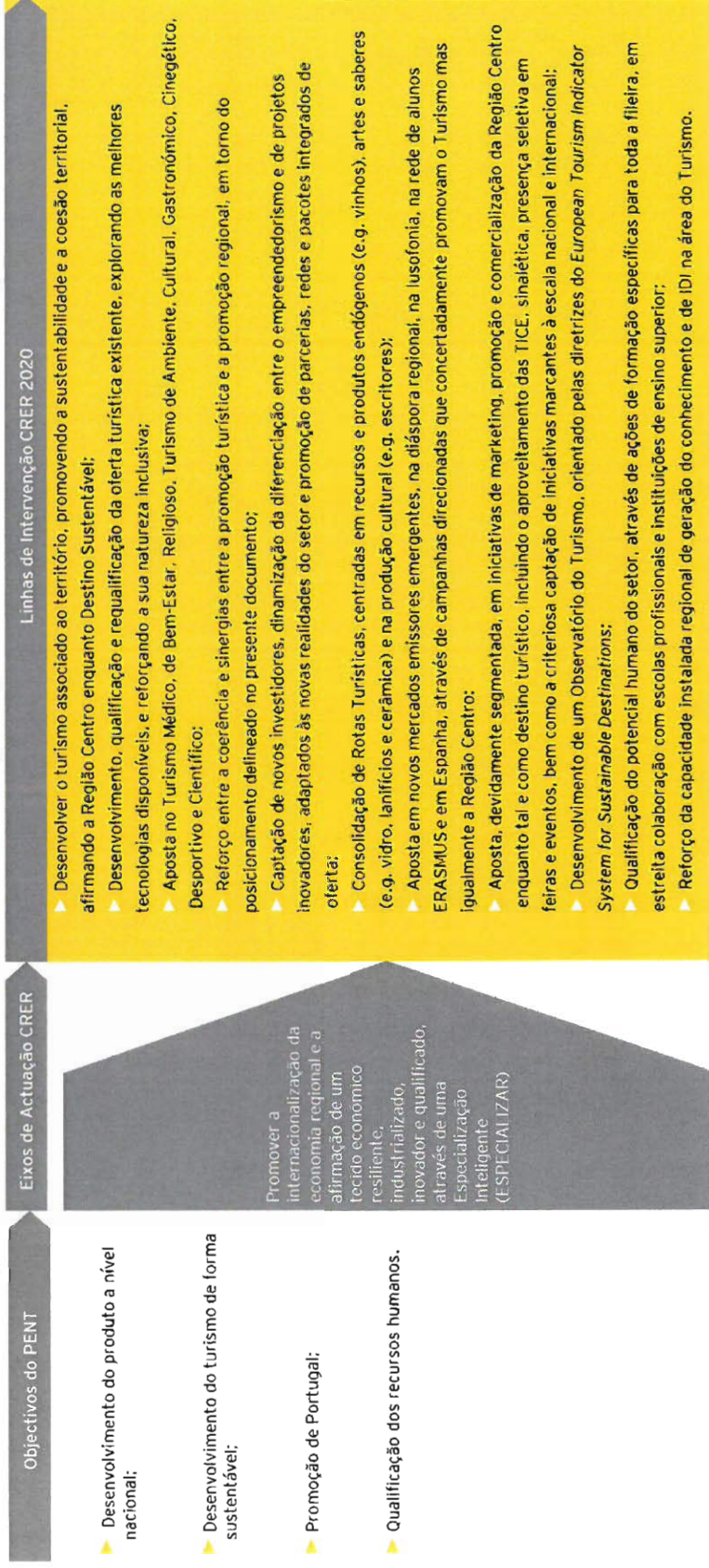
Objectivos e Medidas do Plano Estratégico Nacional do Turismo

Objectivos do PENT	Medidas do PENT
1º Objectivo: Desenvolvimento do produto a nível nacional	▶ Valorizar o sol e mar, melhorando as condições dos recursos, equipamentos, serviços e envolvente paisagística; ▶ Reforçar os circuitos turísticos, segmentando-os para a vertente generalista e temática e individualizar o turismo religioso; ▶ Dinamizar as estadias de curta duração em cidade – City Breaks, integrando recursos culturais, itinerários e oferta de experiências; ▶ Desenvolver o turismo de negócios, qualificando infra-estruturas e estruturas de suporte, no reforço da captação proactiva de eventos; ▶ Estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios, de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação de recursos humanos; ▶ Desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do surfing, qualificando as infra-estruturas; ▶ Consolidar os investimentos e garantir elevados padrões de qualidade em novos projectos de turismo residencial; ▶ Qualificar e classificar a oferta de turismo de saúde; ▶ Promover a riqueza e qualidade da gastronomia e vinhos.
2º Objectivo: Desenvolvimento do turismo de forma sustentável	▶ Fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciando a interação com as comunidades locais e as suas actividades produtivas; ▶ Sustentabilidade económica do sector via qualificação dos recursos humanos e do produto; ▶ Conservação e valorização do património; ▶ Utilização racional dos recursos naturais e na valorização do património natural; ▶ Utilização das paisagens naturais e culturais, locando na relação entre o turista e o espaço, região e comunidades da envolvente, contribuindo para a experiência global da visita.
3º Objectivo: Promoção de Portugal	▶ Desenvolvimento da promoção e distribuição na Internet, reforçando a funcionalidade dos portais, nomeadamente da sua vertente transaccional, potenciando as redes sociais e as plataformas móveis. Desta constatação decorre a necessidade de existência de selectividade no investimento em meios tradicionais; ▶ Redistribuição do investimento em promoção por mercado e produto, adequando recursos (1) ao potencial de crescimento identificado e (2) ao retorno do investimento promocional; ▶ Adequação da variedade de instrumentos de promoção à capacidade de conhecimento dos critérios de decisão do consumidor, assim como ao conhecimento sistematizado das diversas tipologias de segmentação (por mercado, motivação, produto ou subproduto).
4º Objectivo: Qualificação dos recursos humanos	▶ Reforço de competências na vertente do atendimento, serviço, gestão, empreendedorismo e desenvolvimento do negócio; ▶ Reforço de competências em áreas críticas, com maior organização da oferta formativa; ▶ Proporcionar uma base de formação comum e transversal a todos os profissionais do sector; ▶ Melhor formação, em particular, em contexto real de trabalho e em áreas profissionais emergentes; ▶ Alargamento da formação a outros profissionais que interagem com o turista; ▶ Definição de políticas de educação e formação para o turismo.

Fonte: Plano Estratégico Nacional & Regional do Turismo (2006 - 2015).

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

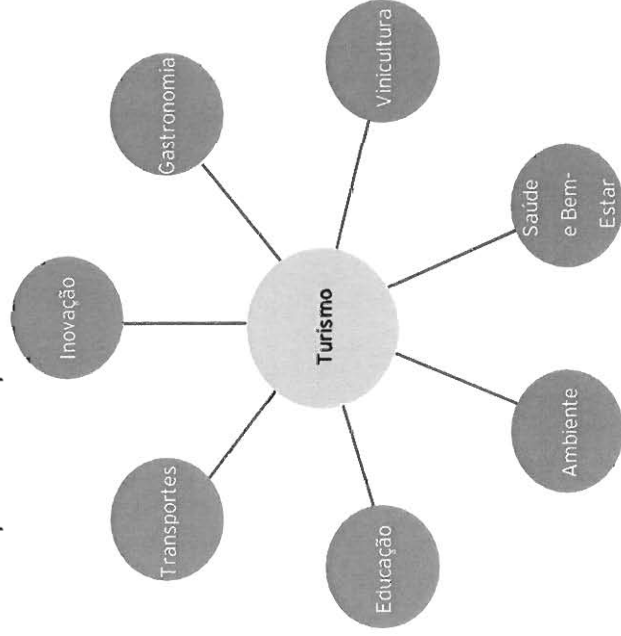
Objectivos do PENT e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal



Fonte: Plano Estratégico Nacional & Regional do Turismo (2006 - 2015) e CRER 2020 - Centro de Portugal

As medidas definidas pelo CRER no âmbito do Plano Estratégico Nacional do Turismo (2006-2015), são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento do Turismo



Fonte: Analise EY.

Associado a este sector, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

- ▶ Recuperação das Aldeias de Xisto;
- ▶ Recuperação das Aldeias Históricas

O valor acrescentado destes projectos é potenciado com a aposta na dinamização pelo conjunto de municípios que compõem as Beiras e a Serra da Estrela. A aposta na divulgação dos recursos locais (gastronomia, vinicultura, programação cultural) a partir das Aldeias de Xisto e das Aldeias Históricas, bem como a ligação em rede dos Municípios estabelece uma base importante de dinamização dos projectos.

3.4.5 Saúde

O Plano Nacional de Saúde (2012-2016) (PNS) pretende:

- ▶ Maximizar os ganhos em saúde reconhecendo que são relativos, através de resultados de saúde adicionais para a população, globalmente e por grupo etário, sexo, região, nível socioeconómico e factores de vulnerabilidade;
- ▶ Reforçar o Sistema de Saúde como a opção estratégica com maior retorno de saúde, social e económico, considerando o contexto nacional e internacional, promovendo as condições para que todos os intervenientes desempenhem melhor a sua missão.

O PNS é o documento estratégico nuclear na área da saúde e tem por missão:

- ▶ Afirmar os valores e princípios que suportam a identidade do Sistema de Saúde e reforçar a coerência do sistema em torno destes;
- ▶ Clarificar e consolidar entendimentos comuns, que facilitem a integração de esforços e a valorização dos agentes na obtenção de ganhos e valor em saúde;
- ▶ Enquadrar e articular os vários níveis de decisão estratégica e operacional em torno dos objectivos do Sistema de Saúde;
- ▶ Criar e sustentar uma expectativa de desenvolvimento do Sistema de Saúde, através de orientações e propostas de acção;

- ▶ Ser referência e permitir a monitorização e avaliação da adequação, desempenho e desenvolvimento do Sistema de Saúde.

O PNS assume os mesmos valores fundamentais dos sistemas de saúde europeus (Conselho da UE), nomeadamente:

- ▶ Universalidade (ninguém pode ser excluído do acesso aos cuidados de saúde);
- ▶ O acesso a cuidados de qualidade;
- ▶ Equidade; e
- ▶ Solidariedade.

São considerados, igualmente, os seguintes valores:

- ▶ Justiça Social (as políticas e as instituições relacionam-se com os cidadãos valorizando a igualdade de direitos e deveres, na equidade e na solidariedade, compreendendo a dignidade de cada pessoa);
- ▶ Capacitação do cidadão;
- ▶ Prestação de cuidados de saúde centrados na pessoa;
- ▶ Respeito pela pessoa humana;
- ▶ Solícitude (capacidade de dar atenção proactiva e de qualidade às necessidades de bem-estar e de cuidados);
- ▶ Decisão apoiada na evidência científica.

Objectivos e Medidas do Plano Nacional de Saúde

Objectivos do PNS	Medidas do PNS
1º Objectivo: Promover a Cidadania para uma cultura de saúde e bem-estar, de realização dos projectos de vida pessoais, familiares e das comunidades	- Afirmação da saúde como valor social transversal e definidor do bem comum; - Incremento do diálogo, coesão e resposta social aos desafios ao Sistema de Saúde; - Centralidade do Sistema de Saúde nas necessidades e expectativas do cidadão como objectivo promotor da integração e articulação dos esforços dos seus agentes; - Promover uma cultura de cidadania, assente no desenvolvimento de iniciativas dirigidas à comunidade ou a grupos populacionais; - Promover e divulgar a carta de direitos e deveres do cidadão no domínio da Saúde; - Desenvolver o planeamento, intervenções, monitorização e avaliação na área da Cidadania em Saúde; - Melhorar a confiança dos cidadãos nas instituições e as condições para a sua valorização; - Desenvolver programas na área da educação para a saúde e autogestão da doença; - Promover o exercício da cidadania no processo de tomada de decisão, desenvolvimento estratégico e na avaliação institucional;
2º Objectivo: A equidade e o acesso adequado aos cuidados de saúde resultam em ganhos de saúde, garantem a coesão e a justiça social e promovem o desenvolvimento de um país	- Definição de serviços essenciais, ou sejam, aqueles para os quais deve ser explícita e garantida a possibilidade de acesso a todos os cidadãos; - Determinar o grau com que é possível aproximar e personalizar os cuidados para com as necessidades individuais, de famílias e comunidades; - Determinar a forma como os benefícios da prestação de cuidados de saúde são distribuídos pelos indivíduos de diferentes classes socioeconómicas (por exemplo, através do grau de regressividade da comparticipação dos cuidados); - Equidade de acesso nos grupos vulneráveis ou com necessidades especiais; - Incremento do valor social do Sistema de Saúde, como recurso acessível, próximo e personalizado; - Capacitar os sistemas de informação e monitorização da saúde; - Avaliar sistematicamente o impacto das políticas e práticas institucionais na saúde e das políticas de outros ministérios
3º Objectivo: Qualidade de cuidados: fazer bem a acção correcta, à primeira vez, às pessoas certas, na altura certa e no local certo, com o menor custo	- Mais valor em saúde - o investimento público traduz-se em cuidados de qualidade acrescida e uma visão mais clara, a longo prazo dos cuidados possíveis para os recursos disponíveis; - Benchmarking entre unidades quanto ao desempenho, a partir de referenciais de actuação comuns; - O Sistema de Saúde ser reconhecido como um motor social de promoção do envolvimento e da excelência; - Reforçar a responsabilidade pela governação integrada; - Avaliar a política de qualidade, através de nomeação de entidades externas e independentes; - Desenvolver instrumentos de padronização para a promoção da qualidade; - Promover a acreditação dos serviços prestadores dos cuidados de saúde; - Reforçar a responsabilidade das especialidades médicas generalistas; - Institucionalizar a avaliação das tecnologias em saúde como requisito para a introdução incremental e criteriosa de inovação;
4º Objectivo: As Políticas Saudáveis visam orientar os esforços da sociedade para que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de fazer escolhas saudáveis e de cumprir plenamente o seu potencial de saúde.	- Maximizar sistematicamente as oportunidades existentes e criar novas oportunidades; - Desenvolver e disponibilizar bases de evidência da efectividade e custo-benefício das intervenções e políticas no âmbito da Políticas Saudáveis; - Usar criticamente um referencial alargado e bem delimitado, para a avaliação de necessidades de saúde; - Integrar e disponibilizar informação longitudinal e georreferenciada de monitorização sociodemográfica de saúde; - Promover e testar modelos de planeamento, financiamento, gestão conjunta e avaliação intersectorial de iniciativas e serviços com impacto na saúde; - Fomentar a avaliação sistémica das oportunidades nacionais, regionais e locais para o desenvolvimento de Políticas Saudáveis; - Reforçar as Estratégias Locais de Saúde (ELSA), como processos direccionados para a obtenção de ganhos em saúde.

Fonte: Plano Nacional de Saúde (2012-2016).

O plano da Região Centro CRER encontra-se em linha com o plano nacional, sendo que para cada objectivo proposto no plano nacional, o CRER apresenta medidas, também estas alinhadas com os eixos de actuação.

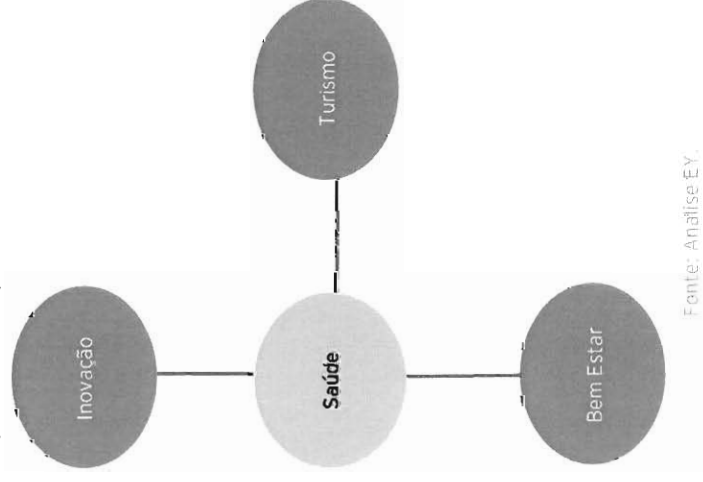
Objectivos do Plano Nacional de Saúde e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 – Centro de Portugal



Fonte: Plano Nacional de Saúde (2012-2016) e CRER 2020 Centro de Portugal.

As medidas definidas pelo CRER, no âmbito do Plano Nacional de Saúde, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Saúde



Fonte: Análise EY.

Associado a este sector, existem já projectos emblemáticos na Região Centro, que ajudam a potenciar a nova estratégia CRER, sendo estes:

- ▶ Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade da Beira Interior, que potencia o nível de acessibilidade à saúde por parte da população e contribui para o aumento da densidade populacional jovem.

3.4.6 Educação

O sector da Educação abrange temáticas como:

- ▶ Ensino Superior & Transferências de Conhecimento;
- ▶ Formação e Emprego;
- ▶ Abandono Escolar

Relativamente à primeira temática – Ensino Superior & Transferência de Conhecimento, a Região Centro encontra-se servida por:

- ▶ Três universidades públicas;
- ▶ Seis institutos politécnicos públicos;
- ▶ Número elevado de instituições promotoras de inovação e tecnologia para a indústria.

De acordo com o CRER, é sua intenção apostar neste sector, através essencialmente de pólos de competitividade e de projectos PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos),

relevantes na inovação relativamente a produtos endógenos e no apoio ao desenvolvimento de ambientes rurais.

No que toca à Educação, Formação e Emprego e ao Abandono Escolar, a Região Centro apresenta uma população bastante envelhecida, resultado de um território bastante assimétrico do ponto de vista demográfico, com o litoral a apresentar uma população relativamente mais jovem e o interior uma população mais envelhecida (à excepção de Viseu e Guarda).

De acordo com os indicadores de 2011, a Região Centro apresenta ao nível de Capital Humano:

- ▶ Uma taxa de analfabetismo elevada que, em 2011, atingia 6,4% da população e superava a média nacional de 5,2%;
- ▶ Baixos níveis de qualificação, pois em 2011 apenas 45,9% da população da Região Centro possuía a escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico (cifrando-se o valor nacional em 49,6%), e somente 15% tinha uma habilitação superior;
- ▶ Elevado abandono no final do ensino obrigatório.

Objectivos Região Centro no sector da Educação e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 – Centro de Portugal

Objectivos da Região Centro na Educação

- ▶ Captar, desenvolver e reter talento;
- ▶ Obter 40% da população jovem (30 a 34 anos) com formação superior e um capital humano mobilizado para os desafios da produtividade, criação de valor, competitividade, inovação, qualidade e empreendedorismo;

▶ Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais

Eixos de Actuação CRER

Linhas de Intervenção CRER 2020

- ▶ Fomentar a acessibilidade e cobertura de ofertas de ensino a partir dos 3 anos;
- ▶ Desenvolver competências em todos os níveis de ensino nas áreas de empreendedorismo, criatividade, qualidade, inovação, voluntariado, cidadania, artes, inglês, ciências e tecnologia;
- ▶ Promover a conciliação de aprendizagens académicas com modalidades desportivas;
- ▶ Incentivos à captação de talentos de outras regiões para a Região Centro;
- ▶ Apoio a ações de promoção e marketing regional relacionadas com as oportunidades que a região oferece para captar jovens talentos e investidores;
- ▶ Organização das estruturas de acolhimento e captação de talentos, envolvendo as várias dimensões relacionadas com um quadro de vida estável e atrativo;
- ▶ Universalizar acessibilidade a rede regional de creches;
- ▶ Potenciar equipamentos culturais existentes, dinamizando-os através de programação de redes e parcerias;
- ▶ Mobilizar a população sénior, mas ainda capacitada, para novos desafios que lhe permitam estar ativa;
- ▶ Fomento da participação da população em atividades desportivas, culturais e de voluntariado;
- ▶ Promover a criação de hábitos e estilos de vida saudáveis e apostar na medicina preventiva;
- ▶ Promover o associativismo jovem, nas suas mais variadas formas, e a cidadania jovem;
- ▶ Desenvolvimento de abordagens integradas direcionadas para o envelhecimento ativo das populações;
- ▶ Favorecer a renovação demográfica através de políticas ativas dedicadas e da integração nos objetivos das políticas setoriais da problemática demográfica, no sentido de ganharem eficácia;
- ▶ Organizar os territórios e os agentes locais para construir plataformas locais que promovam as condições de suporte à natalidade e às famílias;
- ▶ Criação de serviços de natureza pública e privada de apoio às famílias;
- ▶ Dinamização, a nível local e intermunicipal, de políticas e iniciativas ativas de apoio à natalidade;
- ▶ Definir e implementar medidas de apoio à parentalidade, mobilizando a sociedade para esse efeito;
- ▶ Consciencialização regional no sentido de adotar e promover políticas de descontos e ofertas de condições especiais para famílias e famílias numerosas.

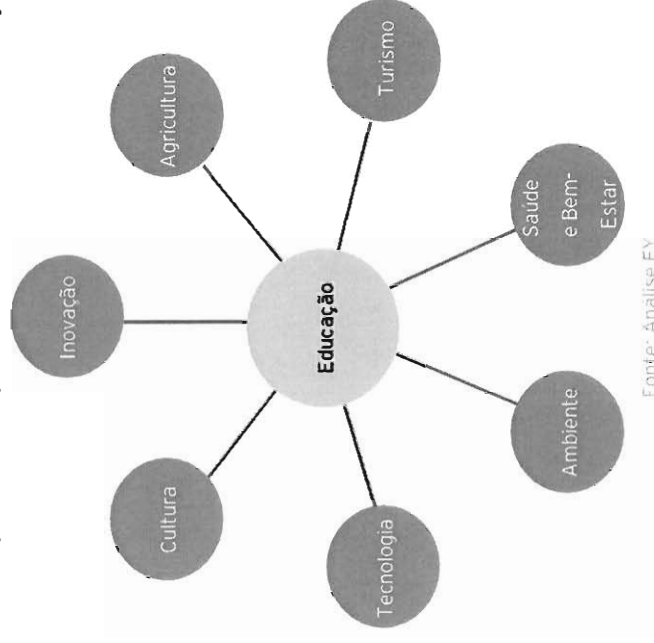
Fonte: CRER 2020 Centro de Portugal



As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Educação, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que no sector da Educação, a Região Centro apresenta já instituições reconhecidas internacionalmente, como por exemplo:

- ▲ Universidade da Beira Interior.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Educação



3.4.7 Inovação

A Região Centro apresenta uma vasta experiência na definição e implementação de estratégias de investigação e inovação que envolvem o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, desde a concepção dos planos até à sua execução e avaliação. Este conhecimento e vantagem da Região Centro torna-se fundamental para reforçar as sinergias entre as instituições do Sistema Científico e Tecnológico e a sociedade, tendo em conta as actuais prioridades, tornando-se transversal a todos os restantes sectores e *clusters*.

Objectivos Região Centro no sector da Inovação e Alinhamento com a Estratégia Regional CRER 2020 - Centro de Portugal



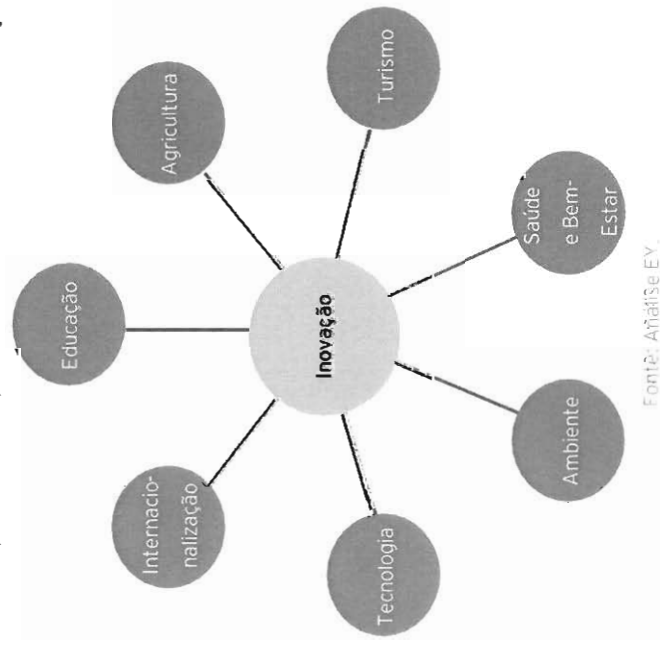
Fonte: CRER 2020 - Centro de Portugal.



As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Inovação, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que a Região Centro apresenta já projectos de renome, como por exemplo:

- ▶ Projecto da Portugal Telecom com a instalação de um *Data Center* Covilhã.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Inovação



O Sector da inovação é transversal aos restantes domínios sectoriais, uma vez que traduz a importância de:

- ▶ Acrescentar valor às actividades;
- ▶ Diferenciar as actividades e posicionamento estratégico da Região Centro;
- ▶ Trabalhar em rede numa lógica de integrar competências e conhecimentos díceosos.

3.4.8 Logística

Apesar da Região Centro se situar numa zona geográfica estratégica no circuito de circulação de mercadorias, existem alguns constrangimentos, que contribuem para uma menor exportação de bens transaccionáveis. Os principais constrangimentos dizem respeito ao corredor E803 (Portugal-Salamanca-Valladolid-Irun), que representa o principal itinerário de trocas comerciais terrestres de Portugal.



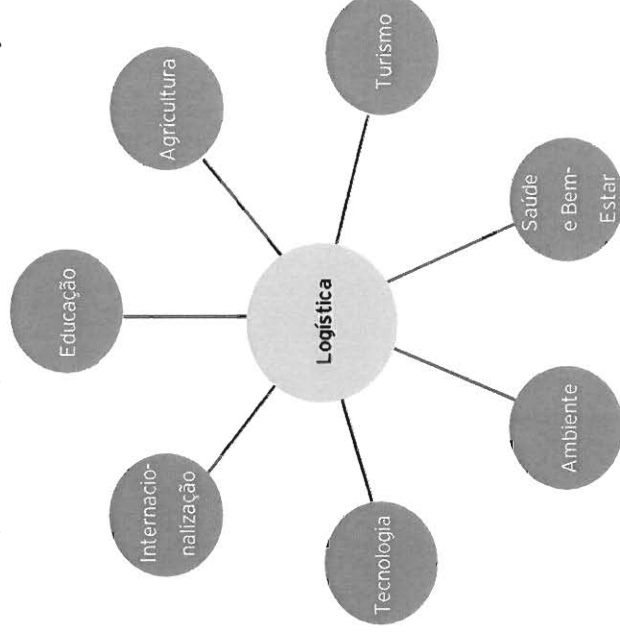
Fonte: CRER 2020 - Centro de Portugal.



As medidas definidas pelo CRER 2020, no âmbito da Logística, são também medidas potenciadoras de outros sectores ou *clusters*, sendo que a Região Centro apresenta já projectos de renome, como por exemplo:

- ▶ Corredor Portugal - Irun e a Travessia Ferroviária Aveiro - Salamanca, que representam, porventura, os projectos mais emblemáticos do Projeto MIT (Mobilidade Inovação e Território);
- ▶ Base Aérea de Monte Real.

Sectores potenciados pelo Desenvolvimento da Logística



Fonte: Análise EY

4 Estrutura do PEDI “Beiras e Serra da Estrela 2020”

O presente capítulo procede à estruturação do PEDI “Beiras e Serra da Estrela 2020”, no que se refere aos eixos estratégicos e às áreas temáticas de intervenção.

O exercício de estruturação do PEDI-BSE parte do alinhamento com duas dimensões principais:

- ▶ Alinhamento com as directrizes comunitárias, nacionais e regionais do novo ciclo de programação comunitária, isto é, as Estratégias Europa 2020; Portugal 2020; CRER (Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente) e RIS3 (*Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation*), respectivamente;
- ▶ Alinhamento com as políticas nacionais sectoriais, nomeadamente nas áreas do 1) ordenamento do território; 2) agricultura; 3) transportes; 4) turismo; 5) saúde; 6) educação; 7) inovação; e 8) logística.

Com efeito, a tabela seguinte sintetiza os eixos orientadores aos diversos níveis de intervenção no âmbito do novo ciclo de programação comunitária 2014-2020. Os vectores de crescimento inerentes à estratégia europeia – inteligente, sustentável e inclusivo – salientam a ênfase no conhecimento, na inovação, na eficiência e nas qualificações enquanto base do crescimento e desenvolvimento da União Europeia.

A declinação de cada Estado-membro quanto a esses princípios resultou, no caso Português, no Portugal 2020, cujas directrizes beneficiam também da experiência e aprendizagem face a ciclos de programação comunitária anteriores. Nesse sentido, e para o período 2014-2020, Portugal encara como orientações críticas para assegurar uma

estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, ênfase na (i) orientação para resultados e racionalidade económica, (ii) competitividade; (iii) integração de fundos e articulação de fontes de financiamento; e (iv) simplificação de procedimentos.

No que se refere ao nível regional, há a destacar duas iniciativas estratégicas principais: por um lado, a estratégia de competitividade cujos vectores – responsável, estruturante e resiliente – estão em linha com aqueles europeus, promovendo uma linha de actuação que promova a qualidade de vida, o valor acrescentado e seja sustentável; por outro lado, a estratégia RIS3, de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente. As prioridades nucleares da estratégia regional vão também ao encontro das directrizes europeias, definindo-se em torno da promoção económica baseada na inovação, nas qualificações, na coesão territorial e na sustentabilidade das infra-estruturas existentes.

Este enquadramento comunitário, nacional e regional suscita, desde logo, como factores críticos para o PEDI-BSE 2014-2020:

- ▶ Aposta nas redes de cooperação, desenvolvendo projectos que resultem da participação conjunta dos stakeholders locais (municípios, empresas, entidades do sistema científico e tecnológico e outros facilitadores);
- ▶ Especialização produtiva inteligente: combinação virtuosa de áreas de conhecimento e sectores de actividade económica;
- ▶ Enfoque nas infra-estruturas existentes: alavancar as estruturas existentes, apostando na sua dinamização numa lógica integrada, bem como em iniciativas imateriais.



PEDI-BSE 2014-2020: Alinhamento macro de Políticas Comunitárias

União Europeia	Portugal	Região Centro - CCDRC	CIM - PEDI
Europa 2020	Portugal 2020	Estratégia CRER 2014-2020 / RIS3	Beiras e Serra da Estrela 2014-2020
Crescimento: - Inteligente: conhecimento e inovação - Sustentável: competitividade e eficiência - Inclusivo: capacitação e qualificações	Directrizes: - Orientação para resultados - Prioridade à competitividade - Integração de Fundos - Racionalidade económica - Articulação de fontes de financiamento - Simplificação de procedimentos	Competitividade: - Responsável: ambiente, qualidade de vida - Estruturante: valor acrescentado - Resiliente: sustentada Prioridades nucleares: - Rede policêntrica de médias cidades - Tecido industrializado, exportador, inovador - Coesão territorial - Gerar, captar e reter talento - Sustentabilidade das infraestruturas existentes - Consolidar a capacitação industrial	Desafios: - Redes de cooperação - Especialização produtiva inteligente - Enfoque em infra-estruturas existentes

Fonte: Análise EY

A tabela seguinte, relativa ao alinhamento micro de políticas comunitárias, sintetiza a estrutura de cada estratégia e a sua operacionalização.

O alcance das metas europeias reflecte-se, a nível nacional, na estruturação de um conjunto de programas, com realce para os quatro

temáticos - (i) competitividade e internacionalização; (ii) inclusão social e emprego; (iii) capital humano; e (iv) sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e os cinco regionais, correspondentes às NUTS II de Portugal Continental.



PEDI-BSE 2014-2020: Alinhamento micro de Políticas Comunitárias

União Europeia	Portugal	Região Centro - CCDRC	CIM - PEDI
Europa 2020	Portugal 2020	Estratégia CRER 2014-2020 / RIS3	Beiras e Serra da Estrela 2014-2020
Metas: 75% da população entre os 20 e os 64 anos empregada 3% do PIB da EU investido em I&D - Cumprimento das metas em matéria de energia - Redução para 10% da taxa de abandono escolar precoce e 40% da geração mais jovem com formação superior 20 milhões de pessoas não estarem sujeitas ao risco de pobreza	Programas Operacionais: 4 Temáticos: - Competitividade e Internacionalização - Inclusão social e emprego - Capital humano - Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos 5 Regionais 1 Assistência Técnica	Eixos: - Internacionalização da economia regional e afirmação de tecido económico resiliente - Reforçar o potencial humano e institucional - Fortalecer a coesão social e territorial - Consolidar a atratividade e a qualidade de vida - Afirmar a sustentabilidade dos recursos RIS3: Estratégia de Especialização Inteligente - Reforçar a I&D+i - Melhorar o acesso e a utilização de TIC	Eixos: - Reforçar a atratividade e conectividade do território - Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento - Promover um Região inclusiva - Consolidar uma Região Sustentável Áreas temáticas: - Inovação, Internacionalização e Atração de Investimento Produtivo - Turismo e Agro-Industrial - Logística, Mobilidade e Serviços Básicos - Capital Humano e Modernização Administrativa - Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social
		Domínios diferenciadores: - Agricultura - Floresta - Mar - Turismo - TICE - Materiais - Biotecnologia - Saúde e bem-estar RIS3 Domínios transversais prioritários: - Produtividade industrial sustentável - Eficiência energética - Inovação rural	

Fonte: Análise EV



No que se refere à estratégia regional, há a destacar os cinco eixos da Estratégia CRER:

- ▶ Internacionalização da economia regional;
- ▶ Reforço do potencial humano e institucional;
- ▶ Coesão social e territorial
- ▶ Consolidação da atratividade e da qualidade de vida;
- ▶ Sustentabilidade dos recursos.

Estes eixos estão também alinhados com a estratégia de Investigação e Inovação para Especialização Inteligente do Centro que coloca ênfase na I&D e inovação, bem como no recurso às tecnologias de informação e comunicação.

O alinhamento regional estratégico é também assegurado em termos de domínios de intervenção, sendo que a Estratégia CRER centra-se em áreas temáticas onde a Região Centro apresenta vantagens competitivas - onze domínios diferenciadores no total (oito temáticos e três transversais) - e a RIS3 destaca a eficiência energética, a inovação rural e, mais genericamente, a a produtividade industrial como domínios prioritários. Em particular, a RIS3 do Centro define quatro áreas transversais de actuação que se consubstanciam nas seguintes 10 apostas:

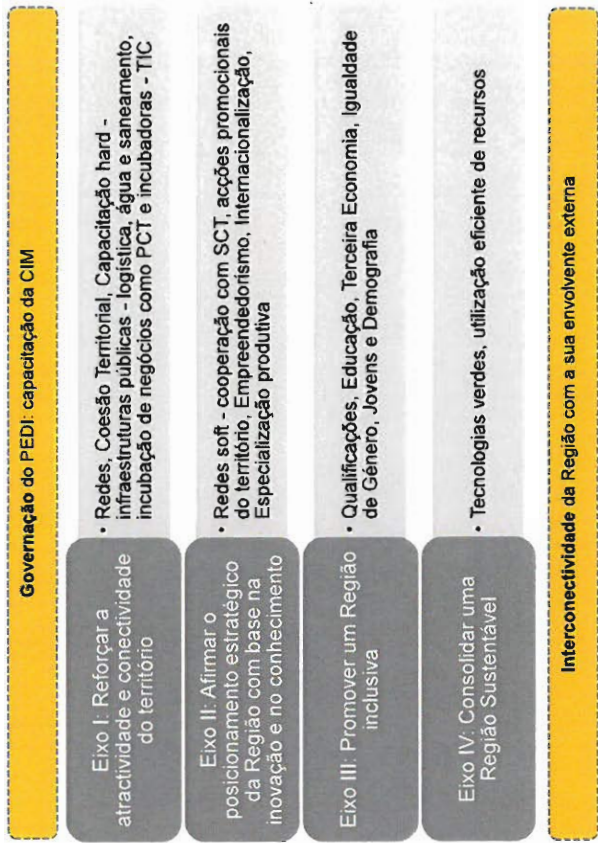
RIS 3 do Centro de Portugal

Apostas indicativas	Plataformas de Inovação			
	Soluções Industriais Sustentáveis	Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos	Tecnologias ao serviço da qualidade de vida	Inovação territorial
	Optimização sustentável da produtividade industrial	Fontes energéticas alternativas	Futuro digital	Inovação rural
	Desenvolvimento e utilização de materiais	Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais	Inovação centrada na saúde	Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes
			Envelhecimento activo e saudável	I&D e inovação no turismo

Fontes: CCDRC

É neste âmbito, que o PEDI-BSE 2014-2020 se estrutura em torno de quatro eixos **estratégicos** e de dois eixos **transversais**, tal como representado na figura seguinte.

PEDI-BSE 2014-2020: Eixos Estratégicos



Fonte: EV

Os quatro eixos - (i) atratividade e conectividade; (ii) posicionamento estratégico com base na inovação e no conhecimento; (iii) região inclusiva; e (iv) região sustentável - estão estruturados de acordo com dois princípios-base:

- ▶ Envolvimento inclusivo de entidades no Plano: municípios, mas também empresas, sistema científico e tecnológico, entidades da saúde e do terceiro sector, bem como outros facilitadores;
- ▶ Aposta em projectos de redes/parcerias.



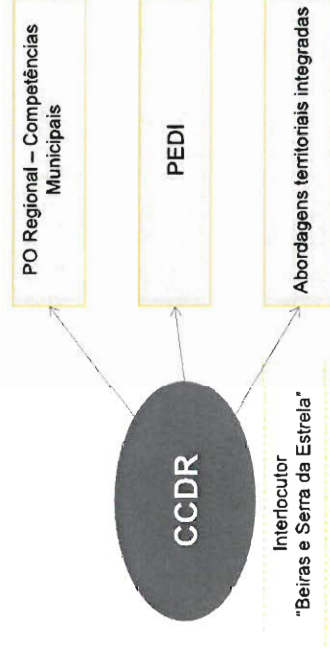
Para além dos eixos estratégicos do PEDI-BSE, consideram-se dois eixos transversais ao PEDI-BSE. Um primeiro eixo reporta à governação do Plano e pretende reconhecer explicitamente a importância de capacitar a CIM resultante da fusão para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano.

Um segundo eixo refere-se à interconectividade e visa integrar todos os projectos e iniciativas cujo racional está em linha com o plano estratégico de desenvolvimento das Beiras e Serra da Estrela, mas cujas características - seja de âmbito, seja de dimensão - os colocam fora do financiamento no âmbito do PEDI. De facto, o diagnóstico estratégico deve ser exaustivo, não se cingindo às fronteiras de acção por via do PEDI-BSE. Este eixo de interconectividade refere-se, também, aos projectos e iniciativas que relacionam o território das Beiras e Serra da Estrela com o seu meio envolvente, desde outras NUTS III, passando por NUTS II ou mesmo limites transfronteiriços.

A este propósito, importa manter presente a necessidade de manter uma perspectiva holística quanto ao diagnóstico estratégico do território e aos desafios resultantes das tendências verificadas. Além disso, a CCDRC surge como interlocutor para diversas instâncias e geometrias (ver Figura infra), nomeadamente:

- ▶ A contratualização subjacente ao PEDI;
- ▶ As abordagens territoriais integradas, figura prevista no Portugal 2020, nomeadamente o Desenvolvimento Local de Base CComunitária (DLBC);
- ▶ As candidaturas ao Programa Operacional do Centro, nomeadamente em matéria de atribuições dos municípios.

CCDR: Interlocação por Iniciativa



Fonte: EY

No que se refere às tarefas seguintes - nomeadamente a definição e a selecção de projectos a implementar no âmbito do Plano Estratégico das Beiras e da Serra da Estrela - é de salientar que a concretização dos quatro eixos estratégicos e dos dois eixos transversais do PEDI-BSE 2014-2020 exige a definição de **áreas temáticas**. Com efeito, as áreas temáticas permitem, numa perspectiva funcional estruturar a intervenção do território das Beiras e Serra da Estrela.

Neste contexto, o PEDI-BSE 2014-2020 apresenta intervenções nas seguintes cinco áreas temáticas:

- ▶ Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo;
- ▶ Turismo e Agro-Industrial;
- ▶ Logística, Mobilidade e Serviços Básicos;
- ▶ Capital humano e modernização administrativa;
- ▶ Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social.

Matriz de Projectos PEDI-BSE 2014-2020

Áreas Temáticas	Eixos Estratégicos				
	I: Reforçar a atratividade e competitividade do território	II: Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	III: Promover um Regadio inclusivo	IV: Consolidar uma Região Sustentável	Transversal: Inerente/actividade
	Rede: Municipal, Transversal				
Investição, Inovação e Atracção de Investimento Produtivo					
Turismo e Agro-Industrial					
Logística, Mobilidade e Serviços Básicos					
Capital Humano e Modernização Administrativa					
Saúde, Tercenário Sector e Desenvolvimento Social					

Q01Fea: 3

Outra dimensão da concretização do PEDI-BSE 2014-2020 tem a ver com a **incidência territorial** dos projectos, tal como esquematizado na Figura anterior. Efectivamente, os projectos serão integrados em um ou mais eixos estratégicos, de acordo com a área temática principal, atendendo aos seguintes âmbitos:

- ▶ Projectos de rede: intra-regionais, que englobam os 15 Municípios;
- ▶ Projectos de geometria variável: inter-municipais, que respeitam a projectos com dois ou mais municípios;
- ▶ Projectos municipais: cuja incidência se refere a um município;
- ▶ Projectos transversais: projectos das Beiras e Serra da Estrela com o seu meio envolvente (inter-regionais).

Uma quarta e última dimensão desta matriz, não directamente representada na figura anterior, é a **inovação**. Com efeito, uma prioridade transversal do PEDI-BSE 2014-2020 – em linha com a

Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e RIS3 – é a capacidade dos projectos contribuírem para a capacidade de diferenciação da área de intervenção, acrescentando valor. A inovação é também aqui entendida em sentido amplo, podendo dizer respeito a novas formas de abordagem ao mercado, novas organizações internas das actividades ou a novos produtos e serviços.

Em suma, o PEDI-BSE 2014-2020, e os respectivos projectos, estruturam-se de acordo com quatro dimensões:

1. Eixos estratégicos;
2. Áreas temáticas;
3. Incidência territorial;
4. Inovação.

5 Governação do PEDI “Beiras e Serra da Estrela 2020”

5.1 Introdução: Novo Enquadramento jurídico das Comunidades Intermunicipais

No âmbito da elaboração do PEDI, cabe a sua devida contextualização no que respeita ao novo enquadramento legal das autarquias locais, o qual abrangeu as entidades intermunicipais. Referimo-nos aqui, em concreto, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), bem como à Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais)⁷.

Para efeitos do presente documento, referimo-nos desde logo ao disposto no artigo 63.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no qual as comunidades intermunicipais são enquadradas como associações de autarquias locais, tal como as áreas metropolitanas e as associações de freguesias e de municípios de fins específicos. No campo das respectivas atribuições, o artigo 81.º do mesmo diploma vem consagrar, fundamentalmente, “a) a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; b) articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; c) participação das actuações de entidades

públicas, de carácter supramunicipal”, afastando aqui uma ruptura relativamente à Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.

Neste âmbito, cabe ainda notar que residiu no diploma em questão a consagração da “CIM das Beiras e Serra da Estrela”, nos termos constantes do Anexo II, procedendo assim à agregação da Comurbeiras (compreendendo as duas NUTS III, Beira Interior Norte e Cova da Beira) e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela (abrangendo a NUTS III Serra da Estrela). Pelo respectivo artigo 139.º estabelece-se a este respeito que «As entidades intermunicipais previstas na presente lei constituem unidades administrativas, incluindo para os efeitos previstos no Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma nomenclatura comum às unidades territoriais estatísticas (NUTS).»

As alterações promovidas ao nível do enquadramento legal das CIM assentam no reforço da escala intermunicipal, como nível preferencial de actuação municipal, o qual depende necessariamente de um reforço de governação das CIM, da definição de um quadro legal para a contratualização e de uma correcta e efectiva descentralização administrativa de competências (bem como de delegação de competências).

⁷ As referidas alterações legislativas constam dos objectivos definidos para a Reforma da Administração Local, os quais se encontram vertidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011, de 22 de Setembro, bem como no “Documento Verde da Reforma da Administração Local”.

Nestes termos, foi assumida uma estratégia de reforço da componente das CIM enquanto entidades gestoras e de crescente peso e responsabilidade destas, o qual protagoniza uma inevitável aposta no associativismo municipal, através do qual se pretende reforçar a capacidade de gestão dos municípios com vantagens ao nível da eficiência, racionalização dos recursos, uniformização de procedimentos, criação de economias de escalas, partilha de experiências e boas práticas e, consequentemente, uma melhor prossecução do interesse público.

Por outro lado, o reforço das escalas de gestão, exigido pela descentralização administrativa, é conseguido mediante o reforço da cooperação intermunicipal por via do associativismo ou partilha de serviços, designadamente serviços intermunicipalizados.

O PEDI da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela constitui-se deste modo como um documento integrador dos projectos que os municípios da sub-região das Beiras e da Serra da Estrela, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, pretendem submeter ao escrutínio do financiamento comunitário, em conjugação com a visão da CCDRC relativamente aos restantes planos estratégicos de desenvolvimento intermunicipal.

5.2 Governação do PEDI das Beiras e Serra da Estrela

Este capítulo aborda a definição do modelo de governação do PEDI. Com efeito, o eixo de Governação – tal como descrito no Capítulo anterior – é transversal a toda a estruturação do Plano e respeita, genericamente, à necessidade de capacitar a nova Comunidade Intermunicipal para as seguintes fases do Plano:

- ▶ Negociação da estrutura e envelope financeiro;
- ▶ Implementação;

- ▶ Gestão;
- ▶ Comunicação e interlocução.

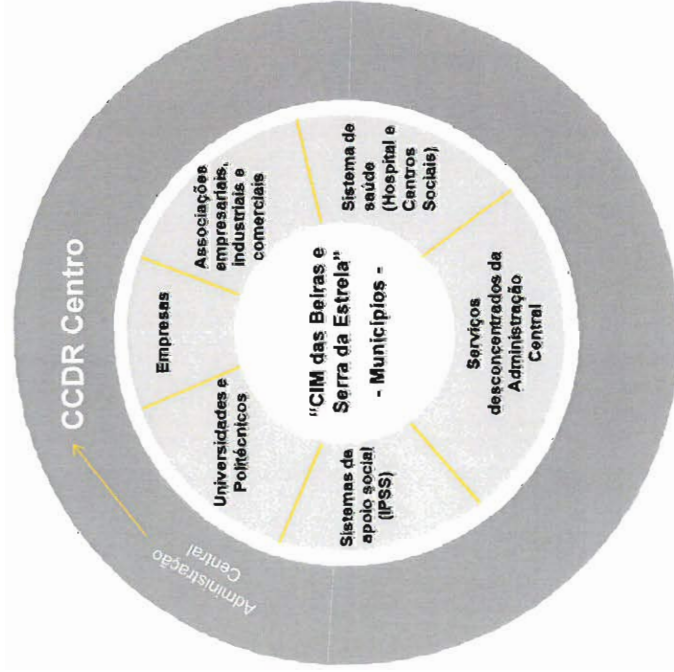
Na governação do PEDI há, desde logo, que atender ao contexto relacional tanto do Plano, como da entidade que o coordena, isto é, a Comunidade Intermunicipal.

Com efeito, a CIM enquanto entidade promotora e negociadora do PEDI interage com um conjunto alargado de agentes locais de desenvolvimento. É precisamente através dessa interacção e auscultação aos agentes do território – municípios, entidades do sistema científico e tecnológico, empresas e associações – que se estrutura o PEDI.

A Figura seguinte esquematiza a envolvente relacional do PEDI, com a CIM a desempenhar um papel central.



PEDI-BSE 2014-2020: Envolvente relacional e principais agentes de desenvolvimento local



Fonte: Análise EY

Na secção 2.1.3 do Capítulo relativo ao enquadramento estratégico da Região das Beiras e da Serra da Estrela foi feita uma reflexão sobre a implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento no período 2007-2013, onde se sistematizaram aprendizagens e lições para o período de 2014-2020.

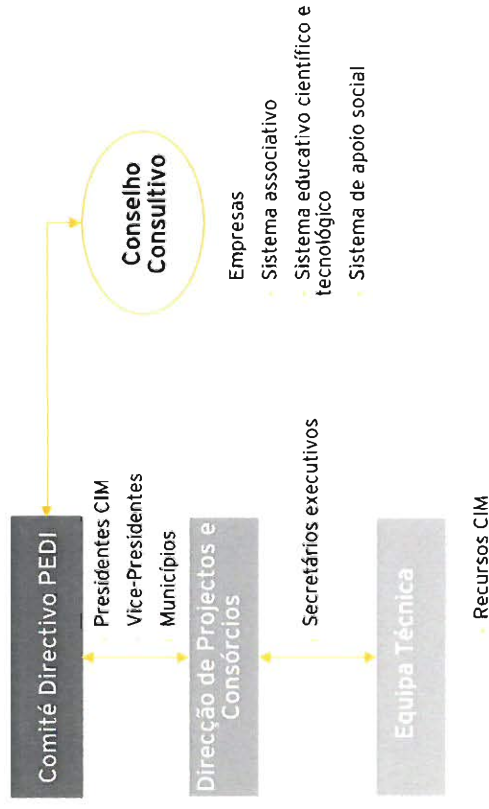
Em particular, resultou evidente a necessidade de apostar em algumas componentes de governação como é a monitorização e a avaliação dos instrumentos de implementação. Estas componentes são essenciais para a eficiência do processo de gestão do PEDI e para a aferição do impacto dos projectos no território, nomeadamente através do contributo para a consecução dos objectivos inicialmente definidos.

Neste âmbito, a componente plano de monitorização do PEDI 2014-2020 contempla duas dimensões:

- ▶ Institucional, a propor no âmbito da subvenção a contratuallar e que deverá reflectir o tecido de parceiros territoriais e sectoriais relevantes para o desenvolvimento temático e operacional do Programa;
- ▶ Técnica, que deverá reflectir a racionalidade e a coerência das intervenções, de acordo com os domínios de intervenção e a tipologia de operações seleccionadas, de forma a que o dispositivo concreto de monitorização seja estruturado em torno do padrão de resultados e efeitos esperados.

No que se refere à dimensão institucional, a Figura seguinte sistematiza os principais órgãos a considerar na estrutura de governação do PEDI BSE. Esta estrutura obedece a dois princípios principais: primeiro, cumpre o princípio de aproveitamento das infra-estruturas existentes, promovendo o alinhamento entre a estrutura da CIM e da gestão do PEDI; segundo, alarga o envolvimento dos agentes de desenvolvimento locais à gestão do PEDI, através da criação de um Conselho Consultivo.

PEDI-BSE 2014-2020: Modelo de governação macro



Fonte: Analyse EV

No que se refere à dimensão técnica, é importante capacitar a CIM, dotando-a de recursos adequados para fazer face à nova composição e aos objectivos estratégicos definidos. Neste contexto, importa relembrar que uma das áreas temáticas de intervenção do PEDI é a modernização administrativa e os serviços partilhados do conjunto dos 15 Municípios. A procura de soluções que promovam a eficiência na prestação do serviço público nas suas diversas vertentes, por concentração de infra-estruturas e recursos humanos, exigirá da CIM uma estrutura mais robusta. Tal capacitação envolverá a definição de departamentos funcionais e poderá passar pela integração de recursos humanos dos Municípios ou pela contratação de novos recursos.

Em síntese, é possível sistematizar os seguintes grandes princípios de governação assumidos pela CIM-BSE no Plano Estratégico:

- ▶ A estrutura da CIM-BSE assegurará um papel de coordenação, de monitorização e de acompanhamento, sem prejuízo da flexibilidade de outras formas de organização e do estabelecimento de outros consórcios;
- ▶ Serviços partilhados: há um conjunto de intervenções inter-municipais cuja lógica que preside é a partilha de recursos;
- ▶ Sistemas de co-decisão: envolvimento de entidades do sector público, privado e associativo, mesmo que não sejam promotores ou beneficiários directos de projectos, devendo ser auscultados;
- ▶ Geometria variável: A CIM poderá vir a fazer parte de outras dinâmicas e de integrar outros projectos/consórcios, que englobem territórios mais amplos do que a CIM-BSE, como é exemplo a inter-regionalidade como a interacção com a Beira Baixa a propósito da baixa densidade e de recursos endógenos, o acompanhamento de consórcios de turismo natureza como as Aldeias de Xisto, as Aldeias Históricas;
- ▶ Formação do consórcio dependente do projecto: por exemplo, no domínio temático da Inovação, Internacionalização e Investimento Produtivo, a intervenção será estruturada em torno da Agência de Internacionalização, Investimento e Inovação - A3I - que funcionará como uma associação sem fins lucrativos, de que serão membros várias entidades relevantes.

6 Plano de Intervenção macro das Beiras e Serra da Estrela e linhas orientadoras para o ITI

O presente capítulo procede à apresentação das linhas de intervenção estruturantes da Região das Beiras e Serra da Estrela, através da descrição dos projectos âncora e respectivas acções associadas - designados **projectos de base** - que organizam a lógica de actuação desta Região. Este exercício é complementado com a proposta das linhas metodológicas para a descrição, detalhe e selecção dos projectos micro a incluir na elaboração do ITI das Beiras e Serra da Estrela.

O objectivo deste capítulo é, deste modo, apresentar as bases de intervenção da Região das Beiras e Serra da Estrela concretizando as cinco áreas temáticas referidas no Capítulo 4, mas remetendo necessariamente maior detalhe e quantificação para a fase de elaboração do ITI.

O racional de intervenção pública inerente ao PEDI-BSE 2014-2020 e, mais genericamente, das respectivas funções do Estado está relacionado com o princípio de subsidiariedade e apresenta como linhas de acção:

- ▶ Resolução de falhas de mercado e reorganização;
- ▶ Incremento de valor;
- ▶ Redução de custos.

No que adiante se detalha, e para cada uma das áreas temáticas, especifica-se, sempre que oportuno, o tipo de intervenção da Comunidade no território das Beiras e da Serra da Estrela de acordo com as três linhas de acção supra.

Sem prejuízo do racional da intervenção pública, nomeadamente da acção concertada dos Municípios, há que recordar a pertinência e utilidade da intervenção conjunta entre os sectores público e privado na promoção do desenvolvimento sustentado e coeso de um território. Se é certo que a expressão “parceria público-privada” está genericamente associada ao desenvolvimento de infra-estruturas de transporte e de saúde, cuja relação encargo-benefício tem gerado discussão, não é menos verdade que esta forma de cooperação entre o público e privado é incontornável para a definição das estratégias de actuação territoriais e para a implementação dos projectos inerentes.

Em seguida, e para cada uma das cinco áreas temáticas, é apresentado o racional de intervenção em sede do PEDI 2014-2020 do sector público, com a indicação dos projectos âncora e respectivos projectos de base. Tratando-se de uma perspectiva macro, não deixa de ser exaustiva uma vez que engloba os projectos que, pelo seu âmbito, conformam a actuação em cada uma das áreas temáticas, em prol do desenvolvimento territorial nas suas diversas dimensões (económica, social, demográfica, cultural). Subjacente às cinco áreas temáticas e ao racional de intervenção em sede do PEDI 2014-2020, nomeadamente aos projectos âncora, está o objectivo último de combate à desertificação e de valorização dos territórios de baixa densidade populacional. Os projectos que são apresentados no presente documento nas mais diversas áreas procuram ir ao encontro e dar resposta a essa necessidade da Região das Beiras e da Serra da Estrela.

Com efeito, o actual ciclo vicioso de desertificação pode e deve ser



transformado numa lógica virtuosa, através da criação de valor económico e social, de que a atracção de investimento é a dimensão mais directa. Com efeito, a atracção de investimento proporciona uma dinâmica económica relevante de potenciação de actividade económica, de criação de emprego e de criação de condições para a fixação de quadros jovens qualificados, que será também potenciada pelas medidas no domínio da regeneração urbana e de revitalização comercial.

Uma vez definidos estes projectos - âncora e de base - funcionarão, subseqüentemente, como chapéu para o encaixe dos projectos mais detalhados, que resultam da auscultação ao conjunto dos 15 Municípios, bem como a outros agentes locais relevantes - empresas (representadas pelas diversas Associações Empresariais), Universidade e Politécnico, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Unidade Local de Saúde da Guarda e Agência Regional de Energia e Ambiente (ENERAREA).

6.1 Projectos Âncora e Projectos Base por Área Temática

A Tabela seguinte sintetiza os projectos âncora por área temática e respectivos projectos base. Mais estruturalmente, operacionaliza o racional de organização do PEDI das Beiras e da Serra da Estrela 2014-2020 em torno de projectos de cooperação, que aproveitam as infra-estruturas existentes e com enfoque no conhecimento e recursos endógenos como base de diferenciação e de competitividade.

Para efeitos da estruturação dos projectos, optou-se pela seguinte classificação:

- ▶ Áreas temáticas definidas pelas letras A a E (cinco áreas);
- ▶ Projectos âncora definidas numericamente;
- ▶ Projectos base: projectos que suportam e consubstanciam o(s) âncora(s), definidos numericamente.

O exercício será subsequentemente completo em sede de ITI, com a inserção de todos os projectos recolhidos individualmente e acordados pelos 15 Municípios, resultantes da abordagem a cada Município, sob chapéu de um dos seguintes projectos.

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	1. Internacionalização. Criação da A3I (Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização); 2. Agenda para a Inovação através de Living Labs Regionais 3. Criação de uma incubadora para a revitalização económica;	1.1 Directório Empresarial e Diagnósticos: 1.1.1 Observatório de Empresas e de Produtos: 1.1.2 Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização; 1.1.3 Estudo da relação procura-oferta do solo industrial nas BSE; 1.1.4 Requalificação de infra-estruturas industriais; 1.1.5 Identificação de Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial); 1.2 Serviços A3I: 1.2.1 Constituição de Centro de formalidades; 1.2.2 Criação de um centro low cost para registo de patentes; 1.2.3 Estruturação do agenciamento internacional; 1.2.4 Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização; 1.2.5 Preparação de um Dossier de Investimento e de Atractividade Regional; 1.2.6 Capacitação dos Centros de Excelência Sectoriais (excluindo os sectores Turismo e Agro-Industrial). 2.1 Living Lab da Beira Interior Norte; 2.2 Living Lab da Cova da Beira; 2.3 Living Lab da Cova da Serra da Estrela. 3.1 Definição de Áreas de Reabilitação Urbana; 3.2 Reabilitação dos imóveis públicos e dos imóveis de particulares com fins diversos e refuncionalização de edifícios: 3.2.1 Bolsa de arrendamento; 3.2.2 Promoção de segunda residência; 3.2.3 Dinamização turística. 3.3 Escola das Regenerações: 3.3.1 Capacitação - veículos e equipamentos; 3.3.2 Reorganização de recursos, regulamento e formação. 3.4 Eficiência energética.

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
B. Turismo e Agro-Industrial	1. Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos	1.1 Valorização e capacitação dos Consórcios numa lógica de promoção conjunta e de associação entre Produtos do território, Marcas e Destinos Turísticos: 1.1.1 Consórcio das Aldeias Históricas; 1.1.2 Consórcio das Aldeias de Montanha; 1.1.3 Consórcio das Aldeias de Xisto; 1.1.4 Consórcio do Arco Urbano da BI; 1.1.5 Consórcio das Áreas Protegidas; 1.1.6 Consórcio Património Judaico. 1.2 Identificação e Capacitação de Centros de Excelência dos sectores do Turismo e Agro-Alimentar.
C. Infra-estruturas, Logística e Mobilidade	1. Infra-estruturas de transportes; 2. Constituição de um Parque de Máquinas e de Recursos Intermunicipal; 3. Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade; 4. Promoção da eficiência nas infra-estruturas básicas.	1.1 Projectos infra-estruturais: rodoviários, ferroviários, aeroportuários e portuários; 2.1 Parque: 2.1.1 Capacitação do Parque com máquinas e viaturas; 2.1.2 Formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais. 3.1 Mobilidade Sustentável: 3.1.1 Planos de mobilidade de áreas urbanas contíguas; 3.1.2 Estratégias digitais (TIC); 3.1.3 Promoção da mobilidade suave. 4.1 Capacitação infra-estrutural nos sistemas de água: águas pluviais; 4.2 Promoção da eficiência do modelo existente na gestão de resíduos sólidos.
D. Capital Humano e Modernização Administrativa	1. Diagnóstico de avaliação da oportunidade para serviços partilhados na Região	1.1 TIC - capacitação; 1.2 Plano de Formação; 1.3 Parilha de infra-estruturas, equipamentos e recursos (ver PA da área de Infra-Estruturas, Logística e Mobilidade) - Componente intangível.
E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social	1. Agenda para a Inovação através do Living Lab Temático na área da Saúde; 2. Rede social supramunicipal.	1.1 Programa de Envelhecimento Activo: 1.1.2 Capacitação do Pólo de Investigação em Telemonitorização; 1.1.3 Projecto associado ao Biodinamismo e à saúde respiratória. 2.1 Rede social: 2.1.1 Desenvolvimento de serviços partilhados e funcionamento em rede; 2.1.2 Actividades de certificação e de formação.

6.1.1 Área temática A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo

O racional da estratégia das Beiras e Serra da Estrela é, genericamente, criar condições à dinamização do mercado, isto é, mais do que substituir-se ao mercado, o objectivo é interagir com o privado.

Internacionalização: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	1. Internacionalização: Criação da A31 (Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização).	1.1 Directivo Empresarial e Diagnósticos: 1.1.1 Observatório de Empresas e de Produtos; 1.1.2 Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização; 1.1.3 Estudo da relação procura-oferta do solo industrial nas BSE; 1.1.4 Requalificação de infra-estruturas industriais; 1.1.5 Identificação de Centros de Excelência Sectoriais (excluído os sectores Turismo e Agro-Industrial); 1.2 Serviços A31; 1.2.1 Criação de Centro de Inovação; 1.2.2 Criação de um centro low cost para o registo de patentes; 1.2.3 Estruturação do agendamento internacional; 1.2.4 Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização; 1.2.5 Preparação de um Dossier de Investimento e de Actividade Regional; 1.2.6 Capacitação dos Centros de Excelência Sectoriais (excluído os sectores Turismo e Agro-Industrial).

Fonte: Análise EFC com base na auscultação aos agentes locais.

O mercado das Beiras e da Serra da Estrela beneficiará de uma identificação mais sistematizada e exaustiva, seja na componente de oferta, isto é, de produtores e respectivas empresas, seja na componente de procura, isto é, de mercados de destino. A lógica de intervenção é, assim, de **organização do mercado**.

A análise da oferta da Região das Beiras e da Serra da Estrela permitirá:

- ▶ Fazer um levantamento de empresas por tipo de produtos;
- ▶ Sinalizar a capacidade produtiva por tipo de produto;
- ▶ Identificar competências e posicionar os produtos nas cadeias de valor;

- ▶ Assinalar problemas e/ou estrangulamentos na cadeia produtiva que careçam de intervenção pública ou que possam ser reencaminhados para outras entidades.

A análise da procura da Região das Beiras e da Serra da Estrela permitirá:

- ▶ Elaborar um diagnóstico estratégico do mercado;
- ▶ Sintetizar tendências de evolução sectorial com impacto local e global;
- ▶ Posicionar os sectores de actividade e respectivos segmentos nos centros de excelência da região, sejam estratégias de eficiência colectiva (PCT, *Clusters*, PROVERE, PRU), sejam centros tecnológicos (como o CITEVE no sector têxtil);
- ▶ Identificar mercados de destino actuais e potenciais, de acordo com o posicionamento dos produtos do território.

Na dimensão de **incremento de valor**, o Observatório terá como funções e respectivos projectos:

- ▶ Apostar em novos ciclos de industrialização;
- ▶ Desenvolver marcas e o *design*, com base na qualidade e na certificação;
- ▶ Dinamizar os *living labs*: os *living labs* correspondem à triangulação (*triple helix*) virtuosa entre as empresas, o sistema científico e tecnológico e o sector público, aqui representado pelos Municípios, para o desenvolvimento de projectos estruturantes e com elevado valor acrescentado, associados às valências complementares de cada entidade. Para efeitos do presente exercício de definição de projectos estruturantes para a Região das Beiras e da Serra da Estrela, importa ressaltar que estes *living labs* configuram-se como estruturas para detecção de oportunidades. Actualmente, existe o *Living Lab* (ver Caixa

seguinte para mais detalhes) da Cova da Beira que deve ser complementado com mais dois *Living Labs* que assegurem cobertura territorial - Beira Interior Norte e Serra da Estrela;

- ▶ Apostar num *Fab lab*;
- ▶ Reforçar o apoio à componente logística local: este reforço de apoio respeita a duas dimensões, cujo impacto se prende com a criação de condições que podem fazer a diferença, aumentando a capacidade instalada e facilitando a fluidez da cadeia produtiva e de distribuição:
 - ▶ Centros de Apoio Logístico: infra-estruturas e equipamentos de apoio aos produtores (exemplo: Centros de frio para a recolha de leite e armazenamento de soro); Pequenas estruturas logísticas de apoio a produções específicas;
 - ▶ Apoio ao transporte de mercadorias.

Na dimensão de **redução de custos**, o Observatório terá como funções e respectivos projectos:

- ▶ Processos de desburocratização;
- ▶ Definição de centros de formalidades;
- ▶ Registo *low cost* de patentes.

No que se refere ao domínio da internacionalização, há a referir um racional duplo: por um lado, a **promoção externa** do território; por outro lado, a **atração de investimento**. Outro elemento a reter nesta linha de actuação é a importância conferida à interacção entre os municípios, as empresas, as associações empresariais, entidades do sistema científico e tecnológico, bem como agências governamentais.

O ponto de partida para a estratégia de internacionalização e de promoção é a existência no território de marcas que são reconhecidas e associadas a segmentos de excelência e a produtos *gourmet/premium*.

A intervenção na área da internacionalização consubstanciar-se-á no projecto âncora da criação da **Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização (A3I)**, enquanto veículo agregador das acções concertadas dos agentes locais. Trata-se de uma entidade em que o elemento-chave é a articulação entre as entidades.

Este projecto para além de promover a reorganização do mercado, no sentido de concertar acções dos diversos agentes, estimula também a criação de valor e a redução de custos de contexto.

O objectivo da A3I é configurar-se como um veículo de internacionalização de produtos de origem, na lógica de marcas de excelência. A Agência conta com a presença da Comunidade Intermunicipal mas confere um papel central aos privados, constituindo-se de natureza predominantemente privada, com fins lucrativos. Esta configuração é essencial para a lógica de concertação de todos os agentes relevantes para a promoção económica regional e para a elegibilidade em sede de fundos comunitários.

O A3I será também um meio de afirmar a Região das Beiras e da Serra da Estrela como uma região de "conhecimento", promovendo a capacidade de ensino e investigação - atração de estudantes estrangeiros - e a capacidade de desenvolvimento e transferência de tecnologia em vários sectores industriais e de serviços - atração de empresas.

Nas funções da A3I incluem-se os respectivos projectos:

- ▶ **Elaboração do Diagnóstico de Internacionalização**, isto é, áreas, produtos e mercados-alvo;
- ▶ **Estruturação do agenciamento internacional**, protocolando com a AICEP um âmbito de trabalho comum, que assegure a colocação de gestores especializados em mercados específicos, de acordo com o diagnóstico efectuado. A definição destes

- gestores dedicados ao território das Beiras e da Serra da Estrela assumirá a forma de prestação de serviço pela AICEP;
- ▶ **Dinamização de um Plano de Acção de Internacionalização**, através do agendamento de *road-shows*, missões com empresários e outros formatos de promoção territorial;
 - ▶ **Preparação de um Dossier de Investimento e de Atractividade Regional**, com a proposta de valor do território através de um documento que sintetize as infra-estruturas e valências diferenciadoras das Beiras e Serra da Estrela, servindo de base para a atracção e fixação de investimento;
 - ▶ **Criação de um Gabinete** especificamente direccionado para as questões relacionadas com a cooperação ibérica.

Em síntese, são três os projectos âncora (PA) no domínio da Inovação, Internacionalização e do Investimento Produtivo:

1. PA1: "Criação da A3I: Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização"
2. PA2: "Agenda para a Inovação através de Living Labs"
3. PA3: "Programa de regeneração para a revitalização económica"

O projecto âncora relativo à Agência A3I consubstancia-se em dois tipos de intervenção base: uma relativa à componente de diagnósticos e à estruturação de um Directório empresarial; outra relativa à componente de serviços que essa Agência virá a prestar à Comunidade e ao meio onde se insere.

Nesse sentido, o PA1 é composto por onze projectos de base (PB) como a seguir se detalha:

Directório Empresarial e Diagnósticos:

1. Observatório de empresas e de produtores

Metas:

- ▶ Intervenção ao nível da organização do mercado, do incremento do valor e da redução de custos de contexto através da criação da estrutura.

2. Elaboração do diagnóstico de internacionalização

Metas

- ▶ Sistematização de marcas e produtos para intervenção
- ▶ Selecção dos mercados-alvo preferenciais para essas marcas e produtos.

3. Estudo de relação entre procura e oferta do solo industrial nas Beiras e Serra da Estrela

4. Requalificação de infra-estruturas industriais

5. Identificação de centros de excelência sectoriais (excluindo os sectores do Turismo e Agro-Industrial, abordados em área temática própria).

- ▶ Estudo diagnóstico dos centros de excelência territoriais;
- ▶ Interacção com centros na lógica semelhante à dos *living labs*.

Serviços prestados pela A3I

6. Constituição do Centro de formalidades

Metas

- ▶ Constituição entre três, correspondentes às NUT III Beira Interior Norte, Cova da Beira e Serra da Estrela, e cinco centros.

7. Criação de um centro *low cost* para registo de patentes

Metas



- Estrutura preferencialmente perto da Universidade da Beira Interior, enquanto ligação preferencial à disponibilidade de ideias e conhecimento patenteável.

8. Estruturação do agenciamento internacional

Metas

- Estabelecimento de protocolo com a AICEP, na lógica de prestação de serviço ou outra modalidade de interacção; Definição de três mercados para unidade de missão e respectivo Delegado Regional para a Internacionalização.

9. Dinamização de um Plano de acção de internacionalização

Metas

- Estabelecimento dos eventos de promoção e definição de *timings*.

10. Preparação de num Dossier de Investimento e de atratividade regional

Metas

- Preparação de um documento que sirva de cartão de visita da Região das Beiras e da Serra da Estrela para a promoção e atracção de investimento.

11. Capacitação dos centros de excelência sectoriais (excluindo os sectores do Turismo e Agro-Industrial, abordados em área temática própria).

O segundo projecto âncora da área temática de Inovação, Internacionalização e de Atracção de Investimento Produtivo prende-se com a Agenda para a Inovação através de *Living Labs*, que se operacionaliza em três projectos base:

1. *Living Lab* da Beira Interior Norte;
2. *Living Lab* da Cova da Beira;
3. *Living Lab* da Serra da Estrela.

Os *living labs* são encarados enquanto estruturas que funcionam como faróis/radares para detecção de oportunidades e que estão também perto de opções e fontes de financiamento relevantes (ex. *business angels*).

Agenda para a Inovação: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento (Living Labs Regionais Produtivo)	2. Agenda para a Inovação através de Living Labs Regionais	2.1 Living Lab da Beira Interior Norte; 2.2 Living Lab da Cova da Beira; 2.3 Living Lab da Serra da Estrela.

Fonte: Análise EX com base na auscultação aos agentes locais!

Neste contexto, as metas visadas com este projecto âncora envolvem a dinamização do *Living Lab* da Cova da Beira e a criação de dois *living labs* - Beira Interior Norte e Serra da Estrela - que cubram o território em análise.

Living Lab da Cova da Beira

O *Living Lab* da Cova da Beira consiste num consórcio promovido pelo Município do Fundão em parceria com empresas, universidades, banca e instituições públicas e privadas. Resulta numa abordagem à Inovação que congrega num ecossistema de comunidades e serviços os seguintes objectivos:

- Disponibilizar espaços de incubação de empresas e de novos projectos de empreendedorismo em espaços de trabalho partilhado;
- Disponibilizar casas-oficina na zona antiga do Fundão e nas Aldeias Históricas e do Xisto;
- Apoiar o funcionamento de centros de formação e de escolas adaptadas à nossa realidade;
- Estabelecer polos de investigação e desenvolvimento e criar laboratórios de prototipagem;



- ▶ Reunir condições para acolher pessoas seniores através de produtos na área da saúde como serviços de acolhimento e tele-monitorização de saúde;
 - ▶ Mobilizar e qualificar os agentes e instituições sociais locais;
 - ▶ Promover internacionalmente os produtos nacionais e empreendedores locais.
- Segundo estas diretrizes, o *Living Lab* oferece diversos serviços como uma incubadora de empresas e social, uma escola rural, um centro de formação avançada, um polo de investigação e desenvolvimento em telemonitorização para a saúde entre outros.

Fonte: *Living Lab* ([http://www.cim-fundao.pt/moveto\(fundao/Living_Lab\)](http://www.cim-fundao.pt/moveto(fundao/Living_Lab)))

O terceiro projecto âncora desta área temática respeita a um **Programa de regeneração para a revitalização económica**.

O racional de intervenção deste território em matéria de regeneração urbana a inscrever no âmbito da contratualização com a CDDRC ou de outras fontes de financiamento adequadas deve ir para além do conceito de reabilitação urbana e conceber uma visão concertada dos 15 Municípios, que seja também integrada em termos dos objectivos visados.

Regeneração para a revitalização económica: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
A. Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo	3. Programa de Regeneração para a Revitalização Económica	3.1 Definição de Áreas de Reabilitação Urbana; 3.2 Reabilitação dos imóveis públicos e dos imóveis de particulares com fins diversos e indução/criação de edifícios: 3.2.1 Bolsa de arrendamento; 3.2.2 Promoção de segunda residência; 3.2.3 Dinamização turística; 3.2.4 Urbanismo comercial; 3.2.5 Dinamização do segmento de escritórios; 3.3 Criação de incubadora de cruz urbano: 3.3.1 Captação - veículos e equipamentos; 3.3.2 Reorganização de recursos, regulamento e formação; 3.4 Eficiência energética.

Fonte: *Análise EV* com base na consultação aos agentes locais.

O objectivo central da intervenção pública em matéria de regeneração é promover a fluidez do mercado, permitindo aos agentes dinamizar os

imóveis e os espaços. A estratégia abrange diversas dimensões de intervenção pública, nomeadamente na lógica de:

- ▶ Reorganização do mercado;
- ▶ Incremento de valor: através da valorização dos espaços e imóveis;
- ▶ Redução de custos de contexto.

O projecto âncora nesta área temática visa promover os segmentos residencial e de negócios (escritórios, estabelecimentos comerciais e estabelecimentos turísticos), como base de atracção de residentes, turistas e de revitalização económica e comercial deste território.

No que se refere à reabilitação de imóveis particulares, a intervenção pública vai no sentido de criar condições para o acesso dos privados aos instrumentos financeiros públicos ou de promover o financiamento privado em condições sustentáveis em acções de regeneração urbana, em antecipação ao novo regime legal que resultará do novo enquadramento da Lei de Bases da Política dos Solos do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A intervenção na área da regeneração urbana é, pois, indissociável da estratégia de promoção económica local e da promoção de condições para a atracção de investimento e respectiva fixação de recursos humanos no território.

Associado ao programa de regeneração para a revitalização económica há a referir oito projectos base tal como em seguida se detalha:

PB 3.1. Definição de áreas de reabilitação urbana

Este projecto visa a definição de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no conjunto dos Municípios, enquanto projecto da rede, como ponto de partida da intervenção neste domínio. Partindo de um modelo de organização territorial para o conjunto dos municípios, com base na



definição de ARU, é importante definir projectos comuns e assegurar a devida promoção via marketing territorial.

PB 3.2: Reabilitação de imóveis públicos e dos Imóveis de particulares com fins diversos e refuncionalização dos edifícios

1. **Bolsa de arrendamento**, criando, através de projectos de regeneração urbana, as condições para o aumento da fluidez do mercado e disponibilização de imóveis por particulares para arrendamento, condição essencial para a mobilidade de recursos humanos;

2. **Promoção de segunda residência**, para gerações mais novas, estimulando o regresso às origens, mas também para estrangeiros;

3. **Dinamização turística**, através de segmento *bed & breakfast*, *hostel* ou *city break* e que envolve componente *hard*, de recuperação de imóveis e espaços, mas também uma componente *soft*, de divulgação dessa oferta estruturada, nomeadamente através do desenvolvimento de Portais;

4. **Urbanismo comercial**: associar a promoção de produtos do território e áreas criativas à dinamização de estabelecimentos comerciais adequados;

5. **Dinamização do segmento de escritórios**: disponibilização de escritórios *low cost*.

6. **Promoção do segmento residencial para estudantes, professores e investigadores** nacionais e estrangeiros, com o objectivo de os atrair e fixar na região.

PB 3.3: Criação de incubadora de cariz urbano

A incubadora de cariz urbano desempenhará uma actuação na área de regeneração, através da constituição de piquetes de intervenção intermunicipal para pequenas reparações. Atendendo à distribuição da

população e à baixa densidade populacional, o mercado não tem resposta, pelo que, com base nos recursos humanos dos municípios, é pertinente organizar equipas de intervenção para o território. Este projecto poderá envolver:

6. **Capacitação**, isto é, investimentos *hard* em termos de veículos e de equipamentos;

7. **Reorganização das actividades**, isto é, investimentos *soft*: nomeadamente, a (i) reorganização dos recursos humanos; (ii) a definição de regulamento próprio; e (iii) uma componente formativa, em formato de workshop, oficina "Faça você mesmo".

PB 3.4: Eficiência energética

Este PB aponta para a necessidade de promover na Região das Beiras e da Serra da Estrela a eficiência energética e a redução de custos com a energia, cujo enquadramento resulta das metas comunitárias e da sua declinação a nível local, em termos do Pacto dos Autarcas, tal como descrito na caixa infra:

Pacto Autarcas

No pacote "Energia para o Mundo em Mudança", adoptado em 2007, a União Europeia (UE) comprometeu-se a reduzir as emissões de CO₂ em 20% até 2020, através de 20% de aumento da eficiência energética aliada a 20% de quota de energias renováveis no consumo total de energia.

O Pacto dos Autarcas é um compromisso formal para superar os objectivos 20-20-20 da UE em termos das reduções das emissões de CO₂. A assinatura do Pacto compromete o signatário a:

- ▶ Preparar um inventário de referência das emissões;
- ▶ Desenvolver um Plano de Acção em Matéria de Energia Sustentável (SEAP);
- ▶ Apresentar um relatório de execução a cada 2 anos;
- ▶ Participar na conferência anual do Pacto dos Autarcas;
- ▶ Partilhar experiências em outras áreas;
- ▶ Promover o Pacto.



1. Rede de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (RePECEE)

A RePECEE é um projeto com a participação da Associação de Municípios da Cova da Beira (de que fazem parte os 15 municípios da CIM) à escala nacional, com o objectivo de desenvolver metodologias de educação energética e ambiental, que visem a eficiência energética dos diversos sectores. O veículo de informação é uma plataforma digital, que permite ao utilizador interagir com especialistas em vários temas como auditorias, iluminação, certificação, URE, CO₂, legislação e juventude.

2. Sistema de Gestão de Consumo Intensivo de Energia (SGCIE)

O SGCIE consiste em auditorias energéticas exaustivas às instalações assumidas como instalações com consumo intensivo de energia, isto é, onde o consumo energético é superior a 500Tep/ano. Para estes locais, a lei prevê a apresentação de um relatório de auditoria energética e de um plano para a implementação de medidas de eficiência energética.

3. Levantamentos energéticos edifícios municipais

Os estudos técnico-económicos nos edifícios municipais consistem na elaboração de uma auditoria a cada uma das instalações de maior consumo energético a cargo do município. Esta auditoria efectua um levantamento exaustivo às condições de utilização do edifício, bem como determina o seu comportamento energético, sendo estes elementos inseridos numa base de dados que, por sua vez, dará lugar à elaboração de planos de actuação, onde serão indicadas as medidas a tomar com vista a reduzir a dependência energética e aumentar a eficiência energética.

4. Levantamentos da rede de iluminação pública

Os trabalhos para optimização da rede de iluminação pública consistem no levantamento rigoroso de todas as infra-estruturas de abastecimento de iluminação pública, sendo cartografados todos os pontos de luz, postos de transformação e elementos que compõem o sistema.

Paralelamente, foi criado um sistema que permite ter todos os dados georreferenciados para consulta num sistema de informação geográfico (SIG). Esta iniciativa visa melhorar as condições de utilização dos dispositivos de iluminação pública através da instalação de reguladores de fluxo luminoso, balastros de duplo nível, substituição de luminárias com mais de 10 anos ou ineficientes que apresentem estado de degradação, introdução de tecnologia LED bem como a implementação de tecnologias de controlo, gestão e monitorização da rede.

De acordo com estudos da Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), existe um potencial de redução energética superior a 30% com medidas, cujo período de retorno é inferior a 4 anos.

5. Projetos de Instalações para Aproveitamento Hidrelétrico

A Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA) liderou o processo de licenciamento para a recuperação de uma pequena central hidroelétrica no município de Manteigas. Trata-se de um projeto de recuperação e aumento da capacidade instalada, pretendendo-se instalar uma potência de 100 kVA com a necessidade de remodelar toda a infraestrutura existente. Mediante o estudo levado a cabo, verifica-se que o local em questão apresenta um potencial de produção média anual de 417 GW.h que se traduz numa receita de € 33.000,00.

Actualmente, esta obra encontra-se concluída estando as produções ligeiramente acima do previsto.



6. Microgeração e Minigeração

A produção de energia descentralizada tem sido, nos últimos tempos, uma das grandes apostas do País nas políticas energéticas. Actualmente, já se encontram em produção algumas das unidades instaladas, nomeadamente nos municípios de Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Guarda e Manteigas.

Há a referir instalações para o município de Figueira de Castelo Rodrigo, que se encontram em fase de instalação/adjudicação de sistema de minigeração.

7. Projetos de Instalações Solares Térmicas

8. Optimização do Tarifário/Contratação Pública

A optimização do tarifário consiste na análise a todos os contratos que os Municípios têm com a contratação de energia, para adequação do tarifário. Este estudo identifica deficiências nos contratos actuais de fornecimento de energia eléctrica, sendo catalogados três tipos de situações irregulares de contratação:

- ▶ Tipo 1: para os edifícios/instalações que apresentem consumo nulo ou muito próximo de nulo (inferior a 10 kWh anuais);
- ▶ Tipo 2: para os edifícios/instalações que apresentem consumo reduzidos, compreendidos entre 10 kWh anuais e 200 kWh anuais por cada kVA de potência contratada;
- ▶ Tipo 3: para as instalações cuja utilização seja destinada ao bombeamento de água.

9. Correção do fator de potência

A correção do fator de potência consiste em aniquilar o consumo de energia reactiva, através da aplicação e respectivo dimensionamento de baterias de condensadores. Esta tarefa será realizada simultaneamente com as auditorias nos edifícios municipais, estando já a mesma avaliada para a maioria dos edifícios/infraestruturas municipais.

10. Formação de técnicos do município – Gestor Energético Municipal

Esta formação visa dotar os técnicos dos municípios de conceitos sobre eficiência energética, bem como adquirir formação para manutenção das bases de dados provenientes dos estudos entregues aos municípios, sendo este um trabalho de continuidade e de sustentabilidade do plano de racionalização energética levado a cabo em cada município.

11. Levantamento do potencial de Biomassa

Trata-se de um levantamento georreferenciado em plataforma SIG sendo possível a identificação e densidade de cada uma das espécies separadamente. Consta ainda do relatório a avaliação do poder calorífico de cada uma das espécies existentes.

6.1.2 Área temática B. Turismo e Agro-Industrial

O racional da estratégia neste domínio temático é dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado – Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Beira Baixa, Côa, e Cova da Beira – associando-as a produtos desses territórios que, em conjunto, com outras valências e activos como o património cultural favoreçam a promoção de destinos turísticos coincidentes com essas marcas.



Agenda para a Inovação: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
B. Turismo e Agro-Industrial	1. Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos	1.1 Valorização e capacitação dos Consórcios numa lógica de promoção conjunta e de associação entre produtos do território: Mercas e Destinos Turísticos. 1.1.1 Consórcio das Aldeias Históricas; 1.1.2 Consórcio das Aldeias de Montanha; 1.1.3 Consórcio das Aldeias do Xisto; 1.1.4 Consórcio do Arco Urbano da Beira Interior; 1.1.5 Consórcio das Áreas Protegidas; 1.1.6 Consórcio Património Jurídico; 1.1.7 Consórcio do Vale do Côa; 1.2 Identificação e Capacitação de Centros de Excelência das secções do Turismo e Agro-Alimento, nomeadamente o InovCluster; 1.3 Ampliação do registo na Região

Fonte: Análise Ev. com base na auscultação aos agentes locais.

Trata-se, assim, de uma estratégia de aposta nas infra-estruturas *hard* (edifícios e equipamentos) e *soft* (marcas e estruturas de governação) existentes, alavancando no *know-how* e nos resultados já alcançados por estas estruturas.

Na dimensão de **reorganização do mercado**, a intervenção no turismo e promoção cultural terá como funções e respectivos projectos:

- ▶ Programação cultural e desportiva conjunta nos municípios do Arco Urbano (Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda) seja para eventos pontuais (espectáculos), seja para eventos permanentes e programas de animação.

Na dimensão de **incremento de valor**, a intervenção no turismo e promoção cultural terá como funções e respectivos projectos:

- ▶ Turismo natureza: aproveitamento do selo de qualidade iNature para dinamizar marcas territoriais a este tipo de oferta;
- ▶ Turismo cultural: Dinamização da intervenção territorial em matéria de calendário de animação, animação permanente e qualificação da oferta: compreende as Aldeias Históricas, Aldeias

de Xisto, Judiarias, Aldeias de Montanha, Rede de Áreas Protegidas;

- ▶ Turismo *Bed & Breakfast* (B&B): definição do plano para este tipo de produto turístico (comunicação, animação e valorização da oferta), em estreita ligação com o sector privado, que terá interesse em que os respectivos imóveis ganhem visibilidade para este fim, de pequenas estadas turísticas (*short stay packages*).

O projecto âncora nesta área temática prende-se com a “**Associação entre marcas-chapéu, produtos do território e destinos turísticos**” combinando as potencialidades locais em termos de recursos endógenos e a capacidade de potenciação desses recursos para dinamização económica e atracção turística. A combinação dos sectores do turismo e do agro-industrial pretendem, deste modo, potenciar a sua valorização económica, social e cultural.

Este PA operacionaliza-se em nove projectos de base (PB):

1. Consórcio das Aldeias Históricas
2. Consórcio das Aldeias de Montanha
3. Consórcio das Aldeias de Xisto
4. Consórcio do Arco Urbano da Beira Interior

Metas:

- ▶ Alinhar programação entre Belmonte, Castelo Branco, Covilhã e Fundão.

5. Consórcio das Áreas protegidas

Metas:

- ▶ Dinamizar o selo de qualidade iNature



- Integrar as rotas internacionais de turismo da natureza

6. Consórcio do Património Judaico

7. Consórcio do Vale do Côa

Os outros dois projectos base desta área de intervenção temática dizem respeito ao sector agro-industrial e envolvem:

8. Capacitação do centro de excelência regional - InovCluster

9. Aposta na ampliação do regadio na Região das Beiras e da Serra da Estrela, nomeadamente na Cova da Beira, como base de valorização a montante do sistema de produção autóctone.

Com efeito, o aumento da capacidade produtiva e do valor acrescentado no agro-industrial passa, entre outros, por:

- Apostar nas estruturas de rede existentes e nos projectos em curso;
- Capacitar o sistema produtivo e as condições de produção.

6.1.3 Área temática C. Logística Mobilidade e Serviços Básicos

O racional da estratégia em torno da logística, da mobilidade e dos serviços básicos centra-se no aproveitamento das estruturas existentes, através de uma articulação concertada.

O aprofundamento da multimodalidade dos interfaces de transporte e das plataformas e redes logísticas é encarado por este território como uma prioridade. Tal aprofundamento é, aliás, condição-chave para a coerência e a eficiência interna dos sistemas, bem como para a competitividade e a valorização territorial.

Logística, Mobilidade e Serviços Básicos: Projectos Âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
C. Logística, Mobilidade e Serviços Básicos	1. Infra-estruturas de Transportes; 2. Constituição de um Parque de Máquinas e do Recursos Inter-municipal; 3. Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade; 4. Promoção da estância nas infra-estruturas básicas.	1.1 Projecto infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias; 1.2 Rede logística de proximidade: componentes hard (infra-estrutura) e soft (monitorização da capacidade logística) 2.1 Parque; 2.1.1 Capacitação do Parque com máquinas e viaturas; 2.1.2 Formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais; 3.1 Mobilidade Sustentável; 3.1.1 Planos de mobilidade de áreas urbanas conexas; 3.1.2 Estratégias digitais (TIC); 3.1.3 Promoção da mobilidade suave; 4.1 Capacitação infra-estruturas sistemas de água e melhoria da eficiência dos consumos; 4.2 Promoção da estância do modo existente na gestão de resíduos sólidos.

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais.

No centro desta intervenção, encontra-se a preocupação com a sustentabilidade das infra-estruturas e estruturas, no sentido de responder às necessidades de transporte, de comunicação e de logística e de promover a qualidade de vida das populações, o desenvolvimento urbano e rural integrado e o respeito pelo meio ambiente.

Atendendo ao carácter estruturante e transversal desta área temática no território, são definidos quatro projectos âncora que compreendem as três dimensões - logística, mobilidade e serviços básicos - necessariamente interligadas.

Neste âmbito, um PA refere-se, desde logo, ao conjunto de projectos de **infra-estruturas de transporte rodoviários, ferroviários, aeroportuários e portuários.**

No que respeita às Beiras e Serra da Estrela (BSE) e ao seu mapa de acessibilidades, subsiste actualmente algum isolamento, reflectido nas distâncias e na duração dos percursos rodoviários entre este território e



os principais pólos nacionais, agravado pela introdução de portagens nas auto-estradas nacionais n.º 23 e 25 e espanholas (Badajoz e Salamanca). De assinalar também que as BSE não apresentam um posicionamento favorável ao multi-modalismo relativamente aos portos marítimos de Aveiro e Figueira da Foz.

Apesar dos progressos alcançados com a abertura do túnel da Gardunha, com a construção da A23, da A25 e do IP4, bem como com a beneficiação de estradas municipais estruturantes, a dimensão logística continua a ser uma das principais fraquezas desta região pela sua localização periférica relativamente aos grandes centros urbanos nacionais, sendo condicionada pelo mapa de acessibilidades associado à zona circunscrita à Serra da Estrela, e por uma rede de transportes (rodoviários, ferroviários e aéreos) incapaz de dar resposta às necessidades básicas dos agentes económicos e da população em geral.

Assim, no âmbito do PB 1. **Projectos infra-estruturais** são de considerar os seguintes:

- ▶ Aeroporto regional da Covilhã, infraestruturas de suporte ao transporte de passageiros (turismo) e mercadorias (logística);
- ▶ Túneis da Serra da Estrela, enquanto alternativa de ligação a Coimbra e ao Porto da Figueira da Foz;
- ▶ Construção dos Itinerários Complementares n.º 6 e 7 para a ligação ao território da CIM a outros territórios da Região Centro (Covilhã-Coimbra e Oliveira do Hospital-Fornos de Algodres);
- ▶ Reactivação da via férrea para o transporte de passageiros e de mercadorias entre a Covilhã e a Guarda, permitindo a ligação à linha do Norte através da linha da Beira Alta;
- ▶ Construção de terminais ferroviários de suporte aos parques empresariais existentes (ex. Fundão);
- ▶ Consolidação da Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial da Guarda (PLIE), como “porto seco” da Beira Interior;

- ▶ Beneficiação de estradas municipais, na sequência do aumento significativo recente do trânsito de veículos pesados de mercadorias desviados da A25 e da A23, na sequência da introdução de portagens nessas vias.

Uma infra-estrutura relevante associada ao transporte respeita à logística na lógica de resolução de pequenos estrangulamentos ao funcionamento das actividades económicas e à cadeia de valor, enquanto condição de base à promoção daquelas actividades e ao papel de facilitador do sector público.

O projecto base 2. **Rede logística de proximidade** apresenta as seguintes componentes:

- ▶ Componente *hard* (infra-estrutura): capacitação e equipamentos junto às zonas produtoras locais (ex. centro de frio e ligação com o centro logístico da Guarda) enquanto contributo para o incremento da cadeia de valor (inovação organizacional);
- ▶ Componente *soft*: monitorização da capacidade logística local e avaliação contínua dos factores de estrangulamento.

Um segundo projecto âncora diz respeito à lógica de criação de condições para a manutenção das condições das infra-estruturas, através da **Constituição de um Parque de Máquinas e de Recursos Intermunicipal**.

Trata-se de um centro de recursos partilhados para intervenção urbana e viária do conjunto de 15 Municípios, cujo enfoque é a manutenção das infra-estruturas a cargo dos Municípios, numa lógica de serviços partilhados. Este projecto, por sua vez, apresenta diversas componentes, traduzidas nos seguintes dois projectos de base:

1. Componente *hard*: capacitação do parque com máquinas e viaturas; parque de reparações e manutenções;



2. Componente *soft*: formação, central de compras partilhadas e gestão de transportes municipais, incluindo da rede escolar.

O terceiro projecto âncora desta área temática prende-se com a mobilidade, numa óptica sustentável, através da **Promoção da Mobilidade Sustentável em baixa densidade**.

A este respeito, a Estratégia Europa 2020 é clara em assumir a sustentabilidade como um dos pilares do crescimento, que se reflecte também na área da mobilidade e dos seus novos paradigmas. O próprio conceito de mobilidade é também bastante abrangente e transversal, respeitando a pessoas, infra-estruturas, bens e serviços, mas também informação e, nesse sentido, envolvendo as TIC. Para efeitos do presente projecto, e tendo presente de que se trata de um território de baixa densidade, incluem-se fundamentalmente a seguinte tipologia de projectos base:

1. Planos de mobilidade em áreas urbanas contíguas

Reforço da mobilidade e da pendularidade entre os vários municípios e a sua ligação às principais vias estruturantes:

- ▶ Por exemplo, o Plano de mobilidade da Cova da Beira, em resposta aos movimentos pendulares entre a Covilhã e o Fundão e Belmonte e a Covilhã;

2. Estratégias digitais

Associadas ao investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação.

3. Promoção da mobilidade suave

Esta linha de intervenção está associada a investimentos relacionados com a fileira de mobilidade eléctrica de duas rodas.

O quarto projecto âncora desta área temática agrega intervenções que assegurem as condições de vida locais e promovam a qualidade e o bem-estar das populações do território, numa lógica de oferta de serviços básicos.

No que se refere às infra-estruturas básicas, não obstante o progresso na capacitação do território quanto às áreas de águas, saneamento e resíduos, há ainda margem de progresso, nomeadamente na promoção da eficiência dessas infra-estruturas.

Uma área de intervenção prende-se, assim, com um projecto âncora de **Promoção da eficiência nas infra-estruturas básicas**, em particular através dos seguintes dois projectos de base:

1. Capacitação infra-estrutural nos sistemas de água e melhoria da eficiência de consumos;
2. Promoção da eficiência do modelo existente no tratamento na gestão de resíduos sólidos.

6.1.4 Área temática D. Capital Humano e Modernização Administrativa

O racional da estratégia das Beiras e Serra da Estrela em torno do capital humano e da modernização administrativa centra-se, por um lado, nas qualificações da mão-de-obra local, na formação profissionalizante (educação vocacional), adaptadas à realidade e padrão de especialização económico local; e, por outro lado, na promoção da eficiência por via da reorganização de serviços municipais numa lógica de partilha de recursos, em prol de uma Administração Pública eficiente.

Capital humano e modernização administrativa: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
b. Capital Humano e Modernização Administrativa	1. Avaliação da oportunidade para serviços partilhados na Região	1.1 TIC - capacitação; 1.2 Plano de Formação; 1.3 Partilha de infra-estruturas, equipamentos e recursos (ver PA da área de Infra-Estruturas, Logística e Mobilidade) - Componente integrável.

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais.

Neste âmbito, o projecto âncora define-se precisamente ao nível da **avaliação da oportunidade para serviços partilhados**. Esta análise serve como ponto de partida para definir as áreas de partilha de recursos e estabelecer as acções para a concretizar. Nesse sentido, os projectos de base, que corporizam esta actuação prendem-se com:

1. **Capacitação em torno das tecnologias de informação e comunicação**, no sentido de facilitar a partilha de serviços;
2. **Plano de formação**

Delinear de um plano de formação para a Região das Beiras e da Serra da Estrela em torno das áreas para serviços partilhados e de outras tidas como relevantes, com base no diagnóstico inicial.

3. Partilha de infra-estruturas, equipamentos e de recursos

De que é exemplo a constituição do “Parque de Máquinas e Recursos Intermunicipal”, tal como descrito na área temática de Logística, Mobilidade e Serviços básicos ou a organização de um “Piquete para pequenas reparações/intervenções” com base no aproveitamento de frotas e colaboradores municipais, tal como descrito na área temática de Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo.

Neste domínio, e reconhecendo o papel que os Municípios vão assumir na gestão de Fundo Social Europeu, importa assegurar acções, eventualmente mais desconcentradas, de disponibilização de oferta formativa concertada e de intervenções locais ao nível de fenómenos relevantes como sejam o abandono escolar.

6.1.5 Área temática E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social

O racional da estratégia de intervenção pública das Beiras e Serra da Estrela nesta área temática centra-se em assegurar condições de vida que promovam a qualidade e o bem-estar das populações do território. A este respeito, importa considerar três áreas de intervenção principais:

- ▶ Saúde
- ▶ Terceiro Sector
- ▶ Desenvolvimento Social

Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social: Projectos âncora e de base do PEDI-BSE

Área temática	Projectos Âncora (PA)	Projectos de Base (PB)
E. Saúde, Terceiro Sector e Desenvolvimento Social	1. Agenda para a inovação através do Living Lab Tendências na área da Saúde; 2. Rede social agrumunicipal.	1.1 Programa do Envelhecimento Activo. 1.1.2 Capacitação do Pólo de Investigação em Telerreabilitação 1.1.3 Projecto associado ao Biodinâmico e à saúde respiratória 2.1 Rede social 2.1.1 Desenvolvimento de serviços partilhados a nível municipal em rede 2.1.2 Actividades de capacitação e de formação

Fonte: Análise EY com base na auscultação aos agentes locais.

Com efeito, se o Portugal 2020 se centra em torno do reforço da competitividade, no sentido de contribuir efectivamente para a criação de riqueza, também não é menos verdade que as preocupações com o



desenvolvimento social adquirem particular relevância, sobretudo numa lógica de apoio a grupos mais vulneráveis – jovens, idosos, deficientes, imigrantes – em áreas como a saúde, a segurança social e a promoção da sua inclusão na sociedade.

No que se refere à área da Saúde, e à promoção das condições de vida locais através da prestação de cuidados de saúde de qualidade, há, desde logo, a destacar a pertinência de associar as infra-estruturas e cuidados de saúde aos recursos locais. De facto, o território diferencia-se pelo seguinte conjunto de factores, nomeadamente:

- ▶ Aposta em sub-sectores da saúde, como o *software* e os equipamentos médicos (através do Parkurbis, UBIMedical, CHCB, UBI, ULS da Guarda) e no termalismo (termas do Cró, Unhais da Serra, Longroiva e Águas Santas);
- ▶ Capacidade hoteleira, com cerca de 3.400 camas;
- ▶ Disponibilidade de estruturas especializadas, como residências seniores privadas, unidades hoteleiras de referência para turismo de saúde e rede de casas de turismo rural de qualidade a que se soma uma rede de casas de aldeia (de montanha, xisto, aldeias históricas);
- ▶ Preços competitivos na prestação de cuidados quando comparados com os praticados nos grandes centros urbanos ou em países como a Alemanha. O custo médio actual por utente em “lar ou residência sénior” situa-se nos 927 euros por mês;
- ▶ Entidades do ensino superior nas áreas dos cuidados seniores, cuidados de saúde e apoio social, electrónica e *software*;
- ▶ Capacidade de I&D com projectos em curso nas áreas do *ambient assisted living* (AAL), dos cuidados continuados, da telemedicina e da telemonitorização (UBI, Instituto de Telecomunicações, CHCB);

- ▶ Especialização no domínio das doenças respiratórias (ULS da Guarda);
- ▶ Rede de vias de comunicação e investimentos de relevo em infra-estruturas e serviços digitais (*cloud*);
- ▶ Empresas a desenvolver projectos de AAL na Região das Beiras e da Serra da Estrela, tais como, a PT, a HopeCare, a Plux ou a Siemens.

O projecto âncora no domínio da Saúde prende-se com uma agenda para a inovação através do **living lab temático**.

Este PA envolve três projectos de base:

1. Programa de envelhecimento activo

O programa tem como público-alvo os habitantes – residentes permanentes – como os turistas/visitantes, nomeadamente através de uma rede de percursos, tirando partido das condições geográficas e dos recursos naturais do território, como base de promoção da qualidade de vida local, mas também de alavancagem da oferta turística.

2. Capacitação do Pólo de Investigação em Telemonitorização para a Saúde

Este projecto integra o conjunto de iniciativas do Living Lab da Cova da Beira e resulta da parceria entre o Município do Fundão, a Universidade da Beira Interior (UBI) e o Centro Hospitalar da Cova da Beira (CHCB). Desta iniciativa, há a referir a Unidade Móvel de Saúde – um dispositivo de monitorização da saúde das populações mais desfavorecidas da Região das Beiras e da Serra da Estrela – e a Unidade de Medicina Nuclear, projectos cuja implementação deve ser prosseguida, no sentido de promover uma maior autonomia e controlo da doença.

3. Projecto associado ao bioclimatismo, à saúde respiratória e ao termalismo



O Município da Guarda assinou recentemente um protocolo com a Unidade Local de Saúde da Guarda, o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), a UBI e a Associação para a Promoção do Ambiente e Saúde no Concelho da Guarda (Guard'Ar), no sentido de promover um centro de excelência na investigação e tratamento de doenças do foro respiratório, com vocação turística, com base na recuperação do Sanatório Sousa Martins.

No que se refere às termas, disponíveis em diversos Municípios – Almeida, Meda, Manteigas e Sabugal – há a destacar o seu potencial em matéria de turismo de saúde e da prestação de cuidados de saúde especializados, tirando partido do stock de unidades hoteleiras e de equipamentos hospitalares disponíveis, que podem ser articulados com a presença de médicos especialistas.

Estes projectos são agregados no **Living lab da Saúde**, em torno da prestação de cuidados de **saúde** especializados e de alavancagem do **terceiro sector**.

Este projeto-âncora passa por mobilizar e qualificar agentes turísticos e instituições sociais das Beiras e Serra da Estrela, tendo por intuito, mediante uma abordagem estratégica de todo o território, reunir condições para acolher pessoas seniores (turismo ativo, convalescença, tratamento casuístico ou demência), com elevado nível de qualidade, proporcionando-lhes, simultaneamente, serviços de acompanhamento e tele-monitorização de saúde.

Após qualificação dos agentes locais e do cumprimento de requisitos de qualidade (logística e recursos humanos) necessários, o projeto abordará temáticas relacionadas com a promoção de imagem em territórios externos, procurando a captação de novos clientes que garantam a sustentabilidade dos serviços de apoio sénior no território.

Uma das valências do projecto será a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, e serviços, ligados aos cuidados de saúde dirigidos a pessoas seniores (UBI, CHCB, ULS da Guarda), que possibilitarão a tele-monitorização e acompanhamento de doenças crónicas (acompanhamento remoto de doentes com doenças crónicas, como a hipertensão arterial, a insuficiência cardíaca, dor crónica, doenças pulmonares crónicas).

As acções a desenvolver poderão incluir:

- ▲ No eixo de Investigação e Desenvolvimento I&D Saúde e AAL:
 - ▲ Formação Técnica e Tecnológica;
 - ▲ Empreendedorismo Saúde e devices médicos;
 - ▲ Clustering – Programa de Interface;
 - ▲ Integração em redes nacionais e internacionais.
- ▲ No eixo de capacitação:
 - ▲ Rede de Teleassistência;
 - ▲ Tele-monitorização e AAL;
 - ▲ Certificação das respostas sociais;
 - ▲ Selo de qualidade;
 - ▲ Formação aos agentes hoteleiros e de ação social;
 - ▲ Empreendedorismo social;
 - ▲ Portal de compras;
 - ▲ Recursos partilhados;
 - ▲ Gestão de protocolos
- ▲ No eixo de Promoção Nacional e Internacional:
 - ▲ Portal de Reservas;
 - ▲ Campanha Promocional;
 - ▲ Turismo Sénior e de Saúde;
 - ▲ Divulgação de marca no turismo sénior;
 - ▲ Programas de turismo sénior;
 - ▲ Candidatura à rede europeia de Living Labs.

No que se refere ao terceiro sector, o racional da estratégia de intervenção é a sustentabilidade das IPSS é uma dimensão relevante do território, uma vez que estas entidades prestam um serviço socialmente relevante, sobretudo numa região desertificada e envelhecida, constituindo-se também como importantes empregadores locais.

De acordo INE, o Terceiro Sector representa em Portugal 55.000 instituições, que asseguram cerca de 260.000 empregos e um contributo de 2,8% para o PIB, que aumenta para 3,8% se contabilizado o trabalho voluntário. O território em análise - Beiras e Serra da Estrela (BSE) - conta actualmente com uma rede de 265 instituições sociais, relativas a lares, residências seniores, centros de dia e apoio domiciliário. Em particular, existem 150 instituições a prestar apoio de lar e residência sénior, a 5489 utentes, geradoras de 5000 empregos.

Num território caracterizado por uma baixa densidade, envelhecimento populacional e, mais recentemente, afectado pelo fenómeno do desemprego - tal como apresentado no Capítulo 3 - o Terceiro Sector adquire particular importância no/a:

- ▶ Atendimento das necessidades sociais das populações, no apoio à infância e educação, à terceira idade e à reinserção dos grupos socialmente desfavorecidos;
- ▶ Promoção do bem-estar da Comunidade.

Estas instituições, usualmente sem fins lucrativos, desempenham um papel muito relevante de resposta às necessidades locais e de promoção das assimetrias sociais, promovendo a proximidade geográfica e relacional e construindo uma base de capital social regional.

Se o contexto económico recessivo tem vindo a colocar pressão na capacidade de resposta das instituições sociais, há também a referir as potencialidades do Terceiro Sector, em tirar partido da estreita conexão com a prestação de cuidados de saúde e o apoio a cidadãos seniores.

O modelo de organização e de interacção do Terceiro Sector é, pois, relevante para a Região das Beiras e da Serra da Estrela. Atendendo à fragmentação de iniciativas e à tradição tendencialmente individualista destas entidades, importa promover algum tipo de acção concertada, que formará a base de intervenção pública.

Neste âmbito, o projecto âncora no Terceiro Sector é a **Rede Social Supramunicipal**, que promova a eficiência das IPSS, através dos seguintes dois projectos de base:

1. Desenvolvimento de serviços partilhados e funcionamento em rede, nomeadamente através de uma Central de Compras;
2. Actividades de formação e de certificação.

6.2 Metodologia proposta para selecção de projectos a inscrever no ITI das Beiras e Serra da Estrela

Uma vez apresentadas as intervenções estruturantes da Região das Beiras e Serra da Estrela em cada uma das cinco áreas temáticas - através de projectos âncora e de base - esta secção procede à apresentação da metodologia que servirá de base ao plano de acção da Região das Beiras e Serra da Estrela, consubstanciado no ITI.

No sentido de detalhar cada projecto, é proposta uma ficha de caracterização, composta por cinco domínios principais:

1. **Município e projecto:** isto é, indicação do Município promotor, do projecto e respectiva descrição;
2. **Investimento:** indicação do montante de investimento inicial e dos montantes recorrentes, que resultam dos custos de exploração/manutenção do projecto;
3. **Financiamento:** repartição por fonte de financiamento:
 - a. Pública: a suportar pelo Município;
 - b. Co-financiamento: proveniente de instrumentos financeiros relacionados com fundos comunitários;
 - c. Receitas próprias: isto é, receitas geradas pelo projecto.
4. **Tipologia/Alcance:** alinhamento do projecto nos eixos estratégicos do PEDl e enquadramento do seu alcance territorial:
 - a. Nacional;
 - b. Regional;
 - c. Inter-Municipal;
 - d. Intra-Municipal.
5. **Indicadores de impacto:** quantificação dos impactos do projecto a três níveis:
 - a. Alinhamento com a Estratégia Europa 2020;
 - b. Aferição da prioridade regional do projecto;

- c. Aferição da prioridade municipal do projecto.

No que respeita ao alinhamento com as metas da Estratégia Europa 2020, propõe-se as seguintes métricas:

PEDI-BSE: Indicadores de quantificação dos projectos

Indicador	Quantificação
Investimento em I&D e Inovação	- O projecto não tem impacto; - O projecto dinamiza investimentos < 100.000 €/ano; - O projecto dinamiza investimentos > 100.000 €/ano.
Redução do abandono escolar	- O projecto não tem impacto; - O projecto envolve até 50 alunos/ano; - O projecto envolve mais de 50 alunos/ano
Número de licenciados	- O projecto não tem impacto; - O projecto envolve até 50 alunos/ano; - O projecto envolve mais de 50 alunos/ano.
Redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa	- O projecto não tem impacto; - O projecto tem impacto pontual; - O projecto tem impacto continuado.
Produção de energias renováveis	- O projecto não tem impacto; - O projecto envolve micro-geração; - O projecto tem escala comercial.
Eficiência energética	- O projecto não tem impacto; - O projecto tem impacto pontual; - O projecto tem impacto continuado
Criação de emprego	- O projecto não tem impacto; - O projecto dinamiza até 10 postos de trabalho; - O projecto dinamiza mais de 10 postos de trabalho.
Combate à pobreza / exclusão social	- O projecto não tem impacto; - O projecto envolve até 50 cidadãos em risco; - O projecto envolve mais de 50 cidadãos em risco.

Fonte: Análise EV

No que respeita à aferição do impacto regional do projecto, importa avaliar a prioridade do mesmo, analisando as seguintes opções:

- ▶ Com impacto em 7 ou mais Municípios;
- ▶ Com impacto em 2 ou mais Municípios;
- ▶ Ao nível do Município.

Finalmente, no que respeita à aferição do impacto municipal, consideram-se as seguintes opções:

- ▶ Projecto Estratégico
- ▶ Projecto Estruturante
- ▶ Projecto Dinamizador

PEDJ-BSE: Tipos de projectos

Tipo	Prioritário	Essencial
Projectos estratégicos	São centrais para a realização da visão, contribuindo de forma transversal para os objectivos visados e sendo susceptíveis de mobilizar as populações em torno da identidade regional	N.A.
Projectos estruturantes	Resultam em redes de conhecimento, de cooperação, de negócios ou de apoio e dinamização social que suportam uma crescente integração regional	Aqueles que, ao permitirem ligações lógicas mais eficientes ao exterior, suportam o desenvolvimento da actividade económica
Projectos dinamizadores	Não apresentando um dado efeito intermunicipal, são economicamente sustentáveis, permitem suprir carências graves e contribuem claramente para os objectivos	Os que resultem em actividades ou infra-estruturas que visam suprir carências graves e que estão alinhados com os objectivos

Fonte: Análise EY

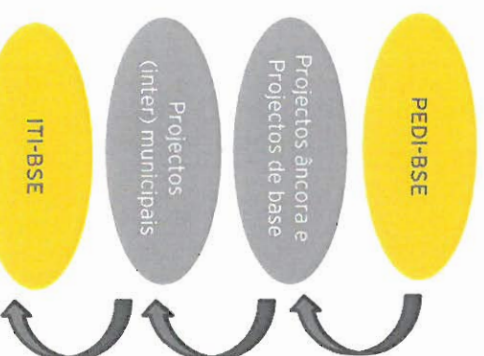
A tabela seguinte esquematiza a abordagem proposta quanto ao detalhe de cada projecto e à apresentação de indicadores de desempenho.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020					EY
Município					
Projecto					
Identificação					
Descrição					
Investimento					
Inicial					Euros
Recorrente					Euros
Financiamento					
Público					Euros
Co-Financiamentos					Euros
Privados					Euros
Recursos Próprios					Euros
Total					Euros
Tipologia/Alcance					
Exo I: Reforçar a atractividade e conectividade					
Exo II: Promover a inovação e o conhecimento					
Exo III: Promover uma Região Inclusiva					
Exo IV: Consolidar uma Região Sustentável					
Indicadores de Impacto					
Alinhamento com a Estratégia 2020: Metas					
Investimento em I&D e Inovação					
Redução do abandono escolar					
Número de licenciados					
Redução de emissões GEE					
Produção de energias renováveis					
Eficiência energética					
Criação de emprego					
Combate à pobreza/exclusão social					
Prioridade Regional					
Prioridade Municipal					



Em resumo, tal como esquematizado na Figura infra, a estratégia das Beiras e Serra da Estrela reflecte-se num conjunto de projectos âncora e de base nas cinco áreas temáticas, que funcionarão como intervenção estruturante do conjunto de projectos intermunicipais e municipais que venha a ser definidos subsequentemente, dando origem ao ITI-BSE.

Relação entre o PEDI e o ITI: Projectos



Fonte: Analise EY

O exercício levado a cabo na elaboração do ITI permitirá ao nível da Região das Beiras e Serra da Estrela dois níveis de quantificação importantes:

- Quantificação da intervenção das Beiras e Serra da Estrela;
- Aferição do contributo das Beiras e Serra da Estrela para a estratégia da Região Centro e respectivas metas, alinhadas com as estratégias nacional e comunitária.

A propósito do contributo desta região para a estratégia da NUT II, a Região Centro, há a referir a importância de atender aos critérios definidos no Barómetro Centro de Portugal e, na medida da sua adequação, quantificar o seu contributo. A tabela seguinte sintetiza os 25 indicadores que compõem o referido Barómetro:

Dimensão	Área	Indicador
Crescimento e Produtividade	Internacionalização	1. Exportações de bens
	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	2. Investimento directo estrangeiro
		3. Investimento em I&D
		4. Regional Innovation Scoreboard
	Dinâmica empresarial	5. Doubrados
	Criação de valor e produtividade	6. Empresas gazela
		7. Criação líquida de empresas
	Educação e formação	8. Produto Interno Bruto
		9. Produtividade do trabalho
		10. Abandono escolar precoce
Potencial humano	Formação de activos	11. População jovem com formação superior
		12. Resultados de exames nacionais
		13. Formação ao longo da vida
Qualidade de vida	População e emprego	14. População residente
		15. Taxa de desemprego
	Qualidade de vida	16. Taxa de desemprego jovem
		17. Satisfação dos residentes
Coesão	Coesão social	18. Produto Interno Bruto por habitante
		19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
		20. Distribuição do rendimento
	Coesão territorial	21. Dispersão da variação populacional
		22. Dispersão do rendimento familiar
Sustentabilidade ambiental e energética	Sustentabilidade	23. Energias renováveis
		24. Emissão de gases com efeito estufa
		25. Eficiência energética

Com efeito, a sub-região, com referência à Região Centro compreendida no perímetro de intervenção e actuação da CCDRC, formada pelos 15 municípios está ciente de que os projectos desenvolvidos no seu território contribuíam para uma estratégia de progresso mais ampla, que envolve a Região Centro e do País.